UNITINS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

Palmas

Serviço Social

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS

Reitor
Augusto de Rezende Campos

Vice-Reitora
Darlene Teixeira Castro

Pró-Reitora de Graduação
Alessandra Ruita Santos Czapski

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação
Ana Flávia Gouveia de Faria

Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários
Gisele Leite Padilha

Diretora de Ensino
Jeany Castro dos Santos

Diretora de Administração Acadêmica
Leomara Maurício Lustosa

Diretor do Câmpus de Palmas
Ulisses Franklin Carvalho da Cunha

Coordenadora do Curso
Gessyca Anne da Silva Baracho

2026.2

Sumário

APRESENTAÇÃO 6
1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (IES) 8
1.1 Identificação do Câmpus Palmas 8
1.2 Identificação da Instituição 8
1.3 Histórico Institucional 9
1.4 Missão da Instituição 13
1.5 Princípios e valores 13
1.6 Base Legal da IES 14
2. CONTEXTO DA REGIÃO 15
2.1 Histórico e Justificativa do Curso 15
2.2 Cenário Socioeconômico 19
2.2.1 Cenário da Infraestrutura 24
2.2.2 Cenário da Saúde 26
2.2.3 Cenário Educacional 30
2.2.4 Empreendedorismo e Inovação 35
3. CONTEXTO DO CURSO 37
3.1 Nome do Curso: Serviço Social 37
3.2 Objetivos do Curso 37
3.2.1 Objetivo geral 37
3.2.2 Objetivos Específicos 37
3.3 Endereço de Funcionamento 38
3.4 Coordenação de Curso e Identificação do Coordenador de Curso 38
3.5 Características do Curso 39
3.6 Atos legais do Curso 40
3.7 Forma de Acesso ao Curso e condições de oferta 41
3.8 Informações relacionadas ao quantitativo do corpo discente 41
3.9 Relação de Convênios vigentes com outras instituições 42
4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA 43
4.1 Perfil Profissional do Egresso 43
4.2 Potenciais do Curso 43
4.3 Políticas Institucionais e sua correlação com o curso 44
4.4 Organização Curricular 45
4.4.1 Estrutura Curricular 45
4.4.1.1 Matriz Curricular 2023.1 - vigente para as turmas anteriores 46

4.4.1.2 Apresentação dos componentes curriculares em hora-aula de 50 minutos e hora-relógio 51
4.4.1.3 MATRIZ CURRICULAR VIGENTE A PARTIR DE 2027.1 52
4.4.1.4 Apresentação dos componentes curriculares em hora-aula e hora-relógio 57
4.5 Perfil Profissional do Egresso de Acordo com as DCN 58
4.5.1 Perfil do egresso 58
4.6 Conteúdos Curriculares 59
4.6.1 A Integralização da Carga Horária Total do Curso 60
4.7 Diretrizes para a Curricularização da Extensão na Unitins 60
4.7.1 Diretrizes Específicas para a Curricularização da Extensão no Curso de Serviço Social 64
4.8 Política de Cooperação e Internacionalização Universitária 68
4.8.1. Internacionalização do Currículo 70
4.9 Ementário e Bibliografia do curso 71
5. PROPOSTA PEDAGÓGICA 127
5.1 Metodologia de Ensino 128
5.2 Coerência do Currículo com a Proposta Pedagógica 129
6. ATIVIDADES ARTICULADAS AO ENSINO GERAL 131
6.1 Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório 132
6.2 Trabalho de Conclusão de Curso 135
6.3 Atividades Complementares 137
6.4 Programas ou projetos de Extensão 137
7. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO 138
7.1 Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem 138
7.2 Sistema de autoavaliação do curso 139
7.3 Avaliações oficiais do curso 140
7.4 Comissão Permanente de Avaliação CPA 141
7.5 Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes 145
8. CORPO DISCENTE 146
8.1 Atenção aos discentes 146
8.1.1 Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro 148
8.1.2 Inclusão e Cidadania 150
8.1.3 Estímulos à Permanência 151
8.1.4 Apoio Psicossocial e Educacional 152
8.1.4.1 Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) 152
8.1.5 Promoção e Prevenção 153
8.1.6 Ouvidoria 153

8.1.7 Acompanhamento de egressos 154
8.1.8 Registros acadêmicos 155
8.1.9 Acesso dos alunos a TIC's 156
9. ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL 157
9.1 Diretório Central dos Estudantes (DCE) 158
9.2 Diretório Acadêmico (DA) 158
9.3 Centro Acadêmico (CA) 158
9.4 Núcleo de Estudos em Direitos Humanos - Nedih 158
10. GESTÃO DO CURSO 160
10.1 Quadro de docentes 160
10.1.1 Titulação do Corpo docente 160
10.1.2 Quadro docente por linha de pesquisa e grupo de extensão 161
10.3 Composição e Funcionamento do Núcleo Docente Estruturante – NDE 162
10.4 Composição e Funcionamento Colegiado de Curso 163
11. INFRAESTRUTURA 164
11.1 Espaços físicos utilizados no desenvolvimento do curso 164
11.2 Estrutura Geral do Câmpus 164
11.3 Instalações Físicas 165
11.4 Equipamentos 166
11.5 Biblioteca 168
11.5.1 Formação e desenvolvimento de Acervo 169
11.5.2 Estrutura física 170
11.5.2 Estrutura Organizacional 171
11.5.4 Equipe Técnico-Administrativa 171
11.6 Secretaria Acadêmica 171
11.7 Registros Acadêmicos 171
11.8 Organização do Controle Acadêmico 172
REFERÊNCIAS 173
Apêndice: Quadro de Equivalências 176

APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Serviço Social reflete a identidade, as ações educativas e as características necessárias para a formação profissional da/o Assistente Social. Nele encontra-se explicitada tanto a organização do curso quanto o trabalho pedagógico na sua totalidade.

Especificamente, no caso do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Tocantins - Unitins, a elaboração do Projeto Pedagógico resultou da participação do corpo docente, por meio de seus representantes do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e do colegiado, os quais articularam as bases legais à concepção de formação profissional, de modo a possibilitar aos discentes o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias ao exercício de capacidade de observação, criticidade e questionamento sintonizado com a dinâmica da sociedade capitalista nas suas demandas locais, regionais e nacionais, e com os avanços científicos e tecnológicos.

Coerente com o que é preconizado nas Diretrizes Curriculares Nacionais e no Projeto Pedagógico Institucional, o presente PPC explicita o conjunto de diretrizes organizacionais e operacionais de seus objetivos, perfil do egresso, metodologia, estrutura curricular, programas de aprendizagem, sistema de avaliação, estrutura física a ser utilizada pelo curso, dentre outros aspectos.

Cônscia de sua responsabilidade com a sociedade e com o desenvolvimento regional, a Unitins mantém o Curso de Serviço Social tendo por base os princípios preconizados na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), que enfatiza a importância da construção dos conhecimentos mediante políticas e planejamentos educacionais, capazes de garantir o padrão de qualidade no ensino, dialogar com os saberes do(a) aluno(a), respeitar o pluralismo de ideias e princípios básicos da democracia.

Desse modo, apresenta um currículo inovador que sistematiza teorias, reflexões e práticas acerca do processo de formação profissional, além de traduzir a filosofia organizacional e pedagógica da unidade acadêmica, as diretrizes e estratégias de seu desenvolvimento e atuação a curto, médio e longo prazo, em consonância com a LDB e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2023-2027).

O curso está em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Curso de Serviço Social, conforme Resolução CNE nº 15, de 13 de março de 2002, bem como encontra-se articulado às Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, propostas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), garantindo a formação de profissionais comprometidos com a ética, a justiça social e a promoção dos direitos humanos.

A organização curricular contempla as três áreas de fundamentação das diretrizes curriculares da ABEPSS, sendo elas: os Núcleos de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, o Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira, e o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, promovendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão, em consonância com as demandas sociais contemporâneas e os desafios da profissão.

A história institucional da Universidade Estadual do Tocantins passa pela demanda da população norte-tocantinense por uma universidade pública para a região. Frente a isso, as bases originais intelectuais da Unitins articularam-se para a implantação de Centros de Extensão nos municípios de Arraias, Guaraí e Tocantinópolis, anexando as faculdades isoladas de Araguaína e Porto Nacional, e com o tempo, estabelecendo em seu sistema multicampi Centros Universitários de Arraias, Araguaína, Colinas, Guaraí, Miracema do Tocantins, Paraíso, Palmas, Tocantinópolis e Porto Nacional. Entre o agrupamento de instituições isoladas e novos centros, o selo de ensino-pesquisa-extensão da Unitins estabeleceu-se no panorama regional.

A Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) em Palmas surgiu pela necessidade da população tocantinense por uma universidade pública e de qualidade para a região. Assim, na busca em atender aos anseios da população da região central do Estado, a implantação do Câmpus de Palmas foi considerada como uma estratégia para fomentar a formação de profissionais e tornar-se referência no cenário nacional, se comprometendo com a oferta de um curso de relevância social que assegura a qualidade na formação acadêmica, com vistas a atender as necessidades de formação de Assistentes Sociais.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (IES)

1.1 Identificação do Câmpus Palmas

A IES, por meio da criação e instalação dos Câmpus, assumiu o compromisso de ofertar uma educação pública de qualidade, referenciada no ensino, pesquisa e extensão, contribuindo assim com o desenvolvimento cultural, social e econômico local e regional.

A administração do Câmpus é realizada pela Direção, constituída pelo Diretor(a); Coordenadores de cursos, Assessor(a) Pedagógico; NAPE, Professor(a) Coordenador(a) de Estágios; Assessor(a) de Biblioteca; Assessor(a) de Secretaria Acadêmica; Colegiados e NDE dos cursos de graduação; Servidores(as) Docentes, Técnicos e Assistentes Administrativos; Auxiliares de Serviços Gerais, além das estruturas complementares/suplementares, quando necessário.

Nesse sentido, a organização administrativa e didático-científica dos Câmpus Universitários estará dotada de servidores docentes, equipe pedagógica e técnicos administrativos, com a responsabilidade de realizar a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão.

1.2 Identificação da Instituição

DADOS DA MANTENEDORA	
Razão Social:	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS
CNPJ:	01.637.536/0001-85
Categoria Administrativa:	Pessoa Jurídica de Direito Público Estadual
Endereço:	Quadra - 108 sul, Alameda 11, Lote 03, Centro. Palmas – TO. CEP: 77.020-122
Telefone(s):	(63) 3901-4032
E-mail:	reitoria@Unitins.br
Página virtual (site):	www.Unitins.br

Norma de criação:	Lei nº 3.124, de 14 /07/2016.
Recredenciamento:	Decreto nº. 6.482, publicado no Diário Oficial nº 6.128 dia 14 de julho de 2022
REPRESENTANTE LEGAL	
Nome:	Augusto de Rezende Campos
CPF:	793.***.*** - 30
RG:	01*.**4 (2ª Via) /SSP/TO
Telefone:	(63) 3901-4032
E-mail:	reitoria@Unitins.br

1.3 Histórico Institucional

A Universidade Estadual do Tocantins Unitins tem uma trajetória de 35 anos, criada em 1990, por meio do Decreto Estadual n° 252, de 21 de fevereiro de 1990, período que coincide com a própria implantação do Estado do Tocantins, sendo autorizada a funcionar em dezembro daquele mesmo ano por meio do Decreto Estadual nº 2.021/90. Foi instituída na perspectiva de integrar o projeto de emancipação da antiga região do norte goiano, tendo sido organizada num modelo multicampi.

Em novembro de 1996, a sua natureza autárquica foi extinta pela Lei 872/96, e, no mesmo ano, pela Lei 874/96, de novembro de 1996, foi autorizada a criação da então Fundação Universidade do Tocantins – Unitins, como uma Fundação Pública de Direito Privado, mantida por entidades públicas e particulares, com apoio do Governo do Estado, tendo sede e foro em Palmas, capital do Estado.

Em 2000, além da continuidade dos cursos mencionados, foram implantadas as licenciaturas em Letras e Matemática e o curso tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, novo processo seletivo para o curso de Pedagogia e, por meio da condução de parcerias interinstitucionais, iniciaram-se novas turmas para

os cursos de Ciências Contábeis, Administração e Serviço Social.

Para um melhor atendimento da população do Estado, a Unitins se articulou para a implantação de centros de extensão nos municípios de Arraias, Guaraí e Tocantinópolis, incorporando as faculdades de Araguaína e Porto Nacional e, com o tempo, estabeleceu, em seu sistema multicampi, os Centros Universitários de Arraias, Araguaína, Colinas, Guaraí, Miracema do Tocantins, Paraíso, Palmas, Tocantinópolis e Porto Nacional, destacando-se como instituição de ensino superior no âmbito regional. Em 2000, a Unitins iniciou novo processo de adequação com a criação da Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT. Novamente, foi necessário alterar legalmente a estrutura da Unitins, e assim foi editada a Lei 1.160/2000, de 21 de junho de 2000.

Com a transferência de parte de seu patrimônio à UFT, além de seus alunos (as) e cursos regulares, a Unitins assumiu uma nova realidade acadêmica e física com o Decreto nº 1.672/2002, em 27 de dezembro de 2002.

No período de 2001 a 2002, a Instituição ofertou cursos telepresenciais de Licenciaturas em Letras, Matemática, História, Ciências Contábeis, Normal Superior e Pedagogia, visando atender a formação de aproximadamente 12.000 professores das redes estadual e municipais de ensino.

Em 2003, a Unitins reestruturou o Núcleo Tocantinense de Arqueologia – NUTA por meio da Secretaria de Política e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento. Neste mesmo ano instituiu o Núcleo Estadual de Meteorologia e Recursos Hídricos - NEMET-RH da Unitins no Programa do MCT de Implantação e Modernização de Centros Estaduais de Monitoramento do Tempo, Clima e Recursos Hídricos – PMTCRH em parceria com o Estado do Tocantins. No ano seguinte, foi inaugurado o Complexo de Ciências Agrárias – CCA, por meio de um acordo de cooperação entre a Secretaria Estadual da Agricultura e a Unitins, visando a cooperação mútua para coordenar a pesquisa agropecuária do Estado do Tocantins e atividades afins.

Em 2004, a Unitins assumiu também a função de Organização Estadual de Pesquisa Agropecuária – OEPA, por meio da Lei nº 1.478/2004, de 25 de junho de 2004, com o objetivo de desenvolver pesquisa agropecuária, gerar tecnologias e inovações que propiciem soluções competitivas para o desenvolvimento rural e

territorial sustentável do Tocantins, em benefício da sociedade.

Ainda em 2004, ocorreu o processo de credenciamento e autorização de funcionamento da Instituição na modalidade a distância pela Portaria MEC nº 2.145, publicada no Diário Oficial da União nº 138, de 20 de julho de 2004. O curso Normal Superior, em funcionamento, passaria a ser oferecido nacionalmente.

Em 2005, foi autorizada a oferta dos cursos de Administração e Ciências Contábeis, abrangendo 17 Estados e o Distrito Federal. No período de 2005/2 foi implantado o curso sequencial em nível superior de Fundamentos e Práticas Judiciárias, somente no Estado do Tocantins, a fim de qualificar os serventuários da Justiça e outros interessados na área de conhecimento.

Em 2006, foram oferecidas mais vagas para os cursos de Administração e Ciências Contábeis e implantados dois outros cursos, Pedagogia e Serviço Social, ampliando-se a oferta para 25 unidades federativas e o Distrito Federal.

No segundo semestre de 2007, por meio de edital, foram oferecidas oitenta vagas para os cursos presenciais e gratuitos de Tecnologia em Mineração e Tecnologia em Agronegócio, focados na vocação do Estado. A Unitins, desde 2007, executa Programas de Mitigação e Compensação de Impactos Ambientais na área de influência do Aproveitamento Hidrelétrico no Estreito. Dentre os programas ambientais desenvolvidos pela Unitins destacam-se os Programas de Educação Ambiental, Avaliação da Qualidade da Água, Hidrossedimentológico, Educação Patrimonial e Resgate Arqueológico. Os trabalhos de Capacitação e Formação desenvolvidos por esses Programas envolveram diretamente mais de 40 mil pessoas entre estudantes, professores, gestores públicos, lideranças comunitárias e cidadãos engajados dos 12 municípios da área de influência do AHE Estreito, localizados nos Estados do Tocantins e Maranhão.

No período de 2008 a 2009, o MEC desautorizou a oferta de novos cursos e abertura de novas vagas para os cursos em andamento na modalidade EaD. Assim, a comunidade acadêmica se mobilizou junto à sociedade civil para traçar novos caminhos para a Universidade por meio de novos cursos presenciais. Ainda, em 2009 foi instituída a Comissão Multilateral de Estudos Destinados à Reformulação e Reestruturação da Fundação Universidade do Tocantins – Unitins.

Em 2010, com o suporte da Comissão Multilateral composta por membros de órgãos do Estado (Unitins, Tribunal de Contas, Procuradoria Geral, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Gabinete do Governador e Assembleia Legislativa), a Instituição foi autorizada a ofertar cursos presenciais. Os conselhos (Consepe e Consuni) foram rearticulados, os regimentos institucionais foram revisados, novas políticas e planos de ação das pró-reitorias foram realinhadas. O Plano de Empregos, Carreiras e Salários da Fundação Universidade do Tocantins – Lei nº 2.317 – foi aprovado pela Assembleia Legislativa Estadual, de 30 de março de 2010, e publicado no Diário Oficial nº 3.107, de 31 de março de 2010.

Por aprovação unânime nas instâncias do Consepe, do Consuni e do Conselho Curador (Resolução nº 003/2010/Conselho Curador), concretizou-se o primeiro concurso vestibular em julho de 2010 para os cursos presenciais em Engenharia Agronômica, Direito, Sistemas de Informação e Serviço Social.

Ainda em 2010, a Unitins foi credenciada junto ao Sistema UAB por meio da Portaria MEC n° 837/2010, de 24 de junho de 2010, para oferta dos cursos de licenciaturas em Letras e Pedagogia, a partir de 2011.

Nesse mesmo ano, ações, como o Programa de Correção de Fluxo e o Projeto de Reingresso, foram implementadas para finalização dos oito cursos de graduação na modalidade EaD Associados (Administração, Ciências Contábeis, Fundamentos e Práticas Jurídicas, Letras Português-Espanhol, Matemática, Pedagogia, Serviço Social, Tecnologia e Análise de Sistemas).

Em 2014, por meio da Lei Estadual 2.829, de 27 de março, foram criados na estrutura operacional da Fundação Universidade do Tocantins – Unitins, os Câmpus universitários dos municípios de Araguatins, Augustinópolis e Dianópolis.

Diante dessa realidade, o Governo do Estado do Tocantins efetivou interesse em criar as condições técnicas, financeiras e jurídicas necessárias à transformação da Fundação Universidade do Tocantins-Unitins em autarquia. No entanto, para que essa realidade se concretizasse foram necessárias muitas reivindicações e movimentos. Por sua vez, esses movimentos foram positivos, pois essa realidade se concretizou.

Em 2016, por meio da Lei Estadual nº 3.124/2016, publicada no D.O.E. Nº

4.662, em 14/07/2016, a Fundação é transformada em autarquia estadual de regime especial, passando a ser denominada Universidade Estadual do Tocantins – Unitins. Outras mudanças foram concretizadas a partir desta lei, tais como: a eleição para reitor e vice-reitor, a partir de 2020, com mandato de três anos, e a reserva de 50% das vagas na Universidade para alunos provenientes da rede pública. Destaca-se que, ainda em 2016, no dia 18 de maio, foi inaugurado o Câmpus Graciosa, marcando uma nova fase de reorganização da Universidade.

1.4 Missão da Instituição

Promover a formação integral inovadora no ensino superior para contribuir com o desenvolvimento regional do estado do Tocantins.

1.5 Princípios e valores

A Unitins está pautada nos principais pilares conceituais da responsabilidade social. Destaca-se, portanto, o respeito aos diversos sujeitos envolvidos: funcionários, acadêmicos, fornecedores e parceiros institucionais. Além disso, há o compromisso com a responsabilidade ambiental e a cooperação para a minimização dos impactos sociais trazidos pela atividade humana.

Sob o olhar da ética, a Universidade vem oferecendo uma educação de qualidade, voltada para o avanço da ciência e da tecnologia, que carrega especial destaque no aspecto inclusivo da modalidade presencial e a distância, permitindo a todo cidadão a oportunidade de uma graduação.

Valores da instituição:

- Inclusão Social;
- Ética;
- Transparência;
- Comprometimento e engajamento com a sociedade;
- Responsabilidade Socioambiental;

- Responsabilidade à diversidade;
- Cordialidade no ambiente de trabalho;
- Democracia participativa.

1.6 Base Legal da IES

A Universidade Estadual do Tocantins-Unitins, criada através da Lei nº 3.124, de 14/07/2016, e recredenciada pelo Decreto nº. 6.482, publicado no Diário Oficial nº 6.128, de 14/07/2022, tem sua atenção centrada nos princípios legais e no cumprimento de sua função social, posto a sua visão de sistematizar suas diretrizes e desenvolver suas ações de acordo com as legislações a seguir.

✓ Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

✓ Plano Nacional de Educação – Lei n. 13.005/2014.

✓ Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

✓ Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004 – SINAES – Dispositivos legais e orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

✓ Lei n. 11.788 de 25/09/2008 – dispõe sobre o estágio de estudantes.

✓ As Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, integrantes dos Pareceres CNE/CES 492/2001.

✓ Resolução nº 155, de 17 de julho de 2020, do Conselho Estadual de Educação – CEE/TO que dispõe sobre as funções de Regulação, avaliação e supervisão de Instituições de Educação Superior, e Cursos de Graduação e Pós-Graduação, no Sistema Estadual de Ensino.

✓ Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – 2023/2027 – UNITINS.

✓ Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida;

✓ Portaria Normativa/MEC nº 23, de 01 de dezembro de 2010.

✓ Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004 Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei nº 11.645, de 10/03/2008).

✓ Decreto nº 4.281, de 25/06/2002, sobre Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999).

2. CONTEXTO DA REGIÃO

2.1 Histórico e Justificativa do Curso

O Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) foi instituído na modalidade presencial no ano de 2010, com oferta de turmas nos períodos matutino e noturno. O movimento Pró-Unitins foi decisivo nesse sentido, uma vez que se reivindicava a retomada dos cursos presenciais e gratuitos, o que promoveria um fortalecimento da proposta de uma universidade pública estadual.

A Unitins foi, como apresentado anteriormente, descredenciada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), conforme estabelecido no PRDC/PRTO nº 02, de 19 de fevereiro de 2009, que determinou a extinção dos cursos superiores a distância, modalidade de ensino para a qual havia sido credenciada pelo MEC. Era denominada Fundação Universidade do Tocantins - UNITINS, instituída pela Lei 873, de 25 de novembro de 1996, mas somente com a Lei nº 3.124, de 14 de julho de 2016, sua história passa por um novo momento, quando se consolida como a Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS).

Neste percurso histórico, o curso de Serviço Social sempre esteve envolvido em diversos espaços e projetos institucionais. Situação essa que coloca o curso como participante do processo de consolidação da Universidade Estadual do Tocantins, seja na Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários. Destaca-se a criação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), em 2015, demandada pelo Curso de Serviço Social e acatada pela Reitoria como urgente e necessária.

Passados quatro anos de funcionamento do Curso, algumas demandas

necessárias e urgentes foram priorizadas para regularização e revisão da Matriz Curricular, cotejando as demandas regionais e os direcionamentos das Diretrizes Curriculares. Portanto, foi feita a revisão das ementas, a atualização das bibliografias e a adequação da carga horária do curso. Até 2019, essa carga horária somava pouco mais de 3.400h. Tal situação dificultava a permanência dos (as) estudantes que, em sua maioria, trabalhadores (as), dificilmente conseguiam adequar sua jornada de trabalho com as demandas da formação profissional que extrapola o período noturno.

Em 2020, iniciou-se uma nova matriz, conforme orientação institucional para todos os cursos, prevalecendo a carga horária mínima de 3.000h. Assim, foi possível organizar a matriz no período noturno, sem precisar utilizar-se de aulas aos sábados. Uma conquista para nossos (as) discentes, diante do perfil dos ingressantes que, em sua maioria, são trabalhadoras (es) no período diurno e aos sábados.

Foi atualizada, também, a bibliografia básica e complementar, bem como as ementas das disciplinas. Foram incluídas disciplinas que são essenciais para a formação profissional, como, por exemplo, as disciplinas de Método Crítico Dialético e de Gênero, raça/etnia e sexualidade, que estão em consonância com o Projeto Ético Político do Curso.

No ano de 2022, iniciou-se uma nova revisão do PPC com o propósito de atender à Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para a Extensão enquanto componente curricular obrigatório. Um desafio colocado para o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e o Colegiado do Curso, considerando que esta regulamentação impacta diretamente na vida dos (as) estudantes trabalhadores (as). O desafio maior foi definir as disciplinas com possibilidade de realizar atividades extensionistas no período noturno.

No ano de 2026, iniciou-se novo procedimento de revisão da Matriz Curricular conduzida pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), a partir da análise da matriz de 2023.1 e da identificação das necessidades de atualização e reorganização do percurso formativo do Curso de Serviço Social.

O processo envolveu o levantamento e a análise das cargas horárias, ementas, conteúdos, objetivos e finalidades dos componentes curriculares, considerando sua articulação com o perfil do egresso e com as dimensões teórico-metodológica, ético-

política e técnico-operativa da formação. A partir desse diagnóstico, o NDE discutiu a manutenção, alteração, reorganização, exclusão e inclusão de componentes, com atenção especial ao Estágio Supervisionado, à Supervisão em Serviço Social e ao Trabalho de Conclusão de Curso.

Com a definição da nova organização curricular, o NDE elaborou o Quadro de Equivalências entre as matrizes de 2023.1 e 2027.1, analisando a correspondência acadêmico-pedagógica entre os componentes e estabelecendo os casos de equivalência, não equivalência e novos componentes.

Essa trajetória histórica também evidencia a necessidade de que o curso permaneça em constante processo de avaliação e atualização, de modo a acompanhar as transformações da sociedade, da profissão e das demandas da formação em Serviço Social. Nesse sentido, a revisão da matriz curricular constitui parte desse movimento de continuidade e aprimoramento do curso, buscando preservar sua identidade e seus fundamentos, ao mesmo tempo em que promove a atualização e a reorganização do percurso formativo, em consonância com as necessidades regionais e nacionais da profissão.

Como é possível observar, a história do curso de Serviço Social se apresenta em uma trajetória marcada por resistência e conquistas, com raízes que permeiam na própria consolidação da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins). O curso atende prioritariamente estudantes do Estado do Tocantins, adotando uma estrutura curricular que prepara os profissionais do Serviço Social para atuarem no Estado e no Brasil.

O Curso de Serviço Social ao manter direcionamento na defesa da “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, realça a concepção de educação da UNITINS e acompanha a lógica curricular apontada pelas Diretrizes Curriculares de 1996 da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), a qual apresenta-se no sentido de romper com a fragmentação do ensino aprendizagem. Nesse sentido, o envolvimento do corpo docente e discente encontra-se no constante fortalecimento da articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, as quais são essenciais na apreensão teórico-crítica da realidade.

As transformações societárias desse início do século XXI, desencadeadas globalização da economia, do desenvolvimento tecnológico e da consolidação do projeto neoliberal, afetam a vida social. Por um lado, isso provocou o surgimento de novas tecnologias que revolucionaram o mercado, superando fronteiras e diversificando produtos, mas, por outro, gerou o processo denominado de reestruturação produtiva, que atingiu diretamente o mundo do trabalho e as relações sociais, causando o desemprego em massa de longa duração e o empobrecimento de grandes parcelas da população. Contraditoriamente, intensificaram as expressões da questão social que se apresentam no cotidiano e demandam respostas por parte da sociedade e do Estado.

Assim, o Serviço Social está inserido nos processos de trabalho para intervir nas relações sociais construídas. Atua sobre as questões que se referem à sobrevivência social e material dos setores da população que vivem do trabalho. Com isso, a/o Assistente Social tem sua atuação profissional em instituições públicas e privadas, para garantir a implantação das políticas sociais, sendo que o setor público constitui predominantemente o setor empregatício do Assistente Social. Conforme Iamamoto e Carvalho (2007, p. 70),

> [...] o Serviço Social no Brasil afirma-se como profissão, estritamente integrado ao setor público em especial, face à progressiva ampliação do controle no âmbito da ação do Estado junto à sociedade civil. Vincula-se, também, a organizações patronais privadas, de caráter empresarial, dedicadas às atividades produtivas propriamente ditas à prestação de serviços sociais à população. A profissão se consolida, então, como parte integrante do aparato estatal e de empresas privadas, e o profissional, como um assalariado a serviço das mesmas.

Por conseguinte, o mercado de trabalho do/a Assistente Social é amplo e com atuação junto às políticas públicas e sociais, ao nível Federal, Estadual e Municipal, organizações do terceiro setor e empresariais nas áreas de: saúde, habitação, educação, sociojurídico, previdência social, assistência social, criança e adolescente, idoso, pessoa com deficiência, segurança pública, dentre outras. No Estado do Tocantins, há 139 municípios para serem atendidos, com crescimento expressivo de concursos públicos para assistentes sociais.

Entre os cursos de Serviço Social ofertados por instituições públicas, no Estado do Tocantins destaca-se em Palmas a UNITINS, que oferta o curso na modalidade 100% presencial e na cidade de Miracema, a 60 km da capital, a Universidade Federal do Tocantins (UFT) disponibilizando 50 vagas por semestre.

Considerando a procura significativa pelo Curso de Serviço Social, bem como a implantação de políticas públicas e sociais definidas a partir da criação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), que complementou o Sistema Único de Saúde (SUS) e o sistema previdenciário dos trabalhadores rurais e urbanos, dentre outras iniciativas como a aprovação da obrigatoriedade de contratação do assistente social e psicólogo nas escolas federais, estaduais e municipais (Lei nº 13.935/2019), ressalta-se a importância do Curso de Serviço Social presencial, com número máximo de 50 vagas a cada semestre, atendendo a demanda da execução de políticas sociais no Estado do Tocantins e na cidade de Palmas, tendo em vista o caráter descentralizado e participativo das políticas sociais aprovadas na Constituição Federal de 1988.

O quantitativo de vagas ofertadas por semestre na Unitins para o curso de Serviço Social justifica-se com a publicação do Decreto Estadual Número 6.734, de 22 de janeiro de 2024, que no seu Art. 1º “Fica renovado, pelo prazo de 4 (quatro) anos, o Reconhecimento do Curso de Serviço Social, ministrado pela Universidade Estadual do Tocantins - Unitins, no campus de Palmas. Parágrafo único. Parágrafo único. O curso a que se refere o caput deste artigo é ministrado em regime de períodos semestrais, no turno noturno, com 40 (quarenta) vagas por processo seletivo.”

2.2 Cenário Socioeconômico

O Estado do Tocantins surgiu da divisão de parte do estado de Goiás e pela autorização da criação do Estado na Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, tornando-se uma fronteira de expansão agrícola e pecuária em direção aos territórios amazônicos a oeste do país. O Estado foi instalado em 1º. de janeiro de 1989, em Miracema do Norte, que foi sua capital provisória. Logo em seguida, o primeiro governador, José Wilson Siqueira Campos, comandou a construção da nova capital, Palmas (Silva, 2011).

A criação do Estado atendeu à reivindicação histórica de lideranças do norte goiano que entendiam que a emancipação da região ajudaria na retenção dos impostos e no desenvolvimento econômico e social da região. O nome do Estado repetiu o nome do rio Tocantins que corre na região central do Brasil, no sentido sul-norte, nascendo da confluência dos rios Paranã e Maranhão e com cerca de 2.400 km de extensão, com alguns trechos de considerável facilidade de navegação, outros mais perigosos e há os que são considerados muito perigosos (Oliveira, 1997).

O Estado do Tocantins está localizado na Região Norte do Brasil, a qual é composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. O território tocantinense possui área total de 277.423,63 km² (IBGE, 2021), com população estimada em 1.511.459 habitantes (2021) e densidade demográfica aproximada de 5,45 hab./km², conforme dados do Censo Demográfico de 2022. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) apurado em 2010 era de 0,699. Quanto ao rendimento domiciliar mensal per capita, dados da PNAD Contínua indicam valor em torno de R$ 1.284,00 (IBGE, 2023). No campo educacional, o estado registra aproximadamente 230 mil matrículas no ensino fundamental, conforme o Censo Escolar mais recente (INEP, 2023).

Outros indicadores revelados pela Síntese dos Indicadores Sociais de 2021, que analisou o Brasil e todos os Estados e cidades, mostram que o Estado apresenta 46,5% do mercado de trabalho com vínculos formalizados, um rendimento médio por pessoa no trabalho principal de cerca de R$ 1.913, e o índice de Gini é de 0,485 (IBGE, 2022).

A agricultura é uma das principais atividades econômicas e o principal produto é a soja, que ocupa 58% da área plantada, seguida de 16% para o milho, 10% para o arroz, 5% para a cana-de-açúcar, 3% para o abacaxi, 3% para a melancia, 2% para a mandioca, 2% para produtos de lavoura permanente (banana, borracha, cacau, castanha do caju, laranja, maracujá), 1% para o feijão. 83% das exportações do Estado são de soja, seguido por carne e derivados (12%), milho (1,3%) e outros (3,7%) (Nascimento, 2019).

A pecuária tem por destaque o gado bovino, criado extensivamente para corte e abate, com 8,6 milhões de cabeças, representando 3,77% da produção brasileira. O

Estado também é palco da luta pela democratização do acesso à terra por parte dos agricultores sem-terra que, por meio de sua luta, conquistaram mais de 15 assentamentos no Estado, nos quais estão produzindo alimentos para a população do Estado (Almeida, 2019).

A indústria ainda é incipiente no Estado, de resto como no Brasil, que passa por uma dinâmica de desindustrialização desde o final dos anos 1980. Em 74 anos, desde 1947, a participação da indústria para a composição do PIB (Produto Interno Bruto) no país foi a menor da história no ano de 2021, representando apenas 11,3% do total. Em 1985, no auge da industrialização no Brasil, a participação do setor no PIB alcançava os 35,9% (DIEESE, 2022). No Estado, 14,2% do PIB se refere à indústria. Parte dela está conectada à produção de carnes para exportação, já que conta com quinze frigoríficos existentes e 20% da carne é destinada para o mercado interno, enquanto 80% para o mercado externo (Nascimento, 2019).

Quanto aos dados demográficos, de acordo com o IBGE (IBGE, 2019 apud TOCANTINS, 2019) em 2018, considerada uma estimativa de população de 1.567.016 habitantes, a taxa de idosos da população era de 9,4%, a taxa bruta de mortalidade por habitante foi de 4.9 por mil habitantes, a taxa média de óbito entre 2016 e 2018 foi de 8.003, a taxa bruta de natalidade foi de 16,2 por mil habitantes e a média de nascidos vivos foi de 24.363.

A rede hospitalar do Estado conta com 68 hospitais, dos quais 47 são públicos e 21 são privados. Há 3.153 leitos à disposição de internações com uma média de 2.01 leitos por mil habitantes. Destes, 2.422 são públicos e 731 são privados. Quanto aos profissionais de saúde, 1.832 estão na rede privada e 25.567 na rede pública, visando o atendimento à população tocantinense (Tocantins, 2019).

Em relação à Assistência Social, em agosto de 2022, o Estado do Tocantins tinha 153,8 mil famílias beneficiadas pelo Auxílio Brasil, um programa permanente de transferência de renda do Ministério da Cidadania, que garante a renda mínima de R$ 600 a cada família (Brasil, 2022).

No Brasil, o trabalho infantil é proibido para menores de 16 anos e a partir dos 14 anos é facultado como aprendiz junto aos empregadores. No Tocantins, havia, em 2019, 18.969 crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade trabalhando,

prejudicando o seu desenvolvimento integral (FNEPETI, 2022).

Trabalho análogo à escravidão também é uma injustiça social encontrada no Tocantins. Segundo Santos (2021), entre os anos de 1995 a 2020, o Tocantins contabilizou 2.997 casos de pessoas que foram vítimas de trabalho escravo contemporâneo. No início de 2021, após a libertação de 12 trabalhadores na Operação Resgate, o Estado alcançou a quantia de 3.009 trabalhadores resgatados pela fiscalização da Inspeção do Trabalho federal em situações análogas à de escravo, sendo necessário ampliar a fiscalização e conscientização dos empregadores para promover o trabalho digno e erradicar essa mazela social.

A quantidade de presos custodiados no sistema prisional tocantinense entre homens e mulheres totaliza 4.224 presos, sendo 4.028 homens e 196 mulheres. Portanto, o total da população carcerária em relação aos habitantes do Estado é de 262,79 por 100.000 habitantes, os quais demandam a efetivação de políticas de ressocialização que implicam em garantia dos direitos humanos e mediação dos assistentes sociais (Brasil, 2022).

Rosa e Rezende (2021) apresentam dados alarmantes da violência contra a mulher no Estado. Foram 400 denúncias de violência contra a mulher, ocorridas no primeiro semestre de 2020, registradas pelas Centrais de Denúncias de Direitos Humanos, Disque 100 e Ligue 180, ligadas ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Os dados revelaram, no curso da pandemia da Covid-19, o registro de 2.622 situações de violências, entre psicológica, física, tortura, tentativa de feminicídio, cárcere privado e lesões corporais.

As desigualdades sociais no Tocantins são reveladas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divulgou um retrato das condições sociais do Tocantins no ano de 2020. Os registros apontaram que 30,2% da população vivia em situação de pobreza e 5,8% em extrema pobreza (G1,2021). Estes números, certamente, seriam bem maiores não fosse a aprovação do Auxílio Emergencial de 600 reais para famílias de baixa renda, no rol de medidas de combate a pandemia da Covid-19 e seus efeitos sociais e econômicos, aprovadas pelo Congresso Nacional no ano de 2020.

Palmas, capital do Estado, foi criada em 20 de maio de 1989 (pouco tempo

depois da criação do Estado) e instalada em 1º de janeiro de 1990, após a transferência da capital provisória, que havia sido instalada em Miracema, para se constituir num polo de irradiação do desenvolvimento econômico e social do Estado do Tocantins, localizando-se entre os municípios de Porto Nacional e Taquaruçu do Porto, a leste do povoado do Canela.

A capital Palmas, de acordo com o último censo [2010], tem um total de 228.332 pessoas, embora haja estimativas de que essa população já ultrapassou os 300 mil habitantes. Quanto ao trabalho e rendimento, em 2020, o salário médio mensal era de 3,9 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 43,9%.

Na educação, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010] chegava a 98% das crianças e adolescentes. Quanto à economia, o PIB per capita [2019] era de R$ 34.933,66 e a fonte de recursos externos do orçamento chegava aos 57,9%. Na saúde, a taxa de mortalidade infantil média é de 12,13 para 1.000 nascidos vivos. Quanto ao território e ambiente, a cidade apresenta 67,6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado.

A alta porcentagem da população em trabalho informal e a existência de pessoas em situação de vulnerabilidade social tornam a cidade receptora de programas de transferência de renda, como o Auxílio Brasil, que atende 20,9 mil famílias, segundo o Ministério da Cidadania (2022).

Portanto, frente ao cenário econômico e social exposto, existe um campo de trabalho a ser suprido por assistentes sociais nas políticas públicas de educação, saúde, previdência, desenvolvimento rural, esportes, assistência, trabalho e renda geridos pelos órgãos municipais vinculados à Prefeitura de Palmas e ao Governo do Estado.

O Curso de Serviço Social, viabilizado pela Unitins, está respaldado na legislação educacional, nos princípios éticos e legais da profissão de Assistente Social e tem como finalidade o compromisso com a formação de um perfil profissional crítico capaz de atuar nas múltiplas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento com capacidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, que possibilite perceber demandas,

compreender o significado social da profissão e desvelar possibilidades de ação presentes na realidade e no exercício profissional, direcionamento este que acompanha a proposta das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. (ABEPSS, 2014).

2.2.1 Cenário da Infraestrutura

O Estado do Tocantins possui área de 277.423,63 km², o que representa aproximadamente 7,17% da Região Norte (3.869.637 km²) e cerca de 3,26% do território brasileiro (8.510.417 km²). O Estado é composto de 139 municípios e subdividido em oito microrregiões: Araguaína, Bico do Papagaio, Gurupi, Miracema do Tocantins, Rio Formoso, Dianópolis, Jalapão e Porto Nacional.

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010), a população era de 1.38 milhão de habitantes, o que representa 0,73% da população do país e 8,82% da população da região Norte. Ainda de acordo com o IBGE a densidade demográfica era de 4,98 hab/ km2, sendo que a população 79% urbana e 31% rural.

Desde sua criação, grandes transformações socioeconômicas ocorreram, especialmente a partir da consolidação de investimentos em infraestrutura básica de escolas, hospitais, estradas, pontes e inúmeras outras. Entre os anos de 2000 e 2010 a população apresentou um crescimento médio de 22,5%, enquanto o Produto Interno Bruto cresceu no acumulado 74,2% em termos absolutos (IBGE, 2012) e a taxa de criação de empregos formais foi de 142% (MTE, 2014). Além do considerável crescimento econômico, o Tocantins também tem melhorado seus indicadores sociais e econômicos, com investimentos nas áreas de saúde, educação e nos setores primário, secundário e terciário.

Além da construção de novas obras, a Secretaria Estadual de Infraestrutura tem atuado na restauração, reformas e ampliações de prédios públicos destinados a abrigar as sedes de Secretarias e outros Órgãos Públicos, incluindo Hospitais Regionais, Postos de Saúde, Colégios e Centros Educacionais, Saneamento Básico, Distritos Industriais, Delegacias etc.

No que tange à infraestrutura de transporte, além das estradas municipais, são 1.372 km de rodovias federais que ligam o Tocantins a todas as regiões do país, como a BR-153 que constitui importante corredor para o transporte de cargas, e um total de

13.000 km de rodovias estaduais que integram os municípios tocantinenses, sendo 6.000 km pavimentados e 7.000 km não pavimentados. A meta do Governo do Tocantins, ao longo da história do estado, tem sido dotar todos os municípios do estado de infraestrutura e logística de transportes, reduzindo custos, gerando desenvolvimento turístico, econômico e social nas microrregiões. As ações buscam principalmente agilizar o escoamento da produção da mais nova fronteira agrícola do país, gerando empregos e renda às famílias tocantinenses.

Outro importante avanço na infraestrutura de transporte veio com a construção da Ferrovia Norte-Sul (EF-151), pois promoveu nova alternativa de transporte, mais rápida e de baixo custo, além de contribuir efetivamente para reduzir a deterioração das rodovias. A construção da Ferrovia de Integração Leste-Oeste (EF-334) foi planejada para integrar o Norte e o Nordeste do Brasil, possibilitando a interligação e o escoamento da produção dos estados de Tocantins, Maranhão, Goiás e Bahia aos portos de Ilhéus/BA e Itaqui/MA, o que proporciona melhor desempenho econômico de toda a malha ferroviária.

Em relação ao transporte aéreo, o Estado do Tocantins possui três aeroportos públicos distribuídos de forma a atender às principais regiões do Estado, mas apenas o Aeroporto Internacional Lysias Rodrigues, situado na capital Palmas, está sob responsabilidade administrativa da Infraero. Os outros dois aeroportos são administrados pelos municípios de Araguaína (região norte) e Gurupi (região sul) por meio de convênio com o Governo do Estado.

O Aeroporto Brigadeiro Lysias Rodrigues possui um Terminal de Logística de Cargas, o qual opera com a movimentação de carga nacional, com possibilidade de expandir as operações para importação e exportação. Com mais de 1.400m² de área, quando estiver em pleno funcionamento terá capacidade de movimentar até 15 mil toneladas de produtos ao mês.

O transporte aquaviário é composto atualmente pelo Ecoporto Praia Norte, instalado no município de Praia Norte, o qual possui área total de 744.000m² na margem esquerda do rio Tocantins, cerca de 600 km de distância da capital Palmas, a 70 km da cidade de Imperatriz, no Sul do Maranhão, e a 200 km da cidade Marabá, no sudeste do Pará.

O Ecoporto Praia Norte viabiliza o escoamento de commodities do centro do Brasil em direção aos portos de Manaus (AM), de Belém (PA) e de Itaqui (MA), bem como receber, numa rota mais curta, produtos acabados do Polo Industrial de Manaus em direção às regiões Nordeste, Sul e Sudeste do Brasil. Neste caso, via integração multimodal dos grandes projetos ferroviários, como as Ferrovias Norte- Sul e Ferrovia de Integração Oeste Leste, e ainda contribui para a área alfandegada do aeroporto Lysias Rodrigues em Palmas.

Outro importante projeto é o da Hidrovia Araguaia-Tocantins, que data da década de 1960, tendo sido retomado a partir dos anos 80, com o objetivo de programar a navegação comercial na bacia do Tocantins-Araguaia, em trechos já navegáveis durante boa parte do ano.

Não menos importante é o Programa PROPERTINS de perenização das águas do Tocantins, que envolve a construção de inúmeras barragens em rios tributários do Rio Tocantins, como o Rio Manuel Alves na região Sudeste, cujos objetivos incluem a criação de perímetros irrigados e a geração de energia elétrica. E como este, ainda há o Projeto Rio Formoso (Formoso do Araguaia, Dueré e Lagoa da Confusão), o Projeto Guarita (Itapiratins) e o Projeto Sampaio (Carrasco Bonito e Sampaio). Todos estes são também destinados à criação de perímetros irrigados para o fomento e intensificação da produção agrícola dessas regiões.

Como bem reconhecido pela Secretaria Estadual de Infraestrutura, a acessibilidade é sinônimo de inclusão social, mas, também, condição fundamental ao desenvolvimento econômico do próprio Tocantins e das demais regiões do país. Nesse sentido, ela é pauta das ações em todas as instâncias estatais e municipais do Tocantins. Na Unitins não seria diferente.

2.2.2 Cenário da Saúde

De acordo com o Plano Estadual de Saúde (PES-TO 2016-2019), na década de 90 iniciou-se uma forte adesão dos municípios à descentralização da gestão da atenção básica e vigilâncias em saúde, mais por imposição do financiamento das políticas públicas do que por aceitação de responsabilidade sanitária. Por sua vez, a descentralização de ações de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar

ainda é lenta e desafiadora no Estado.

Em 2006, o Tocantins foi o primeiro ente federativo a aderir ao Pacto pela Saúde, seguido por grande parte dos seus municípios, ainda que tão somente no que diz respeito às ações de atenção básica. Pelo Decreto nº 7.508/11, apenas 08 municípios foram descentralizados na Média Complexidade pela NOB (Almas, Formoso do Araguaia, Gurupi, Itacajá, Nazaré, Palmas, Palmeirópolis e Paranã) e passaram a ser gestores e gerentes das unidades de saúde de seu território.

Atualmente, 92 municípios solicitaram a descentralização de ações e serviços de saúde enquanto modalidade de gestão e gerência de serviços, seja pelo Pacto pela Saúde ou pelo Decreto 7.508/11 - envolvendo a atenção básica, a vigilância em saúde e serviços de média complexidade. Hoje há uma forte pressão dos gestores municipais nos espaços das Comissões Intergestores, numa tentativa de desresponsabilização sanitária, com um discurso de “devolver” ao Estado os poucos serviços e unidades de baixa e média complexidade ambulatorial e hospitalar sobre responsabilidade destes entes (gestão e/ou gerências), principalmente Hospitais de Pequeno Porte (HPP), Hospitais Municipais e Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h), com a justificativa de que “não suportam mais o alto custo para manter estes serviços, denotando um retrocesso na operacionalização das políticas públicas referentes à saúde no Estado e no descumprimento da diretriz constitucional sob alegação de subfinanciamento.

No que se refere às funções gestoras da saúde, a realidade no Tocantins difere dos demais Estados, por possuir ainda uma forte característica executora de ações e serviços de saúde de média complexidade ambulatorial e hospitalar, quando comparada com o que é determinado legalmente, pois compete a gestão estadual, no caso da assistência, garanti-la no nível da alta complexidade, conforme estabelece a Lei nº 8.080/90: Art. 17, inciso IX - identificar estabelecimentos hospitalares de referência e gerir sistemas públicos de alta complexidade, de referência estadual e regional.

Entretanto, por um processo histórico de limitação da produção-oferta de serviços de saúde no Estado, persiste a baixa adesão dos municípios à descentralização e integralidade da atenção, imposta, sobretudo, por um

subfinanciamento das ações e serviços potencializados pelo fato de que o Estado integra a Amazônia Legal e enfrenta desafios que oneram muito o custeio das ações de saúde ambulatorial e hospitalar tais como: dificuldade de acessibilidade geográfica - as Regiões de Saúde apresentam pontos extremos de distância acima de 200 km; baixa densidade populacional; e alto custo para interiorizações e permanência de profissionais especializados.

Baseada nesta realidade, mesmo não sendo sua responsabilidade, atualmente o Estado do Tocantins coopera com os municípios ao assumir a gestão e gerência de serviços de média complexidade ambulatorial e hospitalar prestada municipal e regionalmente, além da cessão de Recursos Humanos para a atenção básica, porém, carecendo de uma política clara de gestão de pessoas, que defina as regras e critérios deste tipo de cooperação.

Portanto, a Secretaria Estadual de Saúde, além da responsabilidade pela gestão, mediante pactuação com os gestores municipais (contratação, controle, avaliação, auditoria, regulação) e mediante a contratualização com serviços de natureza filantrópica e privados de maior complexidade e abrangência regional ou estadual, ainda tem papel preponderante na execução direta de ações e serviços de saúde e desempenha fortemente essa função ao administrar (na administração direta) uma rede de serviços estaduais de saúde, hospitalares e ambulatoriais.

No que tange a regionalização, atualmente o Estado possui 08 Regiões de Saúde com conformações distintas de serviços e interdependência das regiões onde estão situados os maiores municípios que agregam mais serviços de média e alta complexidade. Com alto custo para implantação e manutenção de ações e serviços de saúde e de recursos humanos, o Estado é o 2º da federação na aplicação de Receita Própria em Saúde: em 2015 destinou 22,12% da receita total anual à saúde (18,78% Pessoal, 3,31% Custeio e apenas 0,03% para Investimentos).

Nos termos do Decreto Federal nº 7.508/11, a Região de Saúde tem a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde. Desta forma, foram estabelecidos vários estudos nas reuniões da Câmara Técnica de Gestão da CIB, em articulação com gestores municipais e técnicos do estado, que compuseram o 3º redesenho de Regionalização definindo as novas

regiões de saúde passando de 15 para 8, aprovadas consoante a Resolução CIB – TO n.º 161/2012, por meio de critérios que definiram o recorte regional, de ações e serviços de saúde mínimos para composição da Região em 05 eixos: I) Atenção primária: 80% de cobertura ESF e suficiência da AB na região; II) Urgência e emergência: 1 Pronto Socorro funcionando 24 hs todos os dias da semana com cirurgião geral e atendimento obstétrico de risco habitual (cesárea) na região; III) Atenção psicossocial: pelo menos 1 CAPS I na região; IV) Atenção ambulatorial especializada e hospitalar: atendimento ambulatorial em clínica médica e cirurgia geral e hospitalar nas clínicas médicas, cirúrgicas e obstétricas; V) Vigilância em saúde: equipe de vigilância constituída legalmente no município.

Nesta proposta de organização das ações e serviços de saúde, o Estado do Tocantins vem trabalhando a regionalização da saúde de forma participativa, onde as Comissões Intergestores Regional - CIR têm tido papel fundamental na operacionalização das políticas de saúde. A Secretaria tem empenhado esforços no sentido de organizar as Redes de Atenção à Saúde no seu território, como forma de superar a fragmentação dos serviços de saúde implantados e de organizar um sistema que garanta o acesso da população a um serviço de qualidade e em tempo oportuno.

A proposta de implantação/implementação das redes de atenção à saúde em curso no Estado tem se deparado com a dificuldade dos municípios em assumir algumas responsabilidades na organização das redes temáticas, possivelmente pela falta de definição de diretrizes para a descentralização e de um financiamento suficiente para custeio dessas unidades, o que ocasiona uma concentração de recursos na gestão estadual.

Com o propósito de fortalecer a governança regional em relação à gestão dos recursos da MAC na Região de Saúde, está em curso a construção de uma proposta de descentralização dos serviços de média e alta complexidade ambulatorial, que hoje se encontra em plena discussão na Câmara Técnica da CIB, com os seguintes objetivos: promover a capacidade de gestão e operacionalização da saúde nos municípios; contribuir para a organização dos serviços de média e alta complexidade ambulatorial nas regiões de saúde, visando à melhoria do acesso da população; ofertar serviços de saúde mais próximos dos usuários.

Superar estes desafios e avançar na qualificação da atenção e da gestão em saúde requer forte decisão dos gestores do SUS, enquanto protagonistas do processo de instituir e organizar o sistema de saúde. Essa decisão envolve aspectos técnicos, éticos, culturais, mas, principalmente, implica no cumprimento do pacto político cooperativo entre as instâncias de gestão do Sistema, expresso por uma "associação fina da técnica e da política", para garantir os investimentos e recursos necessários à mudança.

Conforme pactuação CIB, o Estado do Tocantins é composto por 8 Regiões de Saúde, respeitando os critérios adotados pelo Decreto Federal nº 7.508/2011 e Resolução CIB/TO Nº 143/2018. O município de Palmas compõe a região denominada Capim Dourado juntamente com outros 14 municípios. Segundo dados de estimativas do IBGE (2021) essa região apresenta uma população total de 389.493 habitantes, o que representa 24% da população total do Estado do Tocantins.

É premente a importância do curso de Serviço Social da Unitins para a formação de assistentes sociais que irão se inserir em espaços na área da saúde, nas três esferas do estado, na gestão, na assistência a saúde pública e privada. Nesta perspectiva, durante o processo de formação, é determinante a disciplina de Política Social, Direitos Humanos e Cidadania, Seguridade Social: Saúde, que corrobora forma direta e indireta para perfilhar esses egressos com mais conhecimento teórico e prático/crítico.

2.2.3 Cenário Educacional

O Estado do Tocantins em 2012, segundo o censo demográfico, apresentava uma taxa de analfabetismo de 12,1% para pessoas de 15 anos ou mais. Já em 2019 essa taxa caiu para 8,9% e em 2022 para 7,2%, ou seja, uma redução de 15 mil analfabetos no Tocantins, que chega ao menor número da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), iniciada em 2016. No ranking nacional, o Estado ocupa a 12ª colocação e está em 3ª na região Norte.

O Censo Escolar é um levantamento nacional de dados estatísticos educacionais a partir de dados fornecidos pelas próprias escolas. Entre as informações disponibilizadas através do Censo, estão as somas dos alunos

aprovados, reprovados e que abandonaram a escola ao final de cada ano letivo. De acordo com o Censo Escolar de 2022, a rede estadual de educação do Tocantins é composta por 1427 escolas. São 928 unidades (65%) localizadas em área urbana e 499 (35%) em área rural. As matrículas das escolas estaduais – reunindo todas as etapas e modalidades de ensino – somam um total de 360.314. São 316.621 matrículas na área urbana e 43.693 na área rural. Do total de escolas do estado, 314 compõem a rede de Ensino Médio regular estadual, estando 227 (72%) delas localizadas na área urbana e 87 (28%) escolas na área rural. O total de matrículas em escolas com Ensino Médio regular totaliza 63.226 que estão distribuídas da seguinte forma: 57.900 matrículas em escolas urbanas e 5.326 matrículas em escolas situadas em área rural. Observa-se que em 2022 o índice de reprovação no ensino médio foi de 4,3%.

O indicador IDEB do Tocantins subiu de 2,9 para 3,3 entre os anos de 2005 e 2015 do ensino médio. No entanto, essa variação não foi totalmente linear: entre 2005 e 2011 o estado apresentou sucessivas melhoras em seu desempenho, chegando a superar o país em 2011. No início da série, em 2005, as notas de Tocantins e do Brasil eram bastante similares. Nos anos seguintes, embora com resultados próximos, o estado manteve-se atrás do desempenho nacional. Em 2011, ano de melhor resultado para o estado, a média nacional foi superada e, no ano seguinte, enquanto o IDEB do país foi mantido, o estadual caiu novamente, ficando 0,2 pontos atrás do resultado nacional. Em 2015 os desempenhos aumentaram, fechando o período com IDEB de 3,5 para o país e de 3,3 para o estado de Tocantins.

No contexto regional, o Tocantins manteve desempenho superior ao da Região Norte em todo o período de avaliação, com destaque para a média de 2007 e 2011, quando o desempenho estadual alcançou 0,4 pontos acima da média da região, registrando a maior distância de pontuação entre ambos. Em 2013, Tocantins e Norte apresentaram queda no IDEB e, em 2015, assim como observado no IDEB do país, os resultados do estado e da região encerraram o período com ligeiro aumento. Em 2021 o IDEB projetado foi de 4,7, mas o IDEB alcançado no Tocantins foi de 4,1, sendo o maior da região Norte.

Apesar dos avanços no IDEB, dados do Sistema de Avaliação da Educação

Básica (SAEB) revelam um pouco mais sobre a situação da educação tocantinense. A escala de Língua Portuguesa no Ensino Médio varia de 225 a 425, dividida em oito níveis, onde quanto mais alto for o nível, melhor o desempenho. O Tocantins esteve no nível 1 entre 2005 e 2009, chegou ao nível 2 no ano de 2011, voltou ao nível 1 em 2013 e retornou ao nível 2 em 2015. Em um comparativo geral, é possível perceber que o estado esteve abaixo do desempenho nacional em todos os anos de avaliação. Em 2013, houve uma queda acentuada, tanto no cenário nacional (cerca de 5 pontos) quanto no estadual (cerca de 10 pontos) e, em 2015, estado e país elevaram suas médias.

Em relação à Região Norte do Estado do Tocantins e à própria região, apresentaram trajetórias distintas. Entre 2005 e 2007, os resultados de ambos foram próximos, mas em 2009 a região alcançou o melhor resultado do período (256,5). Após a queda de desempenho em 2013, estado e região aumentaram suas médias em 2015, mas Tocantins ficou cerca de 5 pontos atrás do resultado regional. Em 2021 a proficiência em língua portuguesa para o ensino médio tradicional no Tocantins foi de 267,3 pontos, o que equivale em torno de 7 pontos abaixo da média nacional.

A escala SAEB para a prova de Matemática do Ensino Médio varia entre 225 e 475 pontos (distribuídos em intervalos que correspondem a dez níveis). O desempenho estadual em Matemática manteve-se abaixo do resultado nacional em todo o período. É interessante destacar que tanto estado quanto país oscilaram muito pouco seus resultados de 2005 a 2015.

Outra semelhança dos resultados do SAEB Matemática é que, em 2011, Brasil e Tocantins apresentaram leve melhora de suas médias e apresentaram pequena queda em 2013. Já em 2015, enquanto o país caiu 0,2 pontos, Tocantins apresentou aumento de 1,9% em relação ao resultado anterior. Ao comparar o desempenho de Tocantins com a Região Norte, percebe-se que, da mesma forma que o observado no comparativo com o país, o estado manteve-se abaixo do desempenho regional em todos os anos de avaliação. A Região Norte encerrou o período com média de 253,2, enquanto o estado alcançou 251,9. Em 2021, a proficiência em matemática para o ensino médio tradicional no Tocantins foi de 265,4 pontos, o que equivale em torno de 3 pontos abaixo da média nacional.

Com base no Censo Escolar do Tocantins, em 2022, observa-se que as taxas menos favoráveis estão no 1º ano do Ensino Médio, sendo 5,6% de reprovação no 1º ano, 4,4% no 2º ano e 2,5% do 3º ano do ensino médio, sendo as taxas no país 3,5% para o 1º ano, 6,0% para o 2º ano e 7,7% para o 3º ano para o ensino médio. No que se refere à taxa de distorção idade-série, indicador que permite avaliar o percentual de alunos, em cada série, com idade superior à recomendada, a distorção é maior no primeiro ano do Ensino Médio, com taxa de 37,9%, sendo a média de 55,9% para o ensino médio no ano de 2006. Por outro lado, observa-se nos dados do censo escolar que no período de 2006 a 2021 há uma tendência de diminuição da distorção idade-série ao longo dos anos, exceto em 2010 e 2011 que houve um aumento. Em 2022, a taxa Brasil média para o ensino médio foi de 22,2%, enquanto o estado do Tocantins ficou em 22,5%.

O uso de computador e da internet nas escolas pode ser considerado uma ferramenta didática atual e dinâmica, capaz de despertar maior interesse dos jovens. Apesar de não ser unanimidade, há estudos que apontam para o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) nas salas de aula como responsáveis por elevar a qualidade da educação, bem como por proporcionar uma maior preparação dos jovens para atuar em um mundo global e competitivo.

Além da existência de computadores nas escolas, as pesquisas sinalizam a importância da preparação dos professores para a utilização de tais tecnologias, não sendo, portanto, automático o impacto na qualidade do ensino. Ademais, a existência de computador e internet nas escolas pode ser considerada uma boa forma de inclusão digital, uma vez que diversos jovens não possuem acesso a computadores ou internet em seus domicílios.

De acordo com o censo escolar de 2017, no estado de Tocantins 98,9% das escolas estaduais com Ensino Médio regular possuem computador, apesar de apenas 56 dos 139 municípios apresentarem entre 80% e 100% de acesso à internet em suas escolas. Os municípios de Campos Lindos, Filadélfia, Goiatins, Itacajá, Itaguatins, Monte Santo do Tocantins, Monte Santo do Tocantins, Paranã, Rio dos Bois, São Félix do Tocantins e Tocantínia possuem escolas com menos de 30% de acesso à rede mundial de computadores. A conectividade do ano de 2021 nas 493 escolas da rede

estadual de Ensino, identificou que 86% das escolas do Tocantins possuem acesso à internet. Comparativamente, o Estado ficou acima da média nacional, que é de 71%.

No que diz respeito ao local de funcionamento, à infraestrutura e aos serviços públicos, a partir de dados do Censo Escolar 2015, constata-se que as escolas de Ensino Médio tocantinenses funcionam majoritariamente (98,1%) em prédios escolares. Existem ainda 0,4% de escolas desenvolvendo suas atividades em templos religiosos; 1,9% em galpões; 0,4% em unidades prisionais e 0,4% na casa do professor.

A infraestrutura é um aspecto muito importante para o bom funcionamento de uma escola. Quando adequada às necessidades da comunidade escolar, ela é capaz de produzir efeitos que interferem diretamente no desempenho dos alunos, pois facilita os processos de aprendizagem, amplia oportunidades educativas, ajuda a dinamizar atividades e oferece um ambiente seguro e acolhedor. No Tocantins, quase todas as escolas possuem banheiro, sala dos professores, bibliotecas e quadra de esportes. Por outro lado, enquanto laboratórios de informáticas estão presentes na maioria das unidades escolares, a presença de laboratórios de ciências é pequena.

Dos serviços públicos essenciais mais presentes nas escolas tocantinenses estão: o abastecimento público de energia elétrica, a coleta regular de lixo e o abastecimento de água pela rede pública. E a maioria das escolas do Tocantins oferece turno noturno e uma parcela pequena disponibiliza ensino profissionalizante.

No ano de 2016 a Secretaria de Estado de Educação, Juventude e Esporte do Tocantins apresentava 15 programas e projetos em andamento, sendo estes classificados da seguinte forma: de competência federal (desenvolvidas pelo MEC ou em parceria com o referido Ministério); de competência exclusiva da Secretaria de Educação ou em parceria com outro órgão governamental; de parcerias com entidades privadas.

Dentre os programas de competência federal eram 5 iniciativas: Programa Nacional de Alimentação Escolar; Programa Nacional de Educação Fiscal; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC); Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares; e Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Os programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria de Educação do Estado somavam 03 iniciativas: Programa: Vamos Ler!; Voluntários Tocantins; Prêmio Escola Comunitária do Tocantins; Programa Gestão Compartilhada. Os programas desenvolvidos com outro órgão governamental identificados na pesquisa eram 03: Parlamento Jovem Brasileiro; Consórcio Brasil Central; e Observatório dos Adolescentes.

O cenário contemporâneo de espaços ocupacionais do/a assistente social, tem apresentado avanços na área da educação básica, em 2019 a Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, aprova que as redes públicas de Educação Básica contem com serviços da Psicologia e do Serviço Social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação. A aprovação da lei é marco de muitas lutas das duas categorias, para positivar direitos básicos dentro da rede de educação básica, com o objetivo de contribuir no processo de aprendizado e formação social de estudantes, e ainda subsidiar a convivência escolar e a relação família-escola, integrando assim as equipes multidisciplinares de profissionais da Educação Básica.

É imperioso destacar que, os/as profissionais do/a Serviço Social precisam ter uma formação profissional condizente com a realidade atual da educação básica, para uma inserção nesses espaços com possibilidades de análise de conjuntura, intervenção crítica reflexiva, com horizonte de ampliação de direitos, alargamento de acessos à educação pública, e dirimir assim violações e desigualdade social, baixa permanência na educação pública. Nesse bojo de formação superior, o curso de Serviço Social da Unitins, oferta uma disciplina de Política de Educação e Serviço Social, objetivando a formação crítica no contexto nacional da educação.

2.2.4 Empreendedorismo e Inovação

Disseminar a cultura do empreendedorismo constitui uma das funções precípuas da universidade no intuito de incentivar e apoiar a elaboração de projetos inovadores. Uma universidade empreendedora desenvolve ações que estimulam a inovação, a proatividade, as parcerias e os riscos organizacionais.

O empreendedorismo proporciona uma mudança no ambiente acadêmico conservador no sentido de valorizar o conhecimento por meio de aplicações práticas de pesquisa e ensino, gerando um aumento no desenvolvimento econômico e social.

Ele estimula a inovação, o estímulo à criatividade, protege a propriedade intelectual, a transferência de tecnologia, além de formar pessoas qualificadas para o mercado.

A universidade com o viés empreendedor fomenta a utilização dos benefícios da tecnologia para descentralizar o poder, redefinir valores, criar novas alianças e reformular o status quo, buscando disseminar o conhecimento entre universidade/empresa: universidade produzindo pesquisa e tecnologia e as empresas, apropriando-se dos conhecimentos, transfere-os para a sociedade, beneficiando-a.

As atividades de empreendedorismo entre os estudantes, por meio da pesquisa, tornam-se uma maneira de disseminar a cultura empreendedora no meio acadêmico. O desenvolvimento das atividades acadêmicas, associadas às pesquisas, contribuirá para o atendimento das demandas do Estado do Tocantins no que se refere ao desenvolvimento econômico e social na comunidade, além de proporcionar à atual geração, um novo perfil profissional adaptado ao mercado.

Etzkowitz (2003) define como universidade empreendedora, aquela que é capaz de gerar uma direção estratégica, formulando objetivos acadêmicos claros e transformando o conhecimento gerado na Universidade em um valor econômico e social. Considera a Universidade um ambiente propício à inovação, pela concentração de conhecimento e de capital intelectual, onde os estudantes constituem uma fonte de potencial empreendedor.

A Universidade Estadual do Tocantins, ciente do seu papel na formação do cidadão empreendedor estabelece que, caberá aos colegiados de cursos e seus respectivos NDE’s definirem quais competências empreendedoras pretendem desenvolver e por meio de quais métodos. Para tanto, adotará as competências empreendedoras definidas pela ONU em 2011, tais como: a busca de oportunidade, iniciativa, persistência, comprometimento, exigência de qualidade, eficiência, estabelecer metas, busca de informações, planejamento, monitoramento contínuo, persuasão, independência, autoconfiança, rede de contatos e o assumir riscos calculados.

O desenvolvimento das competências empreendedoras, a critério do NDE e Colegiado de Curso, poderá ocorrer em disciplina específica em que o objeto de

estudo seja Empreendedorismo e Inovação, e/ou em outras disciplinas no decorrer do curso. Tais competências a serem trabalhadas deverão constar nos PPC's, por meio das disciplinas específicas (ementas e respectivas bibliografias) ou, de forma transversal em outras disciplinas, de maneira a contemplar e contextualizar a área de atuação do referido curso.

Portanto, atendendo este propósito, o NDE e o Colegiado aprovaram a inclusão da Disciplina de Assessoria e Consultoria em Serviço Social, que anteriormente estava no eixo das disciplinas optativas, passando a tornar-se obrigatória. Esta disciplina tem por missão provocar nos (nas) discentes a perspectiva empreendedora, com possibilidade de implantação de um Núcleo de Assessoria e Consultoria em Serviço Social, vinculado à própria disciplina e à Coordenação do Curso.

3. CONTEXTO DO CURSO

3.1 Nome do Curso: Serviço Social

3.2 Objetivos do Curso

3.2.1 Objetivo geral

Habilitar profissionais capazes de intervir nas expressões da questão social que decorrem da reprodução das relações sociais capitalistas, apropriando-se das matrizes teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas para a conquista das garantias dos direitos sociais dos cidadãos.

3.2.2 Objetivos Específicos

I. Elaborar, executar e avaliar: planos, programas e projetos na área social;
II. Promover a participação dos usuários nos espaços de decisões das políticas sociais;
III. Formular propostas de políticas públicas voltadas à implementação dos direitos humanos;
IV. Planejar, organizar e administrar Políticas Sociais;
V. Realizar pesquisas que subsidiem a formulação e implementação de políticas públicas e ações profissionais;

VI. Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, a empresas privadas e às organizações da sociedade civil em matéria relacionada com Políticas Sociais e com a garantia dos direitos civis, políticos e sociais;

VII. Orientar a população na identificação dos meios de defesa e efetivação de direitos;

VIII. Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social;

IX. Incentivar a prática de postura investigativa por meio de atividades de ensino que permitam a construção do conhecimento e fomento à pesquisa, à iniciação científica e extensão.

3.3 Endereço de Funcionamento

Nome: CÂMPUS GRACIOSA

Endereço: Quadra 109 Norte, Avenida NS 15, Lote 09 - Plano Diretor Norte – CEP 77001-090. Telefone: (63) 3218-4914.

3.4 Coordenação de Curso e Identificação do Coordenador de Curso

A Coordenação do Curso de Serviço Social da UNITINS tem se consolidado em dinâmica colaborativa e participativa com ações integradas com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), o Colegiado de Curso, discentes e demais instâncias institucionais, fortalecendo a formação pública de qualidade, crítica e socialmente referenciada. Nestas instâncias colegiadas, as ações estratégicas e pedagógicas são debatidas, planejadas e definidas, assegurando o alinhamento do curso com as diretrizes institucionais e profissionais.

Além do caráter transversal deste trabalho, diversas atividades práticas são desenvolvidas ao longo dos semestres letivos. Essas ações envolvem a participação de acadêmicos, docentes, servidores administrativos e representantes da sociedade civil. Todas as atividades são cuidadosamente planejadas para atender às diferentes demandas e cumprir os prazos estabelecidos pela instituição.

O Curso é coordenado pela Professora Dra. **Gessyca Anne da Silva Baracho,**

docente efetiva do curso de Serviço Social da UNITINS com graduação, mestrado e doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Em sua trajetória reúne experiências profissionais e docentes, encontrando-se com 15 anos de formação em Serviço Social, em que se destaca a atuação como assistente social na política de Assistência Social e 7 anos de experiência docente, perpassando por coordenação de curso e ensino (graduação e pós-graduação *lato sensu*) em instituições públicas e privadas localizadas no Estado do Pará.

No que confere a sua participação em pesquisas, permanece atualmente como membro dos Grupos de Pesquisa: Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Políticas Públicas vinculado à UNITINS, na linha pesquisa Políticas Públicas e Processos Educativos para Cidadania; Grupo de Estudo Trabalho, Direitos Humanos e Seguridade Social (TRADHUSS), na linha de pesquisa Serviço Social e Trabalho na Amazônia, vinculado ao PPGSS/UFPA, concentrando seus estudos e pesquisas ao longo dessa jornada em temáticas sobre Estado Capitalista, Gênero e Divisão Sociossexual do Trabalho; Política de Assistência Social e a Formação Profissional em Serviço Social.

No exercício de suas funções, a coordenadora do curso de Serviço Social busca promover a formação crítica das/os discentes. Para isso, trabalha ativamente na efetivação das atividades pedagógicas, na promoção da unidade entre o corpo docente e na preservação do bom funcionamento e da infraestrutura de ensino. Essa responsabilidade envolve uma rotina diária composta por diversas tarefas administrativas e interpessoais, desenvolvidas em articulação com diferentes setores do Câmpus Palmas.

3.5 Características do Curso

- **Titulação:** Serviço Social
- **Modalidade de ensino:** Presencial
- **Turno de Funcionamento:** Noturno
- **Duração do curso (semestre/ano):** 8 Semestres / 4 anos
- **Integralização:** Mínimo de 4 anos; Máximo de 6 anos

- **Regime de Matrícula:** Semestral
- **Número de vagas:** de 40 (quarenta) alunos por turma com ingresso anual

O Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social está pautado na observância aos dispositivos legais e dispositivos regimentais, entre eles: LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20.12.1996); A matriz curricular obedece essas diretrizes legais: a Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, a Resolução n° 143/2022 do Conselho Estadual de Educação (CEE), que dispõe sobre as funções de regulação, avaliação e supervisão de instituições de educação superior e cursos de graduação e pós-graduação no Sistema Estadual de Ensino do Tocantins, o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em 25 de janeiro de 2002, que orientam a Resolução CNE/CES 15, de 13 de março de 2022, a qual estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social. DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Serviço Social (CNE Nº 15, DE 13 DE MARÇO DE 2002); RESOLUÇÃO CNE/CES 15, DE 13 DE MARÇO DE 2002; SINAES – Dispositivos legais e orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior; (Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004 e a Lei 11.788 de 25/09/2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes; Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (RESOLUÇÃO Nº 7, de 18 de dezembro de 2018).

3.6 Atos legais do Curso

Autorização/reconhecimento/renovação de reconhecimento

- **Resolução nº** 003/2010/Conselho Curador da Unitins – Criação do Curso presencial. Diário Oficial nº 3.163, 23 de junho de 2010;
- **CEE/TO:** Credenciado pelo Decreto nº 366/2013;
- **Reconhecimento:** Renovação pelo Decreto nº 5.930, DE 26 DE ABRIL DE 2019;

- **Renovação de Reconhecimento do Curso:** PARECER CEE/TO/CES Nº 456/2023, 28/06/2023.

Quantidade de vagas ofertadas semestralmente

O curso de Bacharelado em Serviço Social funciona com turmas de 40 vagas anual no período noturno.

O quantitativo de vagas ofertados para o curso está respaldado no contexto social da região, conforme já demonstrado, e a realidade social de Palmas-TO, que tem demandado significativamente profissionais da área para atuarem no enfrentamento das expressões da questão social. Estrategicamente, o Curso está localizado em uma região do Estado com diversos outros municípios em suas proximidades, possibilitando formar profissionais também para atuarem nestes municípios.

3.7 Forma de Acesso ao Curso e condições de oferta

O ingresso nos cursos de graduação da Unitins dar-se-á nas seguintes modalidades:

I. Vestibular;
II. Transferência interna;
III. Mudança de turno;
IV. Reingresso;
V. Transferência externa, nas seguintes formas:
    a) Transferência facultativa;
    b) Transferência ex-officio;
VI. Admissão de portador de diploma;
VII. Admissão de acadêmicos estrangeiros;
VIII. Outras modalidades de ingresso aprovadas pelo Consepe, ou legislação superior, homologadas pelo Consuni.

3.8 Informações relacionadas ao quantitativo do corpo discente

O Curso de Serviço Social conta com um total de 109 discentes matriculados no primeiro semestre de 2026. A predominância dos estudantes na universidade é do interior do Estado do Tocantins, seguido por alguns estados da região norte. São, em sua maioria, alunos(as) trabalhadores(as), idade entre 16 a 20 anos (43.5%), seguida da faixa etária entre 21 a 25 anos (28.3%); com relação ao sexo é predominantemente feminino, com 67.3% e masculino 32.4%; a maioria dos(as) estudantes são oriundos(as) da rede pública de ensino; quanto à cor 61.9% se auto declararam pardos(as), 21.4% como branca(os) e 14.3% como pretos(as); estado civil, 79.8 % declararam-se solteiros, 13.5% como casados e 4.8% como união estável; 32% declararam utilizar transporte próprio (moto e/ou carro), 26.7% utilizam transporte coletivo e os demais utilizam bicicletas ou carona solidária para o deslocamento até a universidade; 65.3% possuem renda até 03 salários mínimos e 20.4% possuem renda até 05 salários mínimos; 28% declararam que vivem da renda do seu grupo familiar composto por 03 pessoas e 24.4% vivem com grupo familiar composto por 4 pessoas.

Observa-se que a maioria dos acadêmicos (as), 90%, ingressou pelo vestibular da UNITINS, enquanto 10% por transferência externa. Dentre estes, a maioria dos acadêmicos ingressantes, 80%, cursou o Ensino Médio em escola da Rede Pública e 20% na Escola da Rede Particular.

Portanto, o curso de Serviço Social é predominantemente ocupado por pessoas oriundas da classe trabalhadora, que estudaram em escola pública, de famílias de um poder aquisitivo que não ultrapassa 5 (cinco) salários mínimos mensais.

3.9 Relação de Convênios vigentes com outras instituições

	INSTITUIÇÃO	INÍCIO	TÉRMINO
1.	Secretaria Municipal de Educação de Palmas - TO	04/09/2025	04/09/2027
2.	Fundação Pró-Rim	11/08/2025	11/08/2026
3.	Associação Cuidadores	23/07/2025	23/07/2027
4.	Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone (CEDECA)	17/04/2026	17/04/2030
5.	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Humano	13/11/2024	13/11/2027
6.	Serviço Social do Comércio - SESC	16/08/2024	16/07/2027

7.	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social	01/06/2023	01/06/2028
8.	Diretoria Regional de Educação - DRE - Palmas	16/05/2023	16/05/2028
9.	Secretaria de Estado da Saúde	17/04/2023	17/04/2028
10.	Defensoria Pública do Estado do Tocantins	17/03/2023	17/03/2027
11.	Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins	05/2022	10/05/2027
12.	Prefeitura Municipal de Nova Rosalândia	29/01/2026	31/12/2028
13.	Secretaria Municipal de Educação de Aparecida do Rio Negro	27/06/2025	31/12/2028
14.	Secretaria Municipal de Educação de Porto Nacional	13/09/2021	13/09/2026

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1 Perfil Profissional do Egresso

A/O Bacharel em Serviço Social, diplomado pela Universidade Estadual do Tocantins, será um profissional capaz de apreender as expressões da questão social, com capacidade crítica e propositiva para atuar na formulação e execução de propostas de políticas públicas voltadas à superação dos problemas sociais na promoção dos direitos humanos e na democratização da sociedade brasileira.

4.2 Potenciais do Curso

O potencial de qualidade do Curso de Serviço Social será uma marca institucional expressa na formação de profissionais dotados de capacidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-instrumental para interpretar, analisar e intervir na realidade social e nos fenômenos dela derivados, principalmente nas expressões da questão social, tais como pobreza, desemprego, fome, trabalho precário, violências, entre outras. Para tanto, esses profissionais devem demonstrar elevada capacidade e competência para planejar, pesquisar, assessorar, gerenciar, coordenar, dirigir, comunicar, orientar, articular e atender, em sua ação profissional, no âmbito das políticas sociais, em órgãos públicos e privados, governamentais e não governamentais, sempre na perspectiva do compromisso ético-político com os valores da democracia, liberdade, igualdade, equidade e justiça social.

O compromisso prioritário com o desenvolvimento sócio humano da região compõe o diferencial do profissional formado por este curso, com vistas a:

● compreensão do significado da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional, nacional e regional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade social;

● domínio intelectual do instrumental técnico a partir de uma educação com perfil crítico, rigor teórico, ético-político e técnico-operativo, voltado ao conhecimento e à transformação da realidade;

● domínio teórico da análise das transformações do capitalismo contemporâneo e dos projetos políticos em debate na sociedade brasileira;

● identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social;

● domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

4.3 Políticas Institucionais e sua correlação com o curso

As políticas de ensino de graduação são efetivadas pela Pró-reitora de Graduação (Prograd), que atua no desenvolvimento constante de mecanismos de acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico institucional e dos seus cursos, dos talentos humanos (docentes, discentes, técnico-administrativos) e da gestão acadêmica. Essas ações são exercidas de forma colaborativa entre os diversos órgãos que a compõem e com as demais unidades administrativas da Unitins, com a finalidade de promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação – MEC.

As ações são pautadas nos princípios democráticos de responsabilidade e de inclusão voltados à promoção da cidadania, bem como na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de proporcionar aos alunos a inserção e comprometimento com as demandas locais e regionais, promovendo a melhoria da qualidade de vida em prol da coletividade.

4.4 Organização Curricular

Os professores não devem simplesmente repassar conteúdos previamente programados e massificados sem analisar sua importância e necessidade no contexto social em que os egressos estarão inseridos. Pelo contrário, a seleção e a organização dos conteúdos devem ser feitas a partir do pressuposto de que teoria e prática se constituem numa unidade.

Deve-se dar ao aluno a oportunidade de redescobrir o conhecimento existente a partir de sua exposição aos conteúdos selecionados.

A seleção de conteúdo, portanto, leva em consideração: a superação linear e hierarquizada dos saberes; enfoques multirreferencializados com a ciência e a tecnologia; respeito aos conhecimentos prévios de todos os alunos e articulação com novos conhecimentos construídos no processo de formação; busca de interfaces entre ensino, pesquisa e extensão; sinalizações teóricas e práticas sobre os entrelaçamentos entre habilidades técnicas e humanísticas; predominância da formação sobre a informação e o comprometimento com os valores éticos e humanísticos.

4.4.1 Estrutura Curricular

A matriz curricular é organizada atendendo ao disposto nas diretrizes curriculares do Curso de Serviço Social, contemplando os eixos fundamentais: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

A Lei 11.645, de março de 2008, altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Nesse sentido, o curso de Serviço Social da Unitins, em suas componentes curriculares, contempla o que é direcionado por essa lei, sobretudo com as disciplinas de Formação sócio-histórica do Brasil, Antropologia, Fundamentos de Sociologia, Movimentos Sociais, Direitos Humanos e Gênero, raça/etnia e sexualidade.

Já com relação à Lei 9.795 de abril de 1999, que instituiu a PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental, o curso de Serviço Social da Unitins, atento a essas exigências, também investiu na criação de componentes curriculares: Política de habitação e Meio Ambiente, Movimentos Sociais, Questão Agrária e Direitos Humanos.

A matriz curricular do Curso de Serviço Social poderá ser atualizada uma vez por ano, a depender de demandas apresentadas pelo NDE e Colegiado do Curso. Os docentes responsáveis pelas disciplinas constroem as suas ementas e definem a bibliografia. Posteriormente, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) avalia todas as ementas e bibliografias das disciplinas e a estrutura do PPC. Após sua revisão e aprovação, o colegiado é demandado para, também, avaliar e aprovar o documento, que contempla um conteúdo mais atualizado da profissão, atendendo áreas de estudo que antes estavam descobertas.

4.4.1.1 Matriz Curricular 2023.1 - vigente para as turmas anteriores

Código	Disciplina 1º Período	Pré-requisito	C/h		
			Presencial	Prática	Extensão
16001129	Leitura e Produção de Textos		60h		
016001130	Formação Sócio-Histórica e Política do Brasil		60h		
016001131	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I		60h		
016001132	Fundamentos da Filosofia		60h		
016001133	Fundamentos da Antropologia		60h		
	Total Semestre: 300h		**300h**		
Código	**Disciplina 2º Período**	**Pré-requisito**	**C/h**		
			Presencial	**Prática**	**Extensão**
016001134	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II	016001131	60h		
016001135	Metodologia do Trabalho Científico		60h		
016001136	Fundamentos da Sociologia		60h		
016001137	Ciência Política		60h		
016001138	Questão Social I		60h		
	Total Semestre: 300h		**300h**		

Código	Disciplina 3º Período	Pré-requisito	C/h		
			Presencial	Prática	Extensão
016001139	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III	016001134	60h		
016001140	Fundamentos da Economia Política		60h		
016001141	Psicologia Social		60h		
016001142	Questão Social II	016001138	60h		
016001143	Política Social I		60h		
	Total Semestre: 300h		**300h**		
Código	**Disciplina 4º Período**	**Pré-requisito**	**C/h**		
			Presencial	**Prática**	**Extensão**
016001144	Movimentos Sociais e Serviço Social				60h
016001145	Processo de Trabalho no Serviço Social I		60h		
016001146	Política Social II	016001143	60h		
016001147	Seguridade Social: Saúde		60h		
016001148	Ética Profissional	016001139	60h		
	Total Semestre: 300h		**240h**		60h
Código	**Disciplina 5º Período**	**Pré-requisito**	**C/h**		
			Presencial	**Prática**	**Extensão**
016001149	Seguridade social: Assistência Social		60h		
016001150	Estágio Supervisionado em Serviço Social I	016001020	60h	225h	
016001151	Processo de Trabalho no Serviço Social II	016001145	60h		
016001152	Pesquisa Social I		60h		
016001160	Política de Habitação e Meio Ambiente				60h
	Total Semestre: 525		**240h**	**225h**	**60h**
Código	**Disciplina 6º Período**	**Pré-requisito**	**C/h**		
			Presencial	**Prática**	**Extensão**
016001154	Seguridade Social: Previdência		60h		
016001155	Direitos Humanos e Cidadania				60h
016001156	Pesquisa Social II	016001152	30h	30h	
016001157	Estágio Supervisionado em Serviço Social II	016001150	60h	225h	

016001158	Método Crítico Dialético		60h		
Total Semestre: 525			**210h**	**255h**	**60h**

Código	**Disciplina 7º Período**	**Pré-requisito**	**C/h**		
			Presencial	**Prática**	**Extensão**
016001153	Planejamento em Serviço Social		60h		
016001161	Política Social: Questão Agrária e Serviço Social		60h		
016001162	Infância e Adolescência: questões históricas e contemporâneas				60h
016001163	Trabalho de Conclusão de Curso I	016001156	30h	30h	
016001171	Assessoria e Consultoria em Serviço Social		30h	30h	
Total Semestre: 300h			**180h**	**60h**	60h

Código	**Disciplina 8º Período**	**Pré-requisito**	**C/h**		
			Presencial	**Prática**	**Extensão**
016001164	Trabalho de Conclusão de Curso II	016001163	60h	60h	
016001165	Gênero, raça/etnia e sexualidade		60h		
	Disciplina Optativa		60h		
016001167	Envelhecimento Humano e Serviço Social				60h
Total Semestre: 300h			**180h**	**60h**	60h

CARGA HORÁRIA DO CURSO				
	CH	**%**		
Estágio Supervisionado	450h	15%		
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	180h	6%		
Atividades complementares	150h	5%		
Disciplinas Extensionistas	300h	10%		
Componentes Curriculares	1.920h	64%		
Total geral da Matriz	**3.000h**	**100%**		

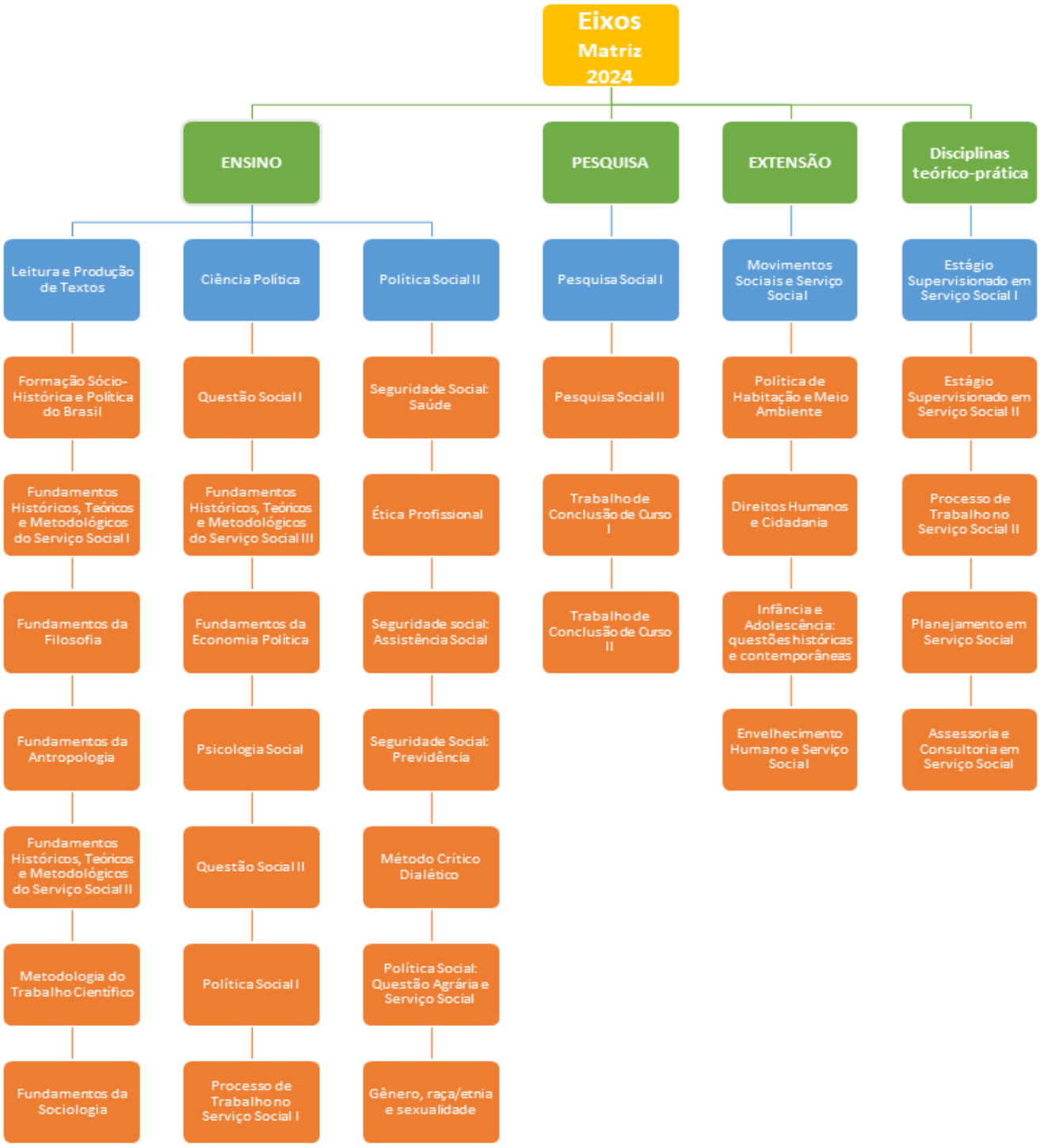
DISCIPLINAS OPTATIVAS

Código	**Disciplinas**	**C/H**
016001159	Estatística Básica	60h
016001168	Serviço Social no Campo Sociojurídico	60h
016001169	Política de Educação e Serviço Social	60h
016001170	Política de Saúde Mental e Serviço Social	60h

016001172	Desenvolvimento Regional do Tocantins	60h
016001173	Libras	60h
016001174	Questão Cultural e Sociedade	60h
016001175	Violência, Relações Sociais e Serviço Social	60h
016001176	Supervisão de Estágio e Docência	60h
016001177	Terceiro Setor e Serviço Social	60h
016001178	Direito e Legislação Social	60h
016001179	História sociocultural do Tocantins	60h
016001180	Inglês para fins acadêmicos	60h
016001181	Política das Relações Étnico-raciais, Afro-brasileira, Africana e Indígena	60h
016001182	Espanhol para fins acadêmicos	60h
016001183	Serviço Social e Inclusão Social da Pessoa com Deficiência	60h
016001184	Questões socioeconômicas e ambientais da Amazônia	60h
016001185	Serviço Social na área da atenção especializada do SUS	60h

A disciplina optativa é ofertada a partir de votação simples da maioria dos discentes, por meio de um formulário digital. A eleição é realizada sempre ao final do semestre letivo do 7º Período, a ser ofertada no 8º Período do Curso.

Componentes curriculares por eixo de formação


Eixos Matriz 2024
ENSINO
PESQUISA
EXTENSÃO
Disciplinas teórico-prática
Leitura e Produção de Textos
Formação Sócio-Histórica e Política do Brasil
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I
Fundamentos da Filosofia
Fundamentos da Antropologia
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II
Metodologia do Trabalho Científico
Fundamentos da Sociologia
Ciência Política
Questão Social I
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III
Fundamentos da Economia Política
Psicologia Social
Questão Social III
Política Social I
Processo de Trabalho no Serviço Social I
Política Social II
Seguridade Social: Saúde
Ética Profissional
Seguridade social: Assistência Social
Seguridade Social: Previdência
Método Crítico Dialético
Política Social: Questão Agrária e Serviço Social
Gênero, raça/etnia e sexualidade
Pesquisa Social I
Pesquisa Social II
Trabalho de Conclusão de Curso I
Trabalho de Conclusão de Curso II
Movimentos Sociais e Serviço Social
Política de Habitação e Meio Ambiente
Direitos Humanos e Cidadania
Infância e Adolescência: questões históricas e contemporâneas
Envelhecimento Humano e Serviço Social
Estágio Supervisionado em Serviço Social I
Estágio Supervisionado em Serviço Social II
Processo de Trabalho no Serviço Social II
Planejamento em Serviço Social
Assessoria e Consultoria em Serviço Social

4.4.1.2 Apresentação dos componentes curriculares em hora-aula de 50 minutos e hora-relógio

COMPONENTES	Hora-aula	Hora-relógio
Componentes Curriculares	**2.304**	**1.920**
Estágio Supervisionado	**540**	**450**
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	**216**	**180**
Atividades Complementares	**180**	**150**
Disciplinas Extensionistas	**360**	**300**
Carga Horária Total	**3.600**	**3.000**

4.4.1.3 MATRIZ CURRICULAR VIGENTE A PARTIR DE 2027.1

Código	Disciplina 1º Período	Pré-requisito	CH		
			Teórica	Prática	Extensão
16001129	Leitura e Produção de Textos		60h		
016001130	Formação Sócio-Histórica e Política do Brasil		60h		
016001131	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I		60h		
016001132	Fundamentos da Filosofia		60h		
016001133	Fundamentos da Antropologia		60h		
	Total Semestre: 300h		**300h**		
Código	**Disciplina 2º Período**	**Pré-requisito**	**CH**		
			Teórica	**Prática**	**Extensão**
016001134	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II	016001131	60h		
016001135	Metodologia do Trabalho Científico		60h		
016001136	Fundamentos da Sociologia		60h		
016001137	Ciência Política		60h		
016001138	Questão Social I		60h		
	Total Semestre: 300h		**300h**		
Código	**Disciplina 3º Período**	**Pré-requisito**	**CH**		
			Teórica	**Prática**	**Extensão**
016001139	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III	016001134	60h		
016001140	Fundamentos da Economia Política		60h		
016001141	Psicologia Social		60h		
016001142	Questão Social II	016001138	60h		
016001143	Política Social I		60h		
	Total Semestre: 300h		**300h**		
Código	**Disciplina 4º Período**	**Pré-requisito**	**CH**		
			Teóric	**Prática**	**Extensão**

			a		
016001144	Movimentos Sociais e Serviço Social				60h
016001145	Processo de Trabalho no Serviço Social I		60h		
016001146	Política Social II	016001143	60h		
016001147	Seguridade Social: Saúde		60h		
016001148	Ética Profissional	016001139	60h		
	Total Semestre: 300h		**240h**		60h

Código	**Disciplina 5º Período**	**Pré-requisito**	**CH**			
			Teórica	**Prática**	**Estágio**	**Extensão**
016001149	Seguridade social: Assistência Social		60h			
Inserir cód	Supervisão em Serviço Social I		60h			
016001150	Estágio Supervisionado em Serviço Social I	016001020			225 h	
016001151	Processo de Trabalho no Serviço Social II	016001145	60h			
016001152	Pesquisa Social I		60h			
016001160	Política de Habitação e Meio Ambiente					60h
	Total Semestre: 525h		**240h**		**225 h**	**60h**

Código	**Disciplina 6º Período**	**Pré-requisito**	**CH**			
			Teórica	**Prática**	**Estágio**	**Extensão**
016001154	Seguridade Social: Previdência		60h			
016001155	Direitos Humanos e Cidadania					60h
016001156	Pesquisa Social II	016001152	30h	30h		
Inserir cód	Supervisão em Serviço Social II	Supervisão em Serviço Social I	60h			
016001157	Estágio Supervisionado em Serviço Social II	016001150 Supervisão em Serviço Social I			225 h	
016001158	Método Crítico Dialético		60h			

Total Semestre: 525h			**210h**	**30h**	**225 h**	**60h**

Código	**Disciplina 7º Período**	**Pré-requisito**	**CH**		
			Teórica	**Prática**	**Extensão**
016001153	Planejamento em Serviço Social		60h		
016001161	Política Social: Questão Agrária e Serviço Social		60h		
016001162	Infância e Adolescência: questões históricas e contemporâneas				60h
016001163	Trabalho de Conclusão de Curso I	016001156	30h	60h	
016001171	Assessoria e Consultoria em Serviço Social		30h	30h	
Total Semestre: 330h			**180h**	**90h**	60h

Código	**Disciplina 8º Período**	**Pré-requisito**	**C/h**		
			CH Teórica	**CH Prática**	**Extensão**
016001164	Trabalho de Conclusão de Curso II	016001163	30h	60h	
016001165	Gênero, raça/etnia e sexualidade		60h		
	Disciplina Optativa		60h		
016001167	Envelhecimento Humano e Serviço Social				60h
Total Semestre: 270h			**150h**	**60h**	60h

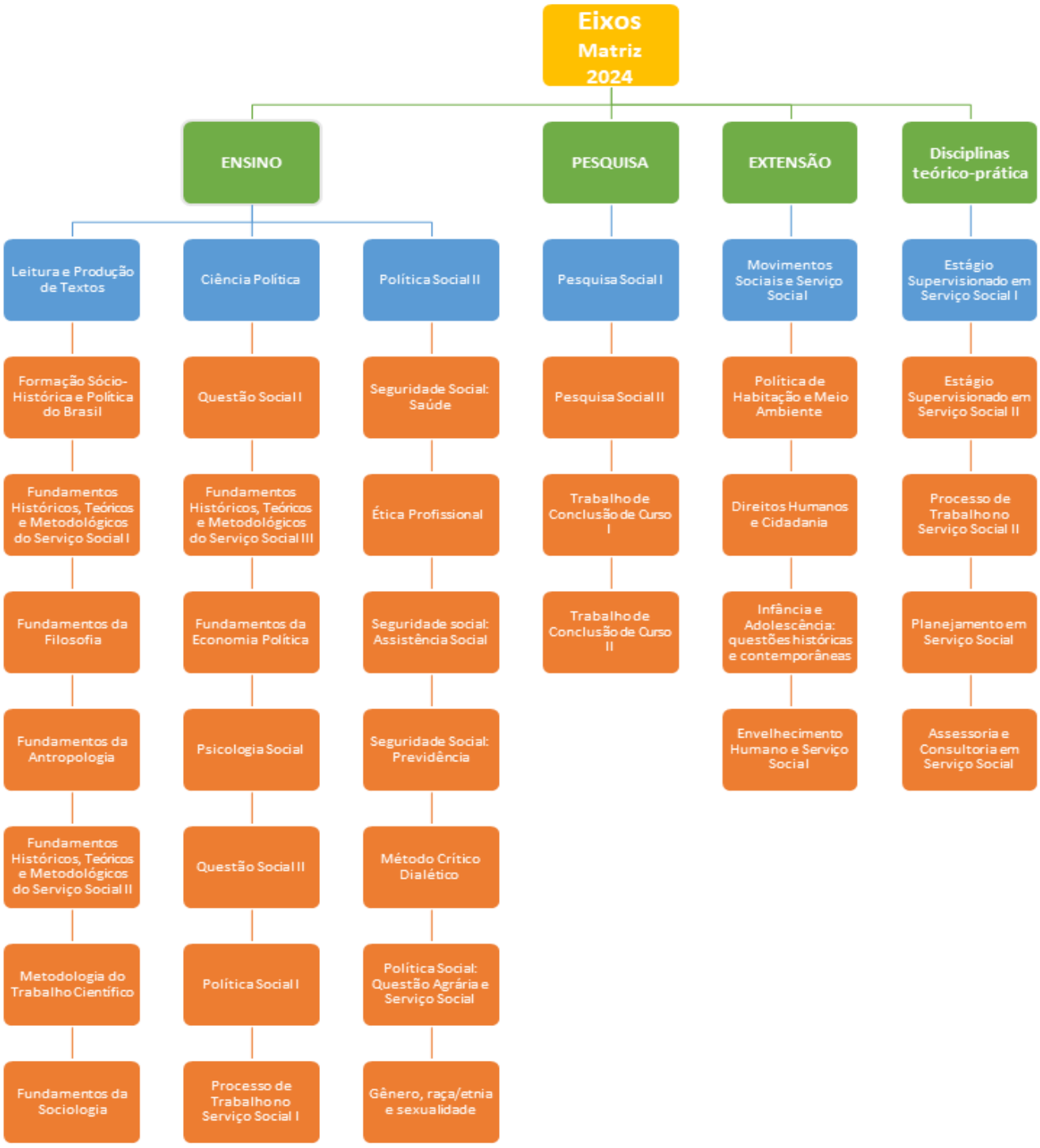
CARGA HORÁRIA DO CURSO					
	CH	**%**			
Estágio Supervisionado	450h	15%			
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	180h	6%			
Atividades complementares	150h	5%			
Disciplinas Extensionistas	300h	10%			
Componentes Curriculares	1.920h	64%			
Total geral da Matriz	**3.000h**	**100%**			

DISCIPLINAS OPTATIVAS

Código	Disciplinas	C/H
016001159	Estatística Básica	60h
016001168	Serviço Social no Campo Sociojurídico	60h
016001169	Política de Educação e Serviço Social	60h
016001170	Política de Saúde Mental e Serviço Social	60h
016001172	Desenvolvimento Regional do Tocantins	60h
016001173	Libras	60h
016001174	Questão Cultural e Sociedade	60h
016001175	Violência, Relações Sociais e Serviço Social	60h
016001176	Supervisão de Estágio e Docência	60h
016001177	Terceiro Setor e Serviço Social	60h
016001178	Direito e Legislação Social	60h
016001179	História sociocultural do Tocantins	60h
016001180	Inglês para fins acadêmicos	60h
016001181	Política das Relações Étnico-raciais, Afro-brasileira, africana e Indígena	60h
016001182	Espanhol para fins acadêmicos	60h
016001183	Serviço Social e Inclusão Social da Pessoa com Deficiência	60h
016001184	Questões socioeconômicas e ambientais da Amazônia	60h
016001185	Serviço Social na área da atenção especializada do SUS	60h

A disciplina optativa é ofertada a partir de votação simples da maioria dos discentes, por meio de um formulário digital. A eleição é realizada sempre ao final do semestre letivo do 7º Período, a ser ofertada no 8º Período do Curso.

COMPONENTES CURRICULARES POR EIXO DE FORMAÇÃO


Eixos Matriz 2024
ENSINO
PESQUISA
EXTENSÃO
Disciplinas teórico-prática
Leitura e Produção de Textos
Formação Sócio-Histórica e Política do Brasil
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I
Fundamentos da Filosofia
Fundamentos da Antropologia
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II
Metodologia do Trabalho Científico
Fundamentos da Sociologia
Ciência Política
Questão Social I
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III
Fundamentos da Economia Política
Psicologia Social
Questão Social III
Política Social I
Processo de Trabalho no Serviço Social I
Política Social II
Seguridade Social: Saúde
Ética Profissional
Seguridade social: Assistência Social
Seguridade Social: Previdência
Método Crítico Dialético
Política Social: Questão Agrária e Serviço Social
Gênero, raça/etnia e sexualidade
Pesquisa Social I
Pesquisa Social II
Trabalho de Conclusão de Curso I
Trabalho de Conclusão de Curso II
Movimentos Sociais e Serviço Social
Política de Habitação e Meio Ambiente
Direitos Humanos e Cidadania
Infância e Adolescência: questões históricas e contemporâneas
Envelhecimento Humano e Serviço Social
Estágio Supervisionado em Serviço Social I
Estágio Supervisionado em Serviço Social II
Processo de Trabalho no Serviço Social II
Planejamento em Serviço Social
Assessoria e Consultoria em Serviço Social

4.4.1.4 Apresentação dos componentes curriculares em hora-aula e hora-relógio

O curso de Serviço Social da Unitins obedece ao mínimo de carga horária definido para os cursos dessa área, que é de 3.000h, conforme define a RESOLUÇÃO Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007, fundamentado na LDB e nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

A hora-aula corresponde ao tempo de duração efetivo da aula. Na Unitins, é adotada a hora-aula que corresponde a 50 minutos. A hora-relógio equivale a um período de 60 (sessenta) minutos e deve ser utilizada para contabilizar a carga horária de integralização dos cursos.

O cálculo do número total de horas-aula ou a conversão de horas-aula para horas-relógio deverá ser feito por meio das seguintes fórmulas:

Cálculo do número de horas-aula (HA):	
$HA = \frac{HR \times 60}{50}$	Onde: HA = Número de horas-aula HR = Número de horas-relógio
Conversão de Hora-Relógio para Hora-Aula	
$HR = \frac{HA \times 50}{60}$	Onde: HR = Carga horária do curso em horas-relógio HÁ = Número de horas-aula

Essas fórmulas asseguram que a carga horária total do curso em horas-relógio, esteja corretamente dimensionada em horas-aula, em conformidade com a legislação educacional vigente, considerando a hora-aula de 50 minutos adotada pela IES.

Dessa forma, as aulas são distribuídas ao longo de um semestre letivo composto por **18 semanas**, totalizando **108 dias letivos semestrais**, em consonância com o mínimo legal de **200 dias letivos anuais de trabalho acadêmico efetivo, conforme previsto na LDB e no Regimento Acadêmico Institucional.**

Cada turno de aula é composto de 4 (quatro) aulas, com duração de 50 minutos cada, com um intervalo de 10 minutos a cada duas aulas. Conforme o Calendário Acadêmico, o semestre letivo possui duração de 18 semanas.

COMPONENTES	Hora-aula	Hora-relógio
Componentes Curriculares	**2.304**	**1.920**
Estágio Supervisionado	**540**	**450**
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	**216**	**180**
Atividades Complementares	**180**	**150**
Disciplinas Extensionistas	**360**	**300**
Carga Horária Total	**3.600**	**3.000**

4.5 Perfil Profissional do Egresso de Acordo com as DCN

4.5.1 Perfil do egresso

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.

A formação profissional proporcionada pelo curso promove as competências necessárias visando a garantia dos direitos sociais, dos direitos humanos e a diminuição das graves desigualdades sociais no Tocantins, além de promover a compreensão sobre a necessidade de políticas ambientais de desenvolvimento sustentável e práticas agrícolas ecologicamente fundamentadas.

Competências e Habilidades:

A) Gerais - A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à:

• Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;

• Identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social;
• Utilização dos recursos da informática.

B) Específicas - A formação profissional deverá desenvolver a capacidade de elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social:

• Contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;
• Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
• Realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais;
• Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
• Orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
• Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social.

4.6 Conteúdos Curriculares

O Curso de Serviço Social fundamenta-se em uma compreensão crítica da sociedade capitalista, procurando conhecer as diferentes correntes filosóficas. A formação profissional do Assistente Social está comprometida com os valores de liberdade, democracia, pluralismo, autonomia e com a perspectiva da transformação social, compromisso expresso no Código de Ética da profissão.

O curso se norteará pela metodologia educacional que considera o graduando sujeito do seu próprio conhecimento, o que significa estimular permanentemente o potencial criativo e intelectual no seu processo formativo. Entende-se, também, que, na relação docente-discente, o professor é um facilitador do processo ensino-aprendizagem, que, através da utilização de estratégias didáticas modernas, estimulará o desenvolvimento da formação profissional do discente de forma participativa, crítica e propositiva. Alcançar essa perspectiva pedagógica por meio da articulação de atividades de ensino - pesquisa - extensão visa à potencialização da

relação teoria-prática na formação profissional.

O conteúdo da disciplina de Estágio Supervisionado deve estar ligado aos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional, uma vez que tais núcleos devem permear o conteúdo das disciplinas que devem ser ofertadas anteriormente à realização do Estágio Supervisionado Curricular – quer obrigatório ou não obrigatório. Assim, somente tendo cumpridas as disciplinas de Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I, II, III e Ética Profissional, pela necessidade de formação do senso crítico e conhecimentos específicos básicos da profissão, é que o estudante poderá iniciar a atividade de estágio.

4.6.1 A Integralização da Carga Horária Total do Curso

O curso de Serviço Social está organizado com um total de 3.000 horas. Distribuídas em: Estágio Supervisionado I e II: 450h; Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): 180h; Atividades complementares: 150h; Disciplinas Extensionistas: 300h; Disciplinas teóricas: 1.920h. Com duração mínima de 04 (quatro) anos e no máximo 06 (seis) anos.

Aos (as) alunos(as) que ingressaram no Curso de Serviço Social da Unitins antes das mudanças definidas no presente documento, devidamente aprovado pelo Consepe e Consuni, e que ainda estiverem em processo de formação, serão garantidas as condições necessárias à total integralização e conclusão dos estudos para obtenção do título de Assistente Social.

As condições e procedimentos para a migração curricular decorrentes da reformulação deste documento estão definidos na Instrução Normativa/UNITINS/Nº 006/2019/GABREITOR, publicada no DOETO de 17 de dezembro de 2019.

4.7 Diretrizes para a Curricularização da Extensão na Unitins

Na Universidade Estadual do Tocantins - Unitins, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão é concebida como princípio institucional e pedagógico indispensável para a formação profissional. Mas é necessário que essa articulação de fato se efetive na vida acadêmica.

De acordo com o Observatório do Plano Nacional de Educação, até 2015 não havia nenhum levantamento do percentual de atividades de extensão que recebiam créditos curriculares em cursos superiores no Brasil. Encontravam-se apenas alguns registros sobre as atividades de extensão que eram validadas no âmbito das Atividades Complementares. Ensino e pesquisa sempre foram vistos como uma relação quase arbitrária para a comunidade acadêmica, não sendo necessário justificá-la. Não se quer aqui questionar esse vínculo e nem o seu impacto positivo na qualidade da formação discente. No entanto, o princípio da indissociabilidade entre Ensino-Pesquisa-Extensão ainda permanece algo nebuloso para boa parte da comunidade acadêmica. É nesse sentido que a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação vem expressar a compreensão da experiência extensionista como elemento formativo e colocar o estudante como protagonista de sua formação, deixando de ser mero receptáculo de um conhecimento validado pelo professor para se tornar participante do processo (Freire, 1983).

O desenvolvimento das atividades acadêmicas associadas tem por objetivo possibilitar ao estudante os meios adequados para ampliar os conhecimentos indispensáveis à sua formação; despertar e fomentar suas habilidades e aptidões para a produção de cultura e a transformação social.

No FORPROEX (2010), a Extensão Universitária foi definida sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. Definiram-se, ainda, as atividades extensionistas em seis tipos: programa, projeto, curso, evento, prestação de serviços; produção e publicação, distribuídas em oito grandes áreas temáticas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho.

No entanto, apenas dois tipos de atividades extensionistas foram contemplados no PNE de 2014-2024 para a implantação da extensão na matriz curricular dos cursos de graduação: Programas e Projetos de Extensão. Compreende-se a escolha desses dois tipos de atividades por suas características: duração, objetivos, interação social, articulação entre áreas e setores, e pelo atendimento às diretrizes nacionais

extensionistas. Os Programas e Projetos se caracterizam por constituírem ações contínuas ao longo de um período definido; integradas por grupos, comunidades ou entidades parceiras que participam do processo, desde sua concepção até a avaliação de resultados.

Observadas essas questões, a proposta de curricularização da extensão na Unitins deve estar em conformidade com a estratégia 12.7 (Créditos curriculares para extensão universitária - assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para as áreas de grande pertinência social) da Meta 12, estabelecida no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024).

Deve-se observar, também, a necessidade de adequação à Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na referida Meta, que parte da concepção de que a extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico que articula atividades de ensino e pesquisa promovendo, assim, o vínculo e aproximação necessária para estabelecer uma relação profícua e transformadora entre Universidade e Sociedade e vice-versa.

A Política Nacional de Extensão Universitária define cinco diretrizes que devem orientar a formulação e a implementação das ações de Extensão Universitária, pactuadas no FORPROEX:

a) interação dialógica;

b) interdisciplinaridade e interprofissionalidade;

c) indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão;

d) impacto na formação do estudante;

e) impacto e transformação social.

As diretrizes específicas para os cursos de graduação da Unitins devem observar ainda a INSTRUÇÃO NORMATIVA/CONSEPE/N. 001/2017, que objetiva e estabelece os procedimentos para institucionalização das ações de extensão no âmbito da Universidade, bem como a INSTRUÇÃO NORMATIVA/UNITINS/N.

005/2019, que regulamenta as ações de extensão como componente curricular obrigatório nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Universidade Estadual do Tocantins.

No capítulo primeiro, artigo 5º da instrução normativa/Unitins 005/2019 (DOE 5.540), estruturam-se diretrizes das atividades de extensão na universidade:

I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico;

V - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;

VI - o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;

VII - a promoção de iniciativas que expressam o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas em áreas prioritárias às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;

VIII - a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;

IX - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição

ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;

X - o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;

XI - a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira.

4.7.1 Diretrizes Específicas para a Curricularização da Extensão no Curso de Serviço Social

A proposta que aqui se delineia atende ainda ao disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional da Unitins (2023-2027), no item 4.2 Plano/Estudo e Estratégias de Curricularização, em que consta a meta “Curricularização (creditação) da Extensão”.

Nesse sentido, integrar a prática extensionista na matriz curricular do Curso de Serviço Social se torna uma ação-resposta a estas demandas e mais ainda, uma forma de consolidar o caráter transformador da relação Universidade com seu entorno e vice-versa. A Extensão universitária é pensada, portanto, na mesma perspectiva sinalizada por Freire (2001): não é um processo impositivo da lógica universitária para a comunidade; não se trata de uma comunicação de um núcleo intelectual que objetifica o outro sujeito ou cenário social, mas trata-se de um verdadeiro diálogo, que se propõe sistemático, porém sempre aberto à multiplicidade de representações de mundo.

Vale ressaltar que, na perspectiva de atuação da universidade, destacam-se a compreensão e o acolhimento das diferentes lógicas culturais e visões sobre o comportamento social, a organização e o desenvolvimento cultural e humano e os diversos significados e subjetividades que constituem as comunidades que estarão vinculadas à creditação da extensão definida para o Curso de Serviço Social.

Nesse sentido, definiu-se que as atividades de extensão serão desenvolvidas como disciplinas extensionistas distribuídas ao longo do curso, dispostas na matriz curricular que está delineada no PPC. Seguem algumas diretrizes para essa inserção:

1) São atribuições do Coordenador Geral do programa: organização das demandas administrativas; articular com a Proex o suporte necessário para execução das atividades; planejar as ações e atividades com os docentes das disciplinas extensionistas; fomentar o desenvolvimento de ações interdisciplinares; coordenar e supervisionar todas as atividades; estabelecer contatos com instituições e firmar parcerias; monitorar as atividades desenvolvidas; publicizar as ações desenvolvidas; acompanhar a produção de relatórios e validação das atividades extensionistas.

2) São atribuições do docente extensionista: articular com a coordenação do programa o planejamento do semestre; realizar planejamento semestral das atividades; fomentar a interdisciplinaridade; validar o plano de trabalho na Proex; articular contatos com instituições e comunidades para o desenvolvimento das ações; elaborar e apresentar os relatórios semestrais à Proex.

3) Cinco disciplinas serão extensionistas na referida matriz: Movimentos Sociais e Serviço Social; Direitos Humanos e Cidadania; Infância e Adolescência: questões históricas e contemporâneas; Envelhecimento Humano e Serviço Social; Política de Habitação e Meio Ambiente, conforme descrito na Tabela 1: disciplinas.

4) Integralmente a carga horária das disciplinas deverá contemplar atividades extensionistas.

5) Criação de um Programa de extensão que contemple essas disciplinas, observando os conteúdos já estudados que permitirão o desenvolvimento das ações de extensão.

6) O Programa se constituirá em uma ação permanente e poderá contemplar diversas ações de extensão: projetos de extensão, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços.

7) Cabe aos professores das referidas disciplinas extensionistas elaborar e preencher o formulário próprio da PROEX relativo ao programa, descrevendo as ações que serão desenvolvidas, observando os conteúdos já estudados pelos discentes e as possíveis práticas que se desenvolverão.

8) O plano e o programa de ensino das disciplinas extensionistas deverão detalhar as atividades e cronograma, descrever a metodologia e as formas de avaliação, e discriminar a carga horária correspondente.

9) Os professores da disciplina deverão se responsabilizar pelo cumprimento das exigências da PROEX para a manutenção dos programas de extensão, tais como elaboração de relatório semestral consubstanciado das atividades desenvolvidas e a avaliação das mesmas.

10) Para validação, as ações de extensão devem estar registradas e aprovadas no Sistema de Registro de Ações de Extensão da Unitins e será considerada a carga horária total da disciplina no semestre, incluída no sistema pelo professor da disciplina (coordenador da ação de extensão).

11) O Programa de Extensão ao qual se vincula a disciplina deve envolver a comunidade externa e constar no respectivo PPC, de forma articulada aos Objetivos do Curso e ao Perfil do Egresso.

12) As atividades de extensão desenvolvidas nas referidas disciplinas devem ser oferecidas ao estudante, preferencialmente, no seu turno de estudo.

13) Sugere-se que as ações sejam desenvolvidas a partir de uma metodologia participativa que é entendida como um conjunto de procedimentos por meio dos quais a comunidade acadêmica e a comunidade externa envolvidas nos programas estão interligadas em dispositivos de consulta, diagnósticos, ensino, pesquisa, capacitação, diálogos efetivamente elaborados para alcançar objetivos em comum.

14) Sugere-se, da mesma forma, que seja utilizada a pesquisa-ação como um instrumento fundamental para o desenvolvimento de uma visão e uma prática educativa que permita aos estudantes e professores a compreensão das singularidades do cotidiano comunitário e a sua participação.

A opção por definir programas de extensão que contemplem uma ou mais disciplinas favorece o cumprimento do que está estabelecido nas diretrizes nacionais e específicas da universidade para a curricularização da extensão, descritas anteriormente.

As ações de extensão (ACEs) do curso de Serviço Social serão contempladas pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 e INSTRUÇÃO NORMATIVA/UNITINS/N. 005/2019/GABREITOR, regulamenta as ações de

extensão como componente curricular obrigatório nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins).

Tabela 1 - Programas, disciplinas extensionistas e fundamentos teóricos já estudados pelos discentes, de acordo com a matriz, como base para o desenvolvimento das ações/práticas

PROGRAMA	Eixos	Disciplinas	Período	CH	Docente	Disciplinas Teóricas Estudadas
Serviço Social e Sociedade	Direitos Humanos	Direitos Humanos e Cidadania	6º	60h	Dr. Gustavo Gonçalves Fagundes	-Formação Sócio-Histórica e Política do Brasil; -Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I; -Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II; -Fundamentos da Sociologia; -Ciência Política; -Fundamentos da Economia Política; - Questão Social II; - Política Social I; - Política Social II; - Seguridade Social: Saúde; - Pesquisa social I; - Pesquisa social II; - Processo de Trabalho no Serviço Social II; - Planejamento em Serviço Social; - Política Social, questão agrária e serviço social; -Fundamentos da Antropologia; - Questão Social I; - Psicologia Social; -Política Social II; -Ética Profissional; -Seguridade social: Assistência Social; -Seguridade Social: Previdência.
	Movimentos Sociais	Movimentos Sociais e Serviço Social	4º	60h	A depender do semestre	
	Habitação e Meio Ambiente	Política de Habitação e Meio Ambiente	5º	60h	A depender do semestre	
	Infância e Adolescência	Infância e Adolescência: questões históricas e contemporâneas	7º	60h	A depender do semestre	
	Envelhecimento Humano	Envelhecimento Humano e Serviço Social	8º	60h	Dra. Leda Santana de Oliveira Noleto	
			Carga horária total	**300**		

4.8 Política de Cooperação e Internacionalização Universitária

A demanda pela expansão da internacionalização acadêmica tem crescido no Brasil e no mundo. A Declaração Mundial da Unesco para o Ensino Superior no Século XXI (1998) coloca a internacionalização como um fator fundamental para a excelência do Ensino Superior. Da mesma forma, os órgãos reguladores do Ensino Superior no Brasil, como o Inep/MEC e Capes/CNPq, têm exigido como critério de avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES) nos níveis de graduação, pós-graduação e pesquisa, a ampliação da internacionalização. Portanto, a internacionalização acadêmica integra a política pedagógica da Unitins, representada em seus documentos regentes, a saber, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e o Projeto Pedagógico Institucional – PPI, como universidade pública e do Estado do Tocantins, buscando reparar desigualdades regionais históricas e manter-se atualizada ante às exigências para formar uma universidade competitiva no cenário acadêmico nacional e mundial, fortalecendo o ensino, a extensão comunitária e a disseminação da pesquisa desenvolvida na Região Norte do Brasil ao nível global.

Nesta perspectiva, a Unitins conta, em sua estrutura organizacional, com a Diretoria de Assuntos Internacionais (Drint), lotada na Reitoria da universidade. A Diretoria possui equipe própria, composta por profissionais qualificados para a área de Relações Internacionais e com proficiência em línguas estrangeiras. A Unitins também estabeleceu uma Comissão Interna de Internacionalização — CII, composta por representantes das principais áreas da universidade e comandada pela Diretoria de Assuntos Internacionais, para discutir, planejar e tomar decisões estratégicas conjuntas sobre a internacionalização. Finalmente, a Diretoria também trabalha transversalmente com as Pró-reitorias de Graduação, Pesquisa e Pós-graduação, e Extensão, desenvolvendo ações em colaboração para atender às demandas da comunidade acadêmica.

A política pedagógica de internacionalização da Unitins está fundamentada nos seguintes pilares: 1) a internacionalização em casa; 2) o relacionamento acadêmico e diplomático; 3) as parcerias para cooperação e mobilidade acadêmica.

A internacionalização em casa constitui-se de práticas, projetos e ações pedagógicas que incentivem, facilitem e ampliem o acesso de alunos, professores e

pessoal técnico-administrativo às culturas, línguas e assuntos internacionais da universidade. É responsável pela inclusão de uma dimensão internacional, intercultural e/ou global no currículo acadêmico e no PPC (Projeto Pedagógico de Curso) dos cursos de graduação e pós-graduação, por meio de disciplinas, cursos, eventos e materiais de ensino, como, por exemplo, o ensino de idiomas estrangeiros para fins acadêmicos a partir da graduação.

O segundo pilar da política de internacionalização da Unitins visa ampliar sua relação com o exterior por meio do relacionamento acadêmico e diplomático. A internacionalização acadêmica no mundo exerce um papel histórico em fortalecer o relacionamento entre governos e países, buscando, por meio de encontros, eventos, parcerias, associações, redes bilaterais e multilaterais, acordos, entre outras atividades de representação e mediação diplomática, propagar a reciprocidade e o benefício mútuo entre os povos. Hoje, a Unitins conta com importantes parcerias diplomáticas, como a United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCC – ONU) e Unión de Parlamentarios Sudamericanos y del Mercosur (UPM – Mercosul).

Dessa forma, o último pilar da política de internacionalização da Unitins se concretiza com a cooperação e a mobilidade acadêmica. A Unitins tem promovido este pilar por meio de cooperações internacionais, tais como a FAUBAI (Associação Brasileira de Educação Internacional), Rede Inilatmov (Red Latinoamericana de Cooperación Universitaria – RLCU), e a Câmara de Internacionalização e Mobilidade da ABRUEM, a mobilidade acadêmica virtual e presencial e o desenvolvimento de pesquisas em parceria por meio da oferta de cursos, eventos, projetos, encontros, reuniões, publicações, visitas técnicas, grupos de pesquisa, participação em bancas, e outras atividades que possam ser realizadas conjuntamente com instituições parceiras internacionais.

Dentro desta visão, a Unitins reconhece a importância de formar cidadãos conscientes e proativos diante de necessidades globais e elege a internacionalização como uma das áreas prioritárias de seu planejamento de desenvolvimento institucional (PDI) no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

4.8.1. Internacionalização do Currículo

A internacionalização do currículo, em consonância com a Política de Internacionalização da UNITINS e seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), constitui-se como estratégia central da internacionalização em casa, integrando dimensões internacionais e interculturais à formação acadêmica sem depender da mobilidade física. Seu objetivo é democratizar o acesso à internacionalização, ampliando a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, conectando a universidade aos contextos local, regional, nacional e global. Dessa forma, a UNITINS reafirma seu compromisso com uma formação crítica, plural e globalmente engajada, fortalecendo os cursos de graduação frente às exigências da avaliação externa e preparando os estudantes para atuar em contextos multiculturais e em redes de cooperação acadêmica e profissional.

A proposta é que a internacionalização do currículo ocorra da seguinte forma:

- Disciplinas de idiomas voltadas a fins acadêmicos e profissionais;
- Oferta de componentes curriculares em línguas adicionais (Inglês e Espanhol como meios de instrução – EMI/SMI);
- Projetos colaborativos internacionais online, como o modelo COIL (Collaborative Online International Learning);
- Atividades pedagógicas com docentes estrangeiros, presenciais ou virtuais;
- Intercâmbios virtuais e cooperação acadêmica com universidades internacionais;
- Uso de materiais didáticos em outros idiomas, com abordagens comparadas, globais e interculturais.

Essas ações podem ocorrer de forma presencial, virtual ou híbrida, utilizando metodologias ativas (debates, estudos de caso, simulações, trabalho em equipe, jogos de papéis), com a participação de docentes nacionais e internacionais, podendo ser avaliadas por múltiplas atividades, por um ou mais professores, internos ou externos à Unitins, em blocos avaliativos diferentes.

4.9 Ementário e Bibliografia do curso

1º Período				
Leitura e Produção de Textos				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa

Concepções de linguagem e produção de textos. O texto e sua textualidade. Estrutura do texto, do parágrafo e da frase. O texto literário: poesia, romance, conto e cordel. O texto midiático: linguagem verbal e não verbal; intertextualidade e polifonia. Tipologias de gêneros textuais científicos: resenha, artigo de opinião, artigo científico. Produção e reescrita de textos científicos em diferentes situações de uso profissional. Variações e mudanças linguísticas segundo o Novo Acordo Ortográfico.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Rita de Cássia Santos. **Práticas de leitura e produção de textos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/114726. Acesso em: 23 abril 2024.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever**: estratégias de produção textual. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

SQUARISI, Dad; SALVADOR, Arlete. **Escrever melhor**: guia para passar os textos a limpo**.** 2ª ed. 4ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2015.

Bibliografia Complementar

AIUB, Tania**. Português**: práticas de leitura e escrita. Porto Alegre: Penso editora 2019.

BECKER, Howard S. **Truques da escrita:** para começar e terminar teses, livros e artigos**.** Tradução Denise Bottmann; revisão técnica Karina Kuschnir. – 1.ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

CAVALCANTI, Mônica Magalhães. **Os sentidos do texto**. 1ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura.** 19. ed. 3ª reimpressão. Série Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2012.

ROSSI, A. **Linguística textual e ensino da língua portuguesa**. Curitiba. Intersaberes, 2015. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/42165. Acesso em: 28 set. 2022.

Formação Sócio-histórica e Política do Brasil				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa

África-Brasil e sociedade escravista durante os períodos de Colônia e Império. Constituição política e o sistema de governo antes e pós-independência. Invenção da nação e o cenário social nos primeiros anos da república. Política, economia e processo de industrialização e urbanização nos anos de 1930-1963. Ditadura civil-militar, modernização conservadora, movimentos sociais e redemocratização.

Bibliografia Básica

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

PRADO Jr, Caio. **Evolução Política do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Bibliografia Complementar

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. Pinhais: Antares, 1984.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. Rio de Janeiro: Globo, 1979.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2003.

FREIRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1964.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Brasília: Editora da UNB, 2004.

PRADO Jr, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa

Gênese, institucionalização e consolidação do Serviço Social. O surgimento e desenvolvimento do Serviço Social na América Latina. Aportes teórico-metodológicos do Serviço Social Europeu e Norte-Americano sob a influência das Ciências Sociais. A inserção do Serviço Social na América Latina e no Brasil sob a hegemonia dos projetos profissionais com base conservadora.

Bibliografia Básica

IAMAMOTO, Marilda Villela e CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

MANRIQUE CASTRO, Manuel. **História do Serviço Social na América Latina**. 8ª edição, São Paulo: Cortez/CELATS, 2007.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2006.

Bibliografia Complementar

AGUIAR, Antonio Geraldo de. **Serviço social e filosofia**: das origens à Araxá. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2009.

Fundamentos da Filosofia				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa

Os fundamentos ontológicos do ser social. As formas de consciência: política, ciência, religião, moral e arte. Matrizes históricas do pensamento filosófico ocidental. Principais correntes filosóficas que embasam o Serviço Social.

Bibliografia Básica

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da filosofia**: história e grandes temas. São Paulo: Saraiva, 2006.

MAGEE, Bryan. **História da Filosofia.** São Paulo: Loyola, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, 2001.

Bibliografia Complementar

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado**. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

ARISTÓTELES. **Política.** São Paulo: Martin Claret, 2017.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história.** 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

PLATÃO. **A República.** São Paulo: Martin Claret, 2016.

SARTRE, Jean-Paul. **Crítica da razão dialética.** 1ª. Ed. São Paulo: DP&A Editora, 2002.

Fundamentos da Antropologia				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa

Antropologia Cultural, Estrutural e Política. Cultura e indivíduos. Parentesco e estrutura social. Sistemas de controle. Antropologia e o mundo contemporâneo, com ênfase na realidade brasileira. Relação entre o material e o simbólico na construção das identidades sociais e expressões culturais.

Bibliografia Básica

ENGELS, Friedrich. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Editora Global, 1986.

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

RIBEIRO, Darcy. **O Processo Civilizatório**: etapas da evolução sociocultural. São Paulo: Editora Vozes, 1978.

Bibliografia Complementar

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia**. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2015.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**, São Paulo: Brasiliense, 2003.

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes trópicos**. Lisboa: Editora 70, 1981.

MELLO, Luiz Gonzaga de. **Antropologia cultural**: iniciação, teoria e temas. São Paulo: Vozes, 2015.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. São Paulo: Zahar, 2010.

2º Período

Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa

A modernização do Serviço Social: o papel do Desenvolvimento de Comunidade nos Estados Unidos e sua difusão na América Latina. Modernização conservadora, a renovação e a construção do processo de ruptura do Serviço Social na América Latina e Brasil. A ditadura civil-militar de 1964, a reforma universitária, a laicização do Serviço Social. Projetos Profissionais com base conservadora e o Projeto Profissional de ruptura.

Bibliografia Básica

IAMAMOTO, Marilda. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. S. Paulo, Cortez, 2007.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira (orgs.). **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar

BOFF, Leonardo; REGIDOR, José R., BOFF, Clodovis (orgs.) A **teologia da libertação**: balanço e perspectivas. São Paulo: Ática, 1996.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Metodologia e ideologia do trabalho social**. São Paulo, Cortez, 2009.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional**. 7. ed. São Paulo: Cortez. 2011.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira** - 1964-1985. São Paulo: Cortez, 2018.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 3ª.ed. São Paulo, Cortez, 2006.

Metodologia do Trabalho Científico				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa

Finalidade da metodologia científica. Metodologia de estudos. A pesquisa enquanto instrumento de ação reflexiva, crítica e ética. Tipos, níveis, etapas e planejamento da pesquisa científica. Diretrizes básicas para elaboração de trabalhos didáticos, acadêmicos e científicos. Normas técnicas da ABNT para referências, citações e notas de rodapé.

Bibliografia Básica

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 8º ed. São Paulo: Atlas: 2012.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos

monográficos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa**: Abordagem teórico-prática. Campinas: Papirus, 2012.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PORTO-JUNIOR, Gilson Pôrto. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Palmas: Unitins, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

VIEIRA, José Guilherme Silva. **Metodologia de pesquisa científica na prática**. Curitiba: Editora Fael, 2010.

Fundamentos da Sociologia				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa

A Sociologia como ciência e o contexto sócio-histórico do seu surgimento. As matrizes clássicas do pensamento sociológico: o fato social em Émile Durkheim, a ação social em Max Weber, a contradição entre forças produtivas e relações sociais de produção em Karl Marx. Ciência, tecnologia e capitalismo. Teoria sociológica contemporânea: Pierre Bourdieu, Norbert Elias, Anthony Giddens e Robert Kurz. A contribuição das teorias sociológicas para o Serviço Social.

Bibliografia Básica

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4ª ed. Porto Alegre: Editora Artmed, 2005

MARX, Karl. **O manifesto do partido comunista**. Lisboa: Editorial Avante, 1997.

QUINTANERO, Tânia. **Um toque de clássicos**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

Bibliografia Complementar

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é sociologia**. Coleção Primeiros Passos, vol. 57, 65ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

Ciência Política				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	

Ementa

A pólis e o fenômeno político: o discurso e o exercício da política. Espaço público, sociedade e Estado na Antiguidade Clássica e na Idade Média. A estatização do direito e o surgimento do Estado nacional. O absolutismo, o contratualismo, o liberalismo e o federalismo: surgimento e evolução. O constitucionalismo. Estado, Sociedade e Democracia.

Bibliografia Básica

GRAMSCI, Antônio. A Formação dos Intelectuais. In: **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MARX, Karl. Prefácio de para a crítica da economia política. In: **Manuscritos econômicos filosóficos e outros textos escolhidos.** São Paulo: Abril Cultural, 1978.

WEBER, Max. **Os três tipos puros de dominação legítima**. In: WEBER, Max. **Sociologia**. Coleção de grandes cientistas sociais. nº 13. São Paulo: Ática, 1979.

Bibliografia Complementar

ARISTÓTELES. **A política**. São Paulo: Abril Cultural, 2009.

BONAVIDES, Paulo. **Teoria do Estado**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia.** 13 ed. São Paulo: São Paulo, 2015.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2017.

MAQUIAVEL, Nicolau**. O Príncipe.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Questão Social I				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa

Concepção de trabalho. A origem do capitalismo. A divisão social do trabalho. As categorias do trabalho. Trabalho como valor de uso e de troca. O significado e a centralidade do trabalho no capitalismo. A lei geral da acumulação capitalista e as compreensões teóricas sobre a questão social.

Bibliografia Básica

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. São Paulo: L&PM, 2010.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria "questão social" em debate.** São Paulo: Cortez, 2010.

Bibliografia Complementar

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. São Paulo: Vozes, 2009.

HUBERMAN, Léo. **História da riqueza do homem**. 21 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

IAMAMOTO, Marilda. **Trabalho e indivíduo social**. São Paulo: Cortez, 2001.

ROSANVALLON, Pierre. **A nova questão social.** Distrito Federal: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

3º Período				
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa

O debate profissional a partir da década de 1980: a polêmica histórica, teoria e método no Serviço Social. A produção de conhecimentos em Serviço Social. A organização política e a formação dos assistentes sociais nos anos 90: extinção da ANAS, fortalecimento do CFESS/CRESS e passagem da ABESS para a ABEPSS. Projeto Ético-político do Serviço Social.

Bibliografia Básica

ABRAMIDES, M.B.; CABRAL, M.S.R. **O novo sindicalismo e o serviço social**. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2015.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira (orgs.). **Serviço Social no Brasil**: História de Resistências e de Ruptura com o Conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

Bibliografia Complementar

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro e questão social. São Paulo: Cortez, 2012.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O serviço social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2011.

Fundamentos da Economia Política				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa

Retrospectiva da evolução do pensamento econômico. A transição do feudalismo para o sistema capitalista. O estudo das bases do sistema capitalista. A teoria do valor, formas de reprodução e desenvolvimento do capital e o socialismo de Karl Marx. As alternativas keynesianas e neoliberais para as crises do sistema capitalista e seus impactos.

Bibliografia Básica

KEYNES, John M. **Teoria geral dos juros da moeda e do emprego**. São Paulo: Atlas, 1992.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 30. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012.

Bibliografia Complementar

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. São Paulo: LVM Editora, 2010.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. 3. ed. São Paulo: Global Editora, 1985.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

NUNES, António José Avelãs. **Uma Introdução à Economia Política**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

SMITH, Adam**. A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Psicologia Social

Carga Horária	Teórica	Prática	Extensionista	EaD
60h	60h	---	---	---

Ementa

A construção social do sujeito e da sociedade enquanto realidade subjetiva. A sociedade e as Instituições. Identidade. Processos psicossociais e ideologia. A Psicologia do homem concreto no seu mundo social e cultural.

Bibliografia Básica

BOCK, Ana Mercês Bahia, FURTADO, Odair; GONÇALVES, M. G. M. (Orgs.). **Psicologia sócio-histórica***:* uma perspectiva crítica em psicologia. São Paulo: Cortez, 2011.

COUTINHO, Maria Chalfin; BERNARDO, Maria Hespanhol; SATO, Leny (Orgs.). **Psicologia Social do Trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2017. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 19 abr. 2024.

JACQUES, M. DA G. C.et al. **Psicologia Social Contemporânea**: Livro-texto. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 19 abr. 2024.

Bibliografia Complementar

BOCK, Ana Maria Bahia (Org.). **Psicologia e o compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2003.

CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Orgs). **Psicologia Social do Racismo**: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. (Para compra)

CIAMPA, A. C. **A estória de Severino e a história de Severina**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

GONÇALVES, Maria da Graça M. **Psicologia, Subjetividade e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 2010. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 19 abr. 2024.

LANE, S. T. M. **O que é Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

Questão Social II				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa

O processo de produção e reprodução da questão social na sociedade capitalista brasileira. Significado contemporâneo da questão social no Brasil. Principais formas de expressão da questão social no Brasil. Exploração do trabalho e desigualdade social. Expressões da questão social no Tocantins.

Bibliografia Básica

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho. São Paulo: Cortez, 2010.

MARINI, Rui. **Dialética da dependência.** Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS. Josiane Soares. "**Questão Social"**: particularidades no Brasil. Coleção biblioteca básica do serviço social, v.6. São Paulo: Cortez, 2012.

Bibliografia Complementar

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial.** São Paulo: Expressão Popular, 2016.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente. São Paulo: Cortez, 2007.

Política Social I				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa

Gênese das Políticas Sociais no contexto de surgimento do Estado Capitalista. O cenário clássico do capitalismo no Liberalismo. O desenvolvimento do "*WelfareState"*

nos países europeus e New Deal nos EUA. As concepções de políticas sociais no: liberalismo clássico, marxismo. O Serviço Social e sua institucionalização e o redimensionamento do conhecimento teórico-prático da política social nos anos de 1970.

Bibliografia Básica

BEHRING, Eliane Rossetti. **Política Social no Capitalismo Tardio**. São Paulo: Cortez, 2002.

BEHRING, Eliane Rossetti e BOSCHETTI, Ivete. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2011.

MARSHALL, Thomas H. **Cidadania, Classe Social e "Status**". Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

Bibliografia Complementar

CUEVA, Agustin. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global, 1983.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. São Paulo: Global Editora, 2015.

KARL, Polanyi. **A grande Transformação**: as origens da nossa época. 2000.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

4º Período

Movimentos Sociais e Serviço Social				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**---**	**---**	**60h**	**---**

Ementa

Estado e Movimentos Sociais. Processo de construção de lutas políticas na perspectiva da classe trabalhadora. A interface do Serviço Social com a questão de gênero e sexualidades, meio rural e urbano, direito do trabalhador, questões étnicas

e ambientais, relacionadas à realidade brasileira.

Bibliografia Básica

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa *et al* (orgs). **Movimentos sociais e serviço social**: uma relação necessária. Cortez 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2012.

MONTAÑO, Carlos e DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar

ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV**. São Paulo: Boitempo, 2019.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais na era global**. São Paulo: Vozes, 2014.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Processo de Trabalho no Serviço Social I				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa

Processo de trabalho no capitalismo. A inserção do assistente social nos processos de trabalho público e privado; o mercado e as condições de trabalho; a relação com a instituição e com os usuários; as demandas profissionais; a burocracia e o trabalho profissional; a capacitação profissional; a utilidade social da profissão. Relação entre teoria e prática. Mediação.

Bibliografia Básica

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2000.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
PONTES, Reinaldo Nobre**. Mediação e Serviço Social**. Cortez: São Paulo, 2010.

Bibliografia Complementar

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.
BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL E ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Programas de Capacitação em Serviço Social e Política Social**. A organização e gestão das políticas sociais. **Brasília, editora da** UNB, 2009.
FREIRE, Lúcia Maria de Barros. **O serviço social na reestruturação produtiva**: espaços, programas, direções e processos do trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2010.
KARSCH, Úrsula Margarida Simon. **O serviço social na era dos serviços.** São Paulo: Cortez, 2015.

Política Social II				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa

Estado moderno e a configuração da Política Social. Análise das políticas sociais e suas repercussões sociais. O contexto político, social e econômico do Brasil e as políticas sociais dos anos de 1980 até a atualidade. A Política Social na realidade brasileira: gestão, financiamento e controle social. A esfera pública e a reprodução de desigualdades e manutenção da ordem social. Serviço social na execução da Política Social.

Bibliografia Básica

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo, Cortez, 2008.

FILHO, Rodrigo de Souza & GURGEL, Claudio. **Gestão democrática e serviço social**: princípios e propostas para a intervenção crítica. São Paulo: Cortez, 2018.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política Social**: Temas e questões. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING; Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Morais; MIOTO, Regina Célia Tamaso (org.) **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL E ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Programas de Capacitação em Serviço Social e Política Social. A organização e gestão das políticas sociais. **Brasília**, editora da UNB, 2009.

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. São Paulo: Papirus, 1995.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Seguridade Social – Saúde				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa

Análise histórica das políticas de saúde: determinantes políticos, socioeconômicos, ambientais e institucionais, no âmbito da relação Estado e Sociedade. Reforma Sanitária Brasileira. Sistema Único de Saúde. As políticas de saúde no contexto da Seguridade Social. A contribuição do Serviço Social na produção e no redimensionamento do conhecimento teórico-prático das políticas de saúde.

Bibliografia Básica

BRAVO, Maria Inês Souza (orgs.). **Saúde e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2009.

MOTA, Ana Elizabete *et al* (orgs.). **Serviço social e saúde**: Formação e trabalho profissional. São Paulo: 2009.

PAIM, Jairnilson. **Reforma Sanitária Brasileira**: contribuição para a compreensão e crítica. Rio de Janeiro: Fiocruz; Salvador: editora da UFBA; 2008.

Bibliografia Complementar

BISNETO, José Augusto. **Serviço social e saúde mental**: Uma análise institucional da prática. São Paulo: 2007.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Os Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde**. CFESS, 2008.

BRAVO, Maria Inês Souza. **Saúde e serviço social no capitalismo**: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2013.

VASCONCELOS, Ana Maria. **Prática do Serviço Social**: cotidiano, formação e alternativa na área da saúde. 3. ed. São Paulo: Cortez. 2011.

PAIM, Jairnilson. **O que é o SUS?** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

Ética Profissional				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa

Os fundamentos ontológicos da dimensão ético-moral da vida social. A construção da ética profissional. A trajetória da ética na história do Serviço Social. A construção e o significado do projeto ético-político e profissional. A atualidade do debate ético: Código de Ética e Lei que regulamenta a profissão. Dilemas ético-morais no exercício profissional.

Bibliografia Básica

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Código de ética do/a Assistente Social comentado**.

São Paulo: Cortez, 2012.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social**: Fundamentos ontológicos. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Ética**. 24 ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2005**.**

Bibliografia Complementar

BONETTI, Dileusa A (org)**. Serviço social e ética**: convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2010.

FORTI, V. e GUERRA, Yolanda. **Ética e direitos**: ensaios críticos. Rio de Janeiro: Lumens Júris. 2011.

MATOS, Maurílio Castro de. **Serviço social, ética e saúde**: reflexões para o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2013.

5º Período				
Seguridade Social: Assistência Social				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa

O sistema de Seguridade Social na Constituição de 1988. Seguridade e Assistência Social. Análise da política de Assistência Social: bases conceituais e legais, princípios e diretrizes, natureza e alcance dos direitos. Estrutura organizacional e mecanismos de gestão, funções e beneficiários. SUAS – Sistema Único de Assistência Social.

Bibliografia Básica

COUTO, Berenice Rojas. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil**: uma realidade em movimento. São Paulo, Cortez, 2014.

SPOSATI. Aldaíza. et al. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. São Paulo: Cortez, 2010.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e Assistência Social**. São Paulo, Cortez, 2006.

Bibliografia Complementar

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Os Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Assistência Social**. CFESS, 2007.

COUTO, Berenice Rojas. **Direito social e a assistência social na sociedade brasileira**. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Marta Borba. **Assistência social e seus usuários**: entre a rebeldia e o conformismo. São Paulo, Cortez, 2014.

SPOSATI. Aldaíza. **Menina LOAS (A)** - um processo de construção da Assistência Social. São Paulo, Cortez, 2010.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de Assistência Social**: caminhos da construção democrática. 2.ed. São Paulo, Cortez, 2005.

Supervisão em Serviço Social I				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa

O estágio supervisionado como práxis profissional. A mediação como categoria de análise do espaço sócio-ocupacional e os rebatimentos da conjuntura no campo de estágio. Avaliação institucional a partir da dinâmica institucional e as relações de poder: tipos de demandas. Atribuições e competências. Planejamento e sistematização do cotidiano profissional.

Bibliografia Básica

ABREU, Marina. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 73. São Paulo: Cortez, 2004.

GUERRA, Y. O estágio supervisionado como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática. In: SANTOS, C. M.; LEWGOY, A; M; ABREU, M. H. E. **A**

supervisão de estágio em serviço social: aprendizados, processos e desafios. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2010.

Bibliografia Complementar

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes Gerais para os Planos de Estágio:** Política Nacional de Estágio. Brasília, DF: ABEPSS, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética da/o Assistente Social.** Lei nº 8.662/1993 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília, DF: CFESS, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução CFESS nº 533**, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. Brasília, DF: CFESS, 2008.

FALEIROS, V. **Saber profissional e poder institucional.** São Paulo: Cortez, 2001

SANTOS, Cláudia Mônica. **Na prática a teoria é outra?** Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de janeiro: Lumem Juris, 2010.

Estágio Supervisionado em Serviço Social I				
Carga Horária	**Teórica**	**Estágio**	**Extensionista**	**EaD**
225h	**---**	**225h**	**---**	**---**

Ementa

Desenvolvimento de competências, a partir das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Análise de conjuntura, institucional, compreensão das ações propostas no campo de estágio, das formas de organização da política social no enfrentamento da questão social, caracterização da população usuária.

Bibliografia Básica

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. **Estágio supervisionado**. São Paulo: Cortez, 1995.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. **Supervisão em serviço social**: o supervisor, sua relação e seus papéis. São Paulo: Cortez, 2011.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. São Paulo, Cortez: 2010.

Bibliografia Complementar

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortes, 2015.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em serviço social**: desafios para a formação e exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2010.

Processo de Trabalho no Serviço Social II				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa

As perspectivas teóricas e metodológicas na construção dos instrumentos de intervenção. As dimensões da prática profissional. Instrumentalidade, competências e intervenção profissional. O Espaço Institucional, a hegemonia e a construção das competências no exercício profissional. Instrumentais técnico-operativos. Interdisciplinaridade.

Bibliografia Básica

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2006.

GUERRA. Iolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e

formação profissional. São Paulo, Cortez, 2015.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL E ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Programas de Capacitação em Serviço Social e Política Social. A organização e gestão das políticas sociais. **Brasília,** editora da UNB, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 8 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1989.

SÁ, Jeanete L. Martins de. **Serviço social e interdisciplinaridade.** São Paulo: Cortez, 1989.

Pesquisa Social I				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa

Introdução à pesquisa social. Ciência e conhecimento. Método em pesquisa social. Orientações teórico-filosóficas presente na pesquisa social: positivismo, fenomenologia e materialismo histórico-dialético. A transformação do objeto social em objeto científico. A pesquisa social como competência profissional.

Bibliografia Básica

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2015.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em Serviço Social**: Utopia e Realidade. São Paulo: Cortez, 2013.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 2011.

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. **Pesquisa e produção de conhecimento em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2025. (Biblioteca Básica de Serviço Social) ISBN 978-65-5555-572-1.

Bibliografia Complementar

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2014.

LAVILLE, LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanaş. Trad. Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2015.

SEVERINO. Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. São Paulo. Cortez. 2016

Política de Habitação e Meio Ambiente				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**---**	**---**	**60h**	**---**

Ementa

Aspectos contemporâneos das políticas públicas de habitação e meio ambiente. Marcos legais. Trabalho Social em programas de habitação de interesse social. Responsabilidade social e conflitos ambientais. Elaboração de Projetos de Educação Ambiental.

Bibliografia Básica

AGRA FILHO, Severino Soares. **Planejamento e gestão ambiental no Brasil**: os instrumentos da política nacional de meio ambiente. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

MARICATO, Erminia. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual, 2004.

PEREZ, Alejandro Gaona P. **Serviço Social e Meio Ambiente**. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atuação de Assistentes Sociais na Política Urbana**: subsídios para reflexão. Brasília: 2016

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

SILVA, Maria das Graças e Silva. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável**: um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

6º Período

Seguridade Social: Previdência				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa

Origens da previdência no mundo e no Brasil. O sistema de Seguridade Social na Constituição de 1988. Seguridade e Previdência Social: trajetória, concepção, princípios e normas. O sistema previdenciário brasileiro: as fontes de custeio e os benefícios. A política previdenciária e a contrarreforma do Estado. O controle social na Previdência: paradoxo entre o sistema público e o privado. Interface da política previdenciária com as políticas de assistência social, saúde e trabalho. O Serviço Social na Previdência Social: trajetória e projetos profissionais.

Bibliografia Básica

BRAGA, Léa e CABRAL, Maria do Socorro Reis (org.). **Serviço Social na previdência:** trajetória, projetos profissionais e saberes. São Paulo: Cortez, 2011

FAZIO, Luciano. **O que é Previdência Social**. Loyola, São Paulo, 2016.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Previdência Social no Brasil**: (des)estruturação do trabalho e condições para sua universalização. São Paulo: Cortez, 2012.

Bibliografia Complementar

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade Social e Trabalho**: paradoxos na construção das políticas de Previdência e Assistência Social no Brasil. Brasília: Letras Livres: Ed. UnB, 2006.

CARTAXO, N.M.B. **Estratégias de sobrevivência**: a Previdência e o Serviço Social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social**. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SALVADOR, Evilasio. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

Direitos Humanos e Cidadania				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**---**	**---**	**60h**	**---**

Ementa

Bases conceituais e históricas dos Direitos Humanos. Democracia, Cidadania e Direitos Humanos. Promoção da cultura dos Direitos Humanos. A efetivação dos direitos humanos e a construção da cidadania em interface com as demandas comunitárias.

Bibliografia Básica

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Editora Moderna, 2004.

RUIZ, Jefferson Lee de Souza. **Direitos humanos e concepções contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2014.

TRINDADE, José Damião de Lima. **História social dos direitos humanos**. Rio de

Janeiro: Petrópolis, 2011.

Bibliografia Complementar

BOBBIO, Noberto. **A era dos direitos**. 10ª. Ed. Trad. COUTINHO, Carlos Nelson. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri. **Infância, educação e direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2011.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2010.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História da cidadania**. 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2015.

Pesquisa Social II				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**30h**	**30h**	**---**	**---**

Ementa

Pesquisa na produção de conhecimentos e intervenção profissional. Metodologia de Pesquisa qualitativa e quantitativa. As questões éticas que envolvem a pesquisa. A elaboração e qualificação do projeto de pesquisa.

Bibliografia Básica

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas. 2002.

LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração e análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2015.

SEVERINO. Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24ª. ed. São Paulo. Cortez. 2016.

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. **Pesquisa e produção de conhecimento em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2025. (Biblioteca Básica de

Serviço Social) ISBN 978-65-5555-572-1.

Bibliografia Complementar

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2011.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2011

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. Vozes: Petrópolis. 2015.

SANTOS, Izequias Estam dos. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica**. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em serviço social**: utopia e realidade. São Paulo: Cortez, 2013.

Supervisão em Serviço Social II				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa

Instrumentalidade e racionalidades nos espaços sócio-ocupacionais. Exercício profissional: relativa autonomia e projeto ético-político do Serviço Social. Objeto de trabalho profissional e as possibilidades de enfrentamento, a partir da análise de conjuntura. Planejamento e registro da prática profissional. Desenvolvimento e apresentação do relatório final de estágio.

Bibliografia Básica

COUTO, Berenice Rojas. Formulação de projeto de trabalho profissional. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 651-666.

LIMA, Rita de C. C. Perspectivas para elaboração de um Projeto de Intervenção à luz

do Projeto Profissional Hegemônico. In: ACOSTA, L. E. A.; SILVA, M. A. P. **Trabalho Social** – Estudos sobre prática e exercício profissional dos assistentes sociais. 1ª ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2014, p. 181-204.

MOTA, Ana Elizabete. As dimensões da prática profissional. In: **Revista Presença Ética**. GEPE/UFPE. nº 3. Recife: Editora Universitária/UFPE, 2003.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, N. L.T. Considerações para o exame do processo de trabalho do Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº52. São Paulo: Cortez, 1996.

CFESS. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**: Módulo 04: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: CEAD/UNB, 2000.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche.** São Paulo: Cortez, 2008.

Estágio Supervisionado em Serviço Social II				
Carga Horária	**Teórica**	**Estágio**	**Extensionista**	**EaD**
225h	**---**	**225h**	**---**	**---**

Ementa

Acompanhamento e supervisão pedagógica do processo de estágio. Organização e planejamento de estratégias de enfrentamento das demandas institucionais e dos

usuários. Elaboração e Execução do Projeto de Intervenção nos espaços sócio-institucionais contemplando as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas do Serviço Social. Avaliação e sistematização da prática de estágio.

Bibliografia Básica

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber Profissional e Poder Institucional.** 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebolças de. **Planejamento Estratégico**. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social**: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras, 2000.

COHEN, Ernesto. **Avaliação de Projetos Sociais.** 7ª ed. Vozes, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos**. São Paulo: Cortez, 2005.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista, SILVEIRA, Esalba Carvalho. A entrevista no processo de trabalho do Assistente Social. **Revista Virtual Textos & Contextos**. N.º 8. Ano VI. Dezembro, 2007.

Método Crítico Dialético				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa

Os apontamentos iniciais de Marx e Engels em A Ideologia Alemã. Idealismo e materialismo. Ser Social, Trabalho e Ontologia. Método crítico-dialético e suas categorias fundamentais. Totalidade e História. As categorias de mediação e a

apreensão da universalidade, singularidade e particularidade. Trabalho e produção social.

Bibliografia Básica

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
MÉSZAROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

Bibliografia Complementar

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. 15ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense. 1984.
ENGELS, Friedrich. **Dialética da Natureza**. São Paulo: Martins Fontes, 1974.
LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 2015.
GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

7º Período				
Assessoria e Consultoria em Serviço Social				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**30h**	**30h**	**---**	**---**

Ementa

Assessoria e Consultoria: características, técnicas, ferramentas, estratégias e administração. Serviços de Assessoria e Consultoria em administração pública direta e indireta, empresas privadas, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e terceiro setor. Elaboração de projetos sociais e captação de recursos. Origens e conceituação do empreendedorismo. Atribuições e Competências do Assistente

Social no empreendedorismo.

Bibliografia Básica

BRAVO, Maria Inês Sousa e MATOS, Maurílio Castro de. **Assessoria, consultoria & Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

ARANTES, Elaine Cristina; STADLER, Adriano e HALICKI, Zélia. **Empreendedorismo e Responsabilidade Social**. Editora Intersaberes: 2014.

COHEN, Ernesto. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 2012.

Bibliografia Complementar

COHEN, Ernesto. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Gestão de pessoas**. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. São Paulo: Atlas, 2012.

Planejamento em Serviço Social				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa

As teorias organizacionais e os modelos gerenciais na organização do trabalho e nas políticas sociais. Planejamento e gestão de serviços na área social. Funções de administração, planejamento e gestão em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil. Serviço Social e Administração: competências e atribuições profissionais. Instrumentos do Planejamento: política, plano, programa e projeto.

Bibliografia Básica

BAPTISTA, Mirian Veras. **Planejamento Social**: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras, 2000.

MATUS, Carlos. **Política, Planejamento e Governo**. Brasília: IPEA, 1993.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico**. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

COHEN, Ernesto. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 2012.

RICO, Elizabeth Melo. **Avaliação de Políticas Sociais**: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 2009.

Política Social: Questão Agrária e Serviço Social				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa

Os reflexos do capitalismo para as transformações das relações de produção no campo, contexto histórico da questão agrária brasileira, a política de reforma agrária brasileira, movimentos sociais rurais, conflitos no campo, trabalho escravo rural, agricultura familiar, associativismo, cooperativismo, extrativismo, sustentabilidade e economia solidária. Povos e comunidades tradicionais. Políticas públicas e políticas sociais para o meio rural e a atuação do Assistente Social.

Bibliografia Básica

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia**: crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1982.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época**.** 2ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária na década de 90.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

Bibliografia Complementar

GRAZIANO DA SILVA, José**. O novo rural brasileiro.** Campinas, Ed. da UNICAMP, 1996.

LUSTOSA, Maria das Graças Osório Pitombeira. **Reforma agrária à brasileira**: política social e pobreza. São Paulo: Cortez, 2012.

RANGEL, Ignácio. **Questão Agrária, Industrialização e Crise Urbana no Brasil**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

Revista Serviço Social e Sociedade: questão agrária e pobreza n° 110. São Paulo: Cortez, 2012.

SANT'ANA, Raquel Santos**. Trabalho bruto no canavial**: questão agrária, assistência e Serviço Social. Paulo: Cortez, 2012.

Infância e Adolescência: Questões Históricas e Contemporâneas				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**---**	**---**	**60h**	**---**

Ementa

Concepção da infância e adolescência. Políticas, legislação, instrumentos e redes de proteção. Direito à participação. Mobilização da sociedade na efetivação das políticas de proteção integral.

Bibliografia Básica

PRIORE. Mary del. **História das crianças no Brasil.** São Paulo. Contexto. 1997

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (orgs.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2. ed. rev., São Paulo: Cortez, 2011.

SCHERER, Giovane Antônio. **Serviço Social e Arte**: juventudes e Direitos Humanos em cena. São Paulo: Cortez, 2013.

Bibliografia Complementar

ARIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família.** Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1981.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**,** Brasília, DF, 16 jul. 1990.

ORIONTE. Ivana. **Crianças invisíveis**: Um estudo sobre o abandono e a institucionalização na infância. Goiás. Ed. PUC-GO. 2010.

RIZZINI, Irene. **Acolhendo crianças e adolescentes**: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil**.** São Paulo: Cortez, 2006.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 2.ed. rev. São Paulo: Cortez, 2008

Trabalho de Conclusão de Curso I				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
90h	**30h**	**60h**	**---**	**---**

Ementa

Habilitação ética e técnica da pesquisa envolvendo seres humanos. Revisão da literatura do tema da pesquisa. Preparação, coleta dos dados da pesquisa científica. Estrutura básica da monografia e elaboração do primeiro capítulo.

Bibliografia Básica

BOAVENTURA, Edivaldo Machado. **Metodologia da Pesquisa**: monografia, dissertação e tese. São Paulo: Atlas, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2016.

Bibliografia Complementar

BARDIN, Laurence**. Análise de Conteúdo.** Tradução Luís Antero Reto. São Paulo: Edições 70, 2016.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da**

Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2011

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em serviço social**. 2. ed. São Paulo: Cortez. 2013.

8° Período

Trabalho de Conclusão de Curso II				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
90h	**30h**	**60h**	**---**	**---**

Ementa

Organização, sistematização e análise dos dados. Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em formato de monografia. Apresentação e defesa do TCC em Banca examinadora.

Bibliografia Básica

Conforme cada linha de pesquisa.

Bibliografia Complementar

Conforme cada linha de pesquisa.

Gênero, raça/etnia e sexualidade				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa

Desenvolvimento histórico da construção das teorias de gênero, raça/etnia, classe e sexualidade. As categorias: gênero, raça, classe. Gênero, corpo e sexualidade.

Racismo estrutural. Direitos e violação de direitos das mulheres, negros, indígenas, quilombolas e população LGBTQI+ na atualidade.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólem, 2019.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+**: Uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SANTOS, Silvana Mara de Morais dos e CISNE, Mirla. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2018.

Bibliografia Complementar

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?** São Paulo: Record, 2019.

NOGUEIRA, Leonardo et al (orgs). **Hasteemos a Bandeira Colorida**: Diversidade Sexual e de Gênero no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

SAFIOTTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito ou realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

Envelhecimento Humano e Serviço Social				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**---**	**---**	**60h**	**---**

Ementa

Concepções de velhice e envelhecimento humano. Direitos da pessoa idosa. Intergeracionalidade. Aspectos epidemiológicos, demográficos e sociais do processo de envelhecimento humano. Políticas Públicas e Sociais. Mobilização da sociedade na proteção e garantia dos direitos.

Bibliografia Básica

ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla

Cristina (orgs.). **Política nacional do idoso**: velhas e novas questões. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

CORTE, Beltrina; MERCANTE, Elizabeth Frohlich e ARCURI, Gaeta (Orgs). **Velhice, envelhecimento, complex(idade)**: psicologia, subjetividade, fenomenologia, morte, longevidade, bioética, biotecnologia, corporeidade, saúde, gênero, familia, natureza, cultura, velhice, violência. São Paulo: Vetor, 2005.

PAIVA, Sálvea de Oliveira Campelo. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital.** São Paulo: Cortez, 2014.

Bibliografia Complementar

BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BRASIL. Política Nacional do Idoso. **Lei nº 8.842**, de janeiro de 1994.

BRASIL. Estatuto do Idoso. **Lei nº 10.741**, de 1º de outubro de 2003.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A dignidade da vida e os direitos fundamentais para além dos humanos**: uma discussão necessária. Minas Gerais: Editora Fórum, 2008.

Disciplinas Optativas

Disciplinas	Carga Horária
Estatística Básica	60
Serviço Social no Campo Sociojurídico	60
Política de Educação e Serviço Social	60
Política de Saúde Mental e Serviço Social	60
Desenvolvimento Regional do Tocantins	60
Libras	60
Questão Cultural e Sociedade	60
Violência, Relações Sociais e Serviço Social	60
Supervisão de Estágio e Docência	60
Terceiro Setor e Serviço Social	60
Direito e Legislação Social	60
História sociocultural do Tocantins	60
Inglês para fins acadêmicos	60
Política das Relações Étnico-raciais, Afro-brasileira, Africana e Indígena	60
Espanhol para fins acadêmicos	60

Serviço Social e Inclusão Social da Pessoa com Deficiência	60
Questões socioeconômicas e ambientais da Amazônia	60
Serviço Social na área da atenção especializada do SUS	60

Serviço Social no Campo Sociojurídico				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa

O acesso à justiça como direito social. A questão social e suas refrações no sistema sócio-jurídico. O papel do Poder Judiciário, da Segurança Pública e do Ministério Público. Trajetória e particularidade da inserção do Serviço Social no sistema sociojurídico, registro e sigilo profissional. O exercício profissional do assistente social no Poder Judiciário e na segurança pública. Demandas, formas de abordagem e instrumentos técnicos. Judicialização da Política Pública. Direito de família: conceito e características.

Bibliografia Básica

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atuação de assistentes sociais no Sociojurídico subsídios para reflexão**. Brasília: CFESS, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos**. São Paulo: Cortez, 2003.

FÁVERO, Eunice Teresinha; MELÃO, Magda Jorge Ribeiro & JORGE, Maria Rachel Tolosa (Orgs.). **Serviço Social e a Psicologia no Judiciário**: construindo saberes, conquistando direitos. São Paulo: Cortez, 2015.

Bibliografia Complementar

ACOSTA, Ana Rojas Costa; VITALE, Maria Amalia Faller Vitale (orgs.). **Família**: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: PUCSP, 2003.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Pensando na segurança pública**. SENASP.

MATOS, Maurílio Castro. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 678-698, out./dez. 2015.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2014.

Política de Educação e Serviço Social				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa

Educação, Estado e Sociedade. Política educacional brasileira: fundamentos históricos e bases legais. Dimensão social da política educacional. Interfaces entre Educação e Serviço Social. O exercício profissional do assistente social na área da Educação. Controle Social e educação popular.

Bibliografia Básica

MOTTA, Vânia Cardoso da; PEREIRA, Larissa Dahmer; FORTI, Valéria e GUERRA, Yolanda. **Educação e Serviço Social**: subsídios para uma análise crítica. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2017.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Serviço Social e Educação.** Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2012.

SAVIANI, Demerval; SANFELICE, Jose Luis; LOMBARDI, Jose Claudinei. **Capitalismo, Trabalho e Educação**. São Paulo: Autores Associados, 2004.

Bibliografia Complementar

CORAGGIO, José Luis. **Desenvolvimento humano e educação**. São Paulo: Cortez, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2000.

GENTILI, Pablo A. A. **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**. São Paulo:

Vozes, 2001.

MOREIRA, C. F. N. . Serviço Social na Educação Básica: particularidades do Trabalho Do Assistente Social no atual cenário carioca. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira De Almeida (Org.). **Serviço Social e Educação**. Coletânea Nova De Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Cortez, 2001.

Política de Saúde Mental e Serviço Social				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa

Sistema Único de Saúde. Legislação Básica de Saúde Mental. A Política Nacional de Saúde Mental. Demandas de saúde mental na perspectiva da reforma psiquiátrica. Fatores de proteção e riscos em Saúde Mental e a atuação do Assistente Social nas equipes multiprofissionais. Rede de Cuidados em Saúde Mental, crack, álcool e outras drogas. Luta antimanicomial.

Bibliografia Básica

BISNETO, José Augusto. **Serviço Social e saúde mental**: uma análise institucional da prática. São Paulo: Cortez, 2009.

ROSA, Lúcia Cristina dos Santos. **Transtorno mental e o cuidado na família**. São Paulo: Cortez, 2011.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Saúde Mental e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2002.

Bibliografia Complementar

AMARANTE, Paulo. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

CZAPSKI, Alessandra Ruita Santos (org.). **Pesquisa domiciliar e institucional sobre o uso de álcool e outras drogas no estado do Tocantins**: perfil socioeconômico e políticas públicas de atenção. Palmas: Unitins, 2017.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1991.

PASSOS, Raquel Gouveia. **Trabalho, Gênero e Saúde Mental**: contribuições para a profissionalização do cuidado feminino. São Paulo: Cortez, 2018.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Trabalho e desgaste mental**: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2012.

Desenvolvimento Regional do Tocantins				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa

Planejamento e desenvolvimento; as várias noções do desenvolvimento regional, urbano e rural, tais como: arranjos produtivos locais; combate à pobreza e as desigualdades; gestão social e dinâmicas territoriais. Interdisciplinaridade e suas possibilidades de construção do conhecimento. Problemáticas de desenvolvimento regional no Brasil e no Médio Norte Brasileiro. Perspectivas para o futuro das regiões.

Bibliografia básica

CHANG, Ha Joon; **Chutando a Escada**: Estratégia de Desenvolvimento em Perspectiva Histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

GIRALDIN, ODAIR (org.) **A (trans)formação histórica do Tocantins**. Goiás: UFG e Palmas: UNITINS, 2002.

PINHEIRO, L. S. (Org.); CANÇADO, Airton Cardoso (Org.); RODRIGUES, Waldecy (Org.). **Desenvolvimento regional**: uma discussão interdisciplinar. 1. ed. Palmas: EDUFT, 2014.

Bibliografia complementar

COELHO, Francisco da Silva. **Celso Furtado e a formação econômica do Brasil**: edição comemorativa dos 50 anos de publicação: 1959-2009. São Paulo: Atlas, 2009.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das letras, 2004.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Língua Brasileira de Sinais - Libras				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa:

O sujeito surdo: conceitos, cultura e a relação histórica da surdez com a língua de sinais. Noções linguísticas de Libras: parâmetros, classificadores e intensificadores no discurso. A gramática da língua de sinais. Aspectos sobre a educação de surdos. Teoria da tradução e interpretação. Técnicas de tradução em Libras / Português; técnicas de tradução Português / Libras. Noções básicas da língua de sinais brasileira.

Bibliografia Básica

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão**. Brasília, DF: MEC; SEEP, 2005.

MOURA, M. C. **O surdo**: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B (col.). **Língua de sinais brasileira, estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, E. G. C. de. **Leitura e surdez**: um estudo com adultos não oralizados. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

CAPOVILLA, Fernando César e RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da língua de sinais brasileira**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

COPOVILLA, Fernando César (org). **Novo Deit-Libras**: dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da língua brasileira (libras) baseado em linguísticas e neurociências cognitivas. São Paulo: USP, 2009.

LACERDA, C. B. F. de; GOES, M.C.R. (orgs.). **Surdez**: processos educativos e subjetividade. São Paulo: Lovise, 2000.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília, DF: MEC; 2004.

Questão Cultural e Sociedade				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa

Processo de hibridação cultural e formação social na América Latina. Indústria cultural e relações de poder. Multiculturalismo e expressividade cultural na atualidade. Movimentos artísticos como reflexo cultural de seu tempo. Interculturalidade crítica e encontro de saberes. Diversidade e estética na sociedade contemporânea.

Bibliografia básica

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011.

WILLIANS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: UNESP, 2011.

Bibliografia complementar

ABREU, Marina Maciel. **Serviço social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional**.** São Paulo: Cortez, 2011.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Ana Reina Lessa, Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: USP,

2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A 2003.

MACHADO, Cristina Gomes. **Multiculturalismo**: muito além da riqueza e da diferença. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. **A Corrida para o Século XXI**: no Loop da Montanha Russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Terceiro Setor e Serviço Social				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa:

O Estado, o Mercado e a Comunidade. Conceito, natureza e papel do Terceiro Setor. Legislação para o Terceiro Setor. Voluntariado. Planejamento, organização, direção e controle em organizações do Terceiro Setor. Formulação de projetos e captação de recursos. Responsabilidade Social e Terceiro Setor. Intervenção do Assistente Social na esfera pública não estatal.

Bibliografia Básica

LIMA, Roberto Novaes Xavier. **Serviço social e terceiro setor**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**. São Paulo: Cortez, 2016.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não Governamentais e Terceiro Setor.** São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

ARAUJO, Jairo Melo. **Voluntariado**: na contramão dos direitos sociais. São Paulo: 2008.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

CRUZ, Celia Meireles e ESTRAVIZ, Marcelo**. Captação de Diferentes Recursos para Organização sem fins lucrativos**. 2. ed. São Paulo: Global, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

Supervisão de Estágio e Docência				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa

A Supervisão de Estágio: elemento do processo integrante da formação do profissional de Serviço Social. Ensino-aprendizagem no processo de supervisão de estágio. Legislação e normativas em relação ao Estágio Supervisionado. A Supervisão de Estágio no processo de formação profissional. As atribuições privativas do Assistente Social na Supervisão de Estágio. Estratégias e Técnicas para Supervisão de Estágio. A Docência no Ensino Superior: processo de ensino, abordagens, fundamentos e componentes operacionais. Avaliação do processo ensino-aprendizagem: concepções teóricas e práticas. Didática e práticas de docência na educação superior em Serviço Social. Metodologia ativa. Interdisciplinaridade. Técnicas de Ensino e Aprendizagem.

Bibliografia básica

BURIOLLA, Marta A. Feiten. **Supervisão em Serviço Social**: o supervisor, sua relação e seus papéis. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de Estágio em Serviço Social**: desafios para a formação e o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2010.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Docência no Ensino Superior**. Volume I. São Paulo: Cortez, 2014.

Bibliografia Complementar

BURIOLLA, Marta A. Feiten. **O estágio supervisionado**. 6. ed. São Paulo: Cortez,

2009.

CARVALHO, Fátima Franco Oliveira e CHING, Hong Yuh. **Práticas de Ensino-Aprendizagem no Ensino Superior**. Experiências em Sala de Aula. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Metodologia do Ensino Superior**. São Paulo: Atlas, 2008. LIMA, Soraiha Miranda de. **Aprender para ensinar, ensinar para aprender**. Mato Grosso: EdUFMT, 2007.

Violência, Relações Sociais e Serviço Social				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa

Violência no cenário contemporâneo em âmbito mundial e nacional. Relações de gênero, conflitos étnico-raciais, intolerâncias culturais, religiosas e violências. A sociedade brasileira e a reprodução da desigualdade. O significado social da violência. Dados da violência no Brasil. Violência e pobreza. Criminalização da pobreza e direitos humanos. A transversalidade da violência e da criminalização da pobreza e o exercício profissional do Assistente Social.

Bibliografia básica

AMMANN, Safira Bezerra. **Expressões da Pobreza no Brasil**: análise a partir das desigualdades regionais. São Paulo: Cortez, 2013.

ARENDT. Hannah. **Sobre a Violência**. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. São Paulo: Vozes, 2001.

Bibliografia complementar

MOTA, Ana Elizabete. **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

RUIZ, Jefferson Lee de Sousa. **Direitos Humanos e**

concepções contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2014.

WAQCANT, Loic. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan, 2018.

SILVEIRA, Fabiano Augusto Martins. **Da criminalização do racismo**: aspectos jurídicos e sociocriminológicos. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e Serviço Social**: diferentes concepções e compromissos políticos. São Paulo: Cortez, 2013.

Direito e Legislação Social				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa

Noções introdutórias de Direito e Justiça. Formas e estruturação dos direitos e garantias fundamentais da cidadania. A proteção constitucional à família, criança e adolescente, idoso, pessoas com deficiência e suas interfaces com a legislação específica. Direitos Individuais e Coletivos. A organização do Estado, dos poderes e da ordem social. O Direito Internacional e suas implicações nas relações políticas de trabalho e de seguridade social. O Direito do Trabalho e a legislação trabalhista e previdenciária. Aspectos elementares de direito penal e penitenciário. A legislação profissional e outras legislações de interesse do Serviço Social.

Bibliografia Básica

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2015.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social**. São Paulo: Atlas, 2012.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social**. São Paulo: Cortez, 2014.

Bibliografia Complementar

CASSAR, Vólia Bonfim. **Direito do trabalho**. 11ª ed. São Paulo: 2015.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito.** 37ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

História Sociocultural do Tocantins				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa

História e desenvolvimento regional. Natureza e região, espaço e território. Formação do estado do Tocantins e da cidade de Palmas. Relações entre nacional e regional. Economia, sociedade e cultura regional. Comunidades tradicionais indígenas e quilombolas no Tocantins. Expressões materiais e imateriais do patrimônio cultural do Tocantins. Identidade Regional do Tocantins.

Bibliografia Básica

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O Discurso Autonomista do Tocantins**. Goiânia: UCG, 2003.

PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins.** Goiânia: Ed. UFG, 2003.

SILVA, Otávio Barros. **A nova história do Tocantins**. Goiânia: Kelps, 2011.

Bibliografia Complementar

BRITO, Eliseu Pereira de**.** Do Sol que gira (o Tempo) aos Girassóis (o Espaço)**.** In: **Revista Entre-Lugar**, Dourados (MS), ano 1, n. 1, p. 99-112.

LIRA, Eliseu Ribeiro**. A gênese de Palmas**: a geopolítica de (re) ocupação territorial na Amazônia Legal. Goiânia: Kelps, 2011.

MORAES, Lúcia Maria. **A segregação planejada; Goiânia, Brasília e Palmas**. 2ª. Ed. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

OLIVEIRA, Antônio Miranda de. Campesinato e identidade cultural no Tocantins. In: FREIRE, Juciley Silva Evangelista; OLIVEIRA, Antonio Mirando de (Orgs). **Educação participação política e identidade cultural**: uma contribuição multidisciplinar para a

formação docente no Tocantins. Palmas TO: EDUFT, 2016.

REIS, Patrícia Orfila Barros dos. **Modernidades tardias no cerrado**: arquitetura e urbanismo na formação de Palmas**.** Florianópolis. Insular. 2018.

Inglês para fins acadêmicos				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa

Introdução aos princípios básicos da comunicação oral e escrita em âmbito acadêmico (língua inglesa); Identificação dos diferentes gêneros textuais (ex. Resumos, e-mails, carta de motivação, artigos científicos, entre outros) e as expectativas de cada um em âmbito acadêmico e profissional; Métodos de leitura: “Skimming e Scanning”; Estudo das quatro habilidades da língua, escuta, fala, leitura, escrita relevantes a situações reais e aplicáveis em âmbito acadêmico e profissional: práticas discursivas; uso de tom apropriado para maior credibilidade; gramática; coesão e coerência; apresentação oral de trabalhos científicos em língua inglesa; aquisição de habilidades para revisão, autoedição, reescrita de texto acadêmico-científico, tom, vocabulário e como evitar o plágio.

Bibliografia Básica

B. FEAK & C. SWALES, M. JOHN. **Academic Writing for Graduate Students**. Essential Tasks and Skills. 3ª ed. An Arbor: Michigan, ELT, 2017.

MCCARTHY, M. O’DELL, F. **Academic Vocabulary in Use**. Edition with Answers. 2ª ed. Cambridge, UK: Cambridge Press, 2016.

O’Connel S. **Focus on IELTS**. Londres: Pearson, 2010.

Bibliografia Complementar

GEAR J., GEAR R. **Cambridge Preparation for TOEFL test**. 4ª ed. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2014.

GERSHON, S. **Present Yourself 2**. View Points. Teacher’s Manual. Cambridge, UK:

Cambridge University Press, 2008.

GUSE, J. **Communicative Activities for EAP**. Cambridge, UK: Cambridge Press, 2011.

LEWIS, M.; O'NEILL, R. **Prism Reading Level 1**.Cambridge, UK: Cambridge Press, 2018.

SERPA, OSWALDO FERREIRA. **Dicionário escolar inglês** - português. 8. ed. [S.l.: s.n.]. 1990.

Estatística Básica				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa

Conceitos básicos de estatística: Introdução e organização de dados estatísticos; Medidas de Tendência Central; Medidas de Variabilidade; Assimetria; Probabilidade; Modelos Probabilísticos; Teste de Hipótese; Intervalo de Confiança. Elaboração de indicadores sociais.

Bibliografia Básica

MORETTIN, Luiz Gonzaga. **Estatística básica**: probabilidade e inferência: volume único. São Paulo: Pearson, 2010.

MILONE, Giuseppe. **Estatística**: geral e aplicada. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

VIEIRA, Sônia. **Elementos de estatística**. São Paulo: Atlas , 2011.

Bibliografia Complementar

LARSON, Farber. **Estatística aplicada**. 4ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

LEVIN, J. e FOX, James Alan. **Estatística para ciências humanas**. Traduação: Alfredo Alves de Farias. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

POCHMANN, Marcio. **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez. 2004.

Política das Relações Étnico-raciais, Afro-brasileira, Africana e Indígena				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa:

Aspectos da formação cultural brasileira: história e memória dos povos afro-brasileiros e indígenas. A diversidade como essência da formação sócio-histórica do povo brasileiro. As interrelações e variações culturais são delineadas através das singularidades das línguas, das religiões, dos símbolos, das artes e das literaturas. O legado dos povos Quilombolas e Tupi-Guarani.

Bibliografia Básica

BOSI, Alfredo. **História e memória dos povos afro-brasileiros e indígenas**. São Paulo: Ática, 2013.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. Campinas, São Paulo: Contexto, 2013. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1467 Acesso em: 23 nov. 2023.

MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo**: histórias, línguas, cultura e civilizações. São Paulo: Global, 2023.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Lei no 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em:http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10101-lei-11645-10-03-2008&Itemid=30192. Acesso em 23 nov. 2023.

FREIRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. São Paulo: Global, 2006.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.

RUY, Karine dos Santos; SIFUENTES, Lírian. **Imaginário, sociedade e cultura**:

Diálogos transversais em comunicação. Porto Alegre, RS: EdiPUC – RS, 2016: Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/52875

SILVA. Petronilha Beatriz Gonçalves. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Revista Educação**. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3, p. 489-506, 2007. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/2745/2092. Acesso em 23 nov. 2023.

Espanhol para fins acadêmicos				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa:

Introdução aos princípios básicos da comunicação oral e escrita em âmbito acadêmico na língua espanhola. Noções básicas da estrutura da Língua Espanhola. Métodos de leitura em diferentes gêneros textuais: resumos, relatórios de pesquisa, artigos científicos, entre outros. Práticas de compreensão auditiva, leitura e produção textual.

Bibliografia básica

AGUIRRE BELTRÁN, Blanca. **Aprendizaje y enseñanza de español con fines específicos**. Comunicación en ámbitos académicos y profesionales. Madri: SGEL, 2012.

CASSANY, Daniel; Óscar MORALES. **Leer y escribir en la universidad**: los géneros científicos. Barcelona: Paidós, 2009.

DUARTE, Cristina Aparecida. **Diferencias de usos gramaticales entre español/português**. Madrid: SM, 2003.

Bibliografia Complementar

ARAGONÉS, Luís; PALENCIA, Ramon. **Gramática de uso de español para extranjeros**. Madri: SM, 2003.

ENGELMANN, Priscila Carmo Moreira. **Língua Estrangeira Moderna**: Espanhol.

Curitiba: Intersaberes, 2016. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/39246. Acesso em 23 nov. 2023.

GODOY, Elena. **Para entender a versificação espanhola e gostar dela**. Curitiba: Intersaberes, 2013. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/6119. Acesso em 23 nov. 2023.

SIERRA, Teresa Vargas. **Espanhol Instrumental**. Curitiba: Intersaberes, 2020. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/5958. Acesso em: 23 nov. 2023.

VALENZUELA, Sandra Trabucco. **Manual compacto de gramática da língua espanhola**. São Paulo: Rideel, 2012. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/182196. Acesso em: 23 nov. 2023.

Serviço Social e Inclusão Social da Pessoa com deficiência				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa:

Aspectos históricos, sociais e conceituais da exclusão e inclusão da pessoa com deficiência. Anticapacitismo e suas implicações nas estratégias e práticas inclusivas no trabalho com pessoas com deficiência. Análise da realidade social e cultural nos processos de exclusão social. Políticas públicas de acessibilidade, promoção, inclusão social, legislações e a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência elaborada pela ONU. Princípio constitucional da igualdade e a formulação de políticas afirmativas no Brasil na concepção de sociedade inclusiva.

Bibliografia Básica

GESSER, Marivete; BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; LOPES, Paula Helena (org.). **Estudos da deficiência**: anticapacitismo e emancipação social. Florianópolis: Editora Crv, 2020.

FIGUEIRA, Emílio. **Caminhando em silêncio**: uma introdução à trajetória das

pessoas com deficiência na história do Brasil. São Paulo: Giz Editorial, 2008.

GAUDENZI, Paula; ORTEGA, Francisco. **Problematizando o Conceito da deficiência a partir das noções de autonomia e normalidade**. Rio de Janeiro, p. 3062, jun. 2016.

Bibliografia Complementar

FALCÃO, Maria do Carmo; NETTO, José Paulo. **Cotidiano**: Conhecimento e crítica. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2017.

GUGEL, Maria Aparecida; SASSAKI, Romeu (orgs.). **Diálogos aprofundados sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Belo Horizonte: RTM, 2019.

BRITES, Cristina M; FORTI, Valéria. (org.). **Direitos Humanos e Serviço Social**: Polêmicas, debates e embates. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Anticapacitismo e exercício profissional**: perfil de Assistentes Sociais com Deficiência. Brasília, 2023.

Questões socioeconômicas e ambientais da Amazônia				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa:

Formação histórica, política, econômica e social da Amazônia. Tocantins Amazônico. Conflitos e lutas sociais. Populações tradicionais, cultura e identidade. Transformações territoriais, ambientais, econômicas e socioculturais. O extrativismo e a agricultura familiar. Os impactos do agronegócio e da agropecuária na região amazônica. Debate contemporâneo da proteção da Região Amazônica.

Bibliografia básica:

IANNI, Otávio. **A luta pela terra**: história social da terra e de luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1981.

LIRA, Eliseu Ribeiro. **A gênese de Palmas***:* a geopolítica de (re) ocupação territorial na Amazônia Legal. Goiânia: Kelps, 2011.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2019.

Bibliografia complementar:

CASTRO, E. M. R. Et al. (org.). Estado e Políticas Públicas na Amazônia em face da Globalização e da Integração dos Mercados. In: **Estado e Políticas Públicas na Amazônia**: Gestão do desenvolvimento Regional. Belém: Cejup, 2001.

FREITAS, Marcílio de. **Amazônia e Desenvolvimento Sustentável**: um diálogo que todos os brasileiros deveriam conhecer. Petrópolis: Vozes, 2004.

FERRAZ, Siney. **O Movimento Camponês no Bico do Papagaio**: Sete Barracas em busca de um elo. Imperatriz, MA: ética, 2008.

CUNHA, Euclides da. **Um paraíso perdido**: ensaios amazônicos. Brasília: Senado Federal, 2001.

ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

Serviço Social na área da atenção especializada do SUS				
Carga Horária	**Teórica**	**Prática**	**Extensionista**	**EaD**
60h	**60h**	**---**	**---**	**---**

Ementa:

Os aspectos peculiares da Saúde Pública na Atenção Especializada. Conhecimento macro dos espaços de Humanização no SUS, Cuidado Paliativo, Clínica Ampliada, Segurança do Paciente e Gestão do Cuidado Integral na atenção especializada. Concepção do processo saúde-doença na atenção especializada, matriciamento em equipe e processo de trabalho interprofissional.

Bibliografia básica

ALMEIDA, G.P.D. Direitos humanos em fim de vida: o direito ao acesso a cuidados paliativos. **Revista Onis Ciência**, ano 2, v. 2, n. 7, 1 ago.2014. Disponível em: https://revistaonisciencia.com/wp-content/uploads/2020/03/7ED-TII03-Tomo-II-ARTIGO-03.pdf. Acesso em 23 nov. 2023.

Brasil. **Humaniza SUS**: documento base para gestores e trabalhadores do SUS. 4ª ed. Brasília, 2008. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_documento_gestores_trabalhadores_sus.pdf. Acesso em 23 nov. 2023.

MOTA, Ana Elizabete et al. **Serviço social e saúde**: formação e trabalho profissional. Rio de Janeiro: Cortez, 2006.

Bibliografia Complementar

CAMPOS, G. W. S. **Um método para análise e cogestão de coletivos**: a constituição do sujeito, a produção de valor de uso e a democracia em instituições, o método da roda: São Paulo: Hucitec, 2000.

CAMPOS, G. W. S. Domitti, A. C. **Apoio matricial e equipe de referência**: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 399-407, fev. 2007.

RANGEL, Maria Ligia. Interdisciplinaridade e transversalidade: operacionalizando o conceito de risco no âmbito da vigilância sanitária. **Revista Baiana de Saúde Pública.** Bahia, Secretaria de Saúde, 2006.

5. PROPOSTA PEDAGÓGICA

A proposta pedagógica da Unitins busca o desafio da formação de um novo profissional capacitado para exercer mais que sua profissão. Um profissional que seja capaz de contextualizar o conhecimento adquirido, utilizando suas competências e habilidades na perspectiva de contribuir positivamente no meio em que vive e em que trabalha. Para tanto, trabalhar os conteúdos de forma fragmentada, cartesiana, disciplinar e individualizada não será suficiente para a formação de um cidadão capaz de contribuir para a transformação do meio em que vive.

A perspectiva interdisciplinar envolve a diversidade das disciplinas, que se complementam, gerando uma nova metodologia, um novo tipo de pessoa, mais humana, democrática e, ao mesmo tempo, mais crítica. As disciplinas interagem entre si, gerando o sujeito coletivo, que valoriza todo o processo do conhecimento, como ele acontece, não somente pensando em seu resultado.

O conceito de interdisciplinaridade é fundamental na educação contemporânea, porém a sua compreensão implica um desafio para os professores. Ivani Fazenda (2013) assegura que a atitude interdisciplinaridade requer reciprocidade, diálogo, humildade, envolvimento e comprometimento e compromisso.

A interdisciplinaridade pressupõe uma maneira de produção do conhecimento que implica em uma troca de teorias e metodologias, produzindo então novos conceitos, procurando assim atender à natureza múltipla de complexidades fenomenológicas, tratando-se da importância de averiguar a pertinência e a relevância das diversas áreas do conhecimento a serem trabalhadas e estimuladas no currículo.

Esse desafio interdisciplinar exige colaboração, tempo para planejar, refletir e agir sobre o significado e a repercussão na vida acadêmica do estudante. Muitas vezes, nas instituições, apenas se prepara uma atividade para se desenvolver em conjunto entre as disciplinas, e o objetivo deste trabalho não fica claro para os participantes, prejudicando o resultado, diminuindo o conceito e o benefício da interdisciplinaridade no contexto universitário, que fica somente no plano conceitual.

O planejamento, os conteúdos, a metodologia utilizada pelos educadores fazem toda a diferença na formação do(a) discente. Nesse sentido, a educação deve ser trabalhada, de forma interdisciplinar, na qual este acadêmico é ativo, capaz de desenvolver seu próprio conhecimento, por meio de ações, atitudes, que vão além das teorias, como nos diz Severino: “[...] só se é algo mediante um contínuo processo de agir; só se é algo mediante a ação” (FAZENDA, 2009, p. 31).

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico – PPC - da Unitins propõe a interdisciplinaridade como uma atitude de ousadia necessária e fundamental para a formação profissional, humana e social, bem como para a sustentabilidade do ensino superior.

5.1 Metodologia de Ensino

A Instituição considera que a existência humana adquire significados e sentidos, à medida que o ser humano passa a atuar de forma crítica e consciente na construção da sociedade em que está inserido. A Unitins assume a educação como fenômeno e processo de formação e interação social que conduz as pessoas à plena

participação produtiva e crítica na sociedade. Princípios e valores, como a dignidade, a solidariedade, a justiça, o respeito ao próximo e a autonomia com responsabilidade, permeiam por todas as ações ofertadas a fim de contribuir para o crescimento humano e profissional dos indivíduos em suas respectivas comunidades.

O conhecimento evolui rapidamente, exige uma educação voltada para a autonomia do acadêmico, o que implica uma metodologia do “aprender a aprender”, ancorada na produção do conhecimento, por meio da investigação e da solução de problemas. Paralelamente, grandes mudanças têm ocorrido no campo virtual a partir dos avanços das tecnologias da informação e da comunicação, trazendo um desafio enorme para as áreas de conhecimento.

As metodologias devem auxiliar nos processos de democratização do conhecimento acadêmico, promoção da interdisciplinaridade, valorização da dimensão tempo/espaço escolar-acadêmico, como construção subjetiva; (re)significação de paradigmas educacionais e ampliação do processo dialético teoria-prática. Com isso, amplia-se mais seu compromisso político-social, o acesso e a permanência com êxito no ensino superior; respeitar a diversidade e os ritmos próprios nos processos de aprendizagem discentes; utilizar as tecnologias de informação e comunicação como apoio à ação pedagógica; e socializar o conhecimento por meio da convergência das mídias, complexo de laboratórios e núcleos na prestação de serviços à comunidade e à sociedade.

5.2 Coerência do Currículo com a Proposta Pedagógica

A proposta pedagógica da Unitins para o desenvolvimento do currículo do Curso de Serviço Social foi elaborada e será executada com a efetiva participação do corpo docente do curso, sendo este responsável pela confecção de seus planos de trabalho coerentemente com as respectivas propostas pedagógicas propostas pela LDB. Para tanto, as propostas pedagógicas e o currículo do curso consideraram as múltiplas dimensões dos estudantes, visando ao seu pleno desenvolvimento, na perspectiva de efetivação de uma educação integral.

A organização curricular e metodológica do curso de Serviço Social da Unitins está fundamentada na coerência do currículo com a proposta pedagógica, levando

em consideração a finalidade e os objetivos do curso. O currículo está organizado numa perspectiva crítica e dialética de educação que permite a reflexão e a construção da autonomia dos alunos desde os primeiros semestres do curso. A dinâmica de desenvolvimento do currículo permite a construção do conhecimento por parte do aluno durante todo o desenvolvimento das atividades pedagógicas. Este conhecimento se constrói na dinâmica das disciplinas com foco na teoria em sala de aula e no desenvolvimento das atividades práticas, numa perspectiva de construção da práxis pedagógica, onde os conteúdos e a metodologia da atividade educativa têm seu ponto de partida na realidade contextualizada do alunado de Serviço Social.

A organização curricular permite a interdisciplinaridade dos conhecimentos ministrados em todas as disciplinas, o que possibilita a progressiva construção do conhecimento e da autonomia intelectual do aluno para além das atividades disciplinares num processo de aquisição e fortalecimento das competências e habilidades fundamentais ao desenvolvimento da atividade do profissional em Serviço Social na atual conjuntura política, social, econômica e ambiental. O currículo contempla as disciplinas primordiais de abrangência para a formação do profissional em Serviço Social, por isso as demais atividades estão distribuídas por períodos semestrais, considerando a construção vertical dos conhecimentos, de maneira que os fundamentos sejam a base para a construção e consolidação sólida do conhecimento e da aprendizagem significativa dos alunos.

A promoção da autonomia do aluno permite que este construa o seu conhecimento por meio de outras atividades complementares. Tais como palestras, estágios, monitorias, visitas técnicas, seminários e demais atividades de cunho pedagógico oferecidas pela IES.

O Curso Superior de Serviço Social, em sua proposta pedagógica, contempla a utilização irrestrita de ferramentas e instrumentos educacionais que possibilitam a construção completa e profunda do conhecimento epistemológico. Para tanto, o curso estimula e capacita seus docentes sobre metodologias ativas de aprendizagem que pavimentam as estradas a serem percorridas ao longo do curso, objetivando o ajustamento do discente nas propostas do Perfil do Egresso.

Desta forma, a construção do currículo do curso previu em suas diretrizes todos

os componentes básicos e profissionalizantes que contemplam a formação integral do Assistente Social dentro das diretrizes educacionais previstas pelo sistema MEC/INEP e Unitins.

6. ATIVIDADES ARTICULADAS AO ENSINO GERAL

Para efetivar as relações entre o ensino, pesquisa e extensão, o curso de Bacharelado em Serviço Social deverá incentivar ações que contribuam para o desenvolvimento do saber, articulado com atividades práticas, tais como:

- Grupos de pesquisa nas diversas áreas de atuação dos docentes do curso, nos quais os alunos poderão participar por meio de programas de iniciação científica.
- Promoção de palestras, seminários, jornadas científicas, semana acadêmica, workshops e outros eventos, com temáticas voltadas para temas contemporâneos da profissão, seja promovido pela instituição ou em eventos de instituições parceiras. Incentivando o aluno a refletir sobre sua área de formação e o campo de atuação profissional.
- O Planejamento Interdisciplinar é realizado no início de cada semestre, onde cada docente estrutura seu planejamento, envolvendo conteúdos teóricos e atividades práticas, relacionados com outras disciplinas do mesmo período que estão ministrando o mesmo conteúdo. Esta atividade garante uma relação teórico-prática, envolvendo disciplinas mais específicas do curso.
- Atividades de extensão são propostas pelos docentes, vinculadas à sua área de atuação, envolvendo conteúdo das disciplinas do curso, como também propostas de extensão vinculadas a determinadas disciplinas. No qual os discentes são convidados a participar, independentemente do período do curso em que estejam matriculados.
- A pesquisa é incentivada, especialmente, por meio da iniciação científica, vinculada aos programas institucionais. E, especialmente, nas disciplinas de Pesquisa Social I, II e Trabalho de Conclusão de Curso, articulando conhecimento teórico com investigação de uma dada realidade social de interesse do discente.

- O estágio supervisionado obrigatório e não obrigatório segue os requisitos da legislação nacional e as específicas do curso. Contemplando áreas de atuação de competência do curso, em instituições públicas ou privadas, que estabelecem parcerias com a Unitins. Sendo promovida uma articulação do estágio com a matriz curricular do curso, contemplando os eixos fundamentais estabelecidos nas diretrizes curriculares.

As atividades acadêmicas proporcionam um exercício de residência social e profissional, articulando um pensar-refletir crítico, criativo e proativo na construção do conhecimento sobre a realidade social. As regras gerais para os Estágios Obrigatórios e não Obrigatórios, as Atividades Complementares e TCC são fixadas através de regulamentos aprovados pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE.

6.1 Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório

Na Unitins, as atividades práticas e específicas de estágio supervisionado obrigatório são concebidas como elementos primordiais para a formação dos alunos e integrantes do processo de ensino-aprendizagem dos cursos de graduação. Nos projetos pedagógicos dos cursos da Unitins, estão definidas a relação entre teoria e prática, bem como a forma de realização das práticas e dos estágios. Na Unitins, as práticas pedagógicas caracterizam-se como um espaço de integração teoria-prática curricular, aproximando o acadêmico à realidade social e ao mundo do trabalho.

O estágio é um componente curricular de caráter teórico-prático obrigatório, que tem por objetivo principal proporcionar ao estudante a aproximação com a realidade profissional, com vistas ao aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e pedagógico de sua formação acadêmica, no sentido de prepará-lo para o exercício da profissão. Além disso, o estágio possibilita a integração do ensino com pesquisa e ensino com extensão, contribuindo assim para a qualificação profissional.

A política de estágio da Unitins está alicerçada na Lei Federal nº 11.788/2008 e na Lei nº 9394/96 de Diretrizes e Bases – LDB. O estágio caracteriza-se como um dos grandes desafios acadêmicos, dado às especificidades da área, concernentes a cada curso, sua relação com o mercado de trabalho e às particularidades que o

trabalho vem ostentando no mundo contemporâneo. Na Unitins, os estágios estão normatizados e regulamentados pela Política e Regulamento do Estágio Obrigatório e Não-Obrigatório e respectivos Manuais de Estágio de cada curso.

O Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescido à carga horária regular e obrigatória, caracterizado como atividade adicional à formação, realizado por livre escolha, com aprovação da instituição. Esse estágio tem por objetivo proporcionar e ampliar a formação acadêmico/profissional promovendo a integração social do estudante.

Nos termos da Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, art. 1º, “estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos”.

O Estágio poderá ser executado em órgãos da administração pública direta e indireta, nas esferas municipal, estadual e federal; organizações do setor privado; e/ou organizações não governamentais, desde que apresentem as condições adequadas para a formação profissional do acadêmico e para celebração de convênio com a Unitins.

O Estágio Obrigatório do curso de Serviço Social está organizado em 2 etapas e refere-se às disciplinas de Estágio Supervisionado 1 e 2, oferecidos no 5º e 6º período do curso respectivamente, conforme consta na Matriz Curricular. Em estreita observância à legislação vigente, bem como às Diretrizes Curriculares e a Política Nacional de Estágio (PNE) na área do Serviço Social é uma demanda que vem sendo historicamente colocada para a ABEPSS.

No que se refere à carga horária de estágio supervisionado no curso de Serviço Social, este Projeto Pedagógico está em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelas resoluções vigentes e com a Política Nacional de Estágio da ABEPSS (PNE/ABEPSS). Assim, a carga horária total destinada ao estágio supervisionado está estruturada em 450 horas totais, distribuídas em 225 (duzentas e vinte e cinco) horas entre as disciplinas de Estágio Supervisionado I e II, que

correspondem às atividades de estágio supervisionado em campo, desenvolvidas em instituições públicas, privadas ou do terceiro setor, previamente conveniadas com a instituição de ensino. Nesse espaço, os/as estudantes têm a oportunidade de vivenciar o exercício profissional do/a assistente social, sob a supervisão direta de um/a profissional da área, devidamente habilitado/a. O estágio em campo possibilita a apreensão das demandas institucionais, a intervenção nas expressões da questão social e o desenvolvimento de competências técnico-operativas, sempre articuladas ao projeto ético-político do Serviço Social.

Como componente curricular teórico apresenta-se as disciplinas de Supervisão em Serviço Social I e II, cada uma com carga horária de 60 (sessenta) horas, o que possibilita garantir a indissociabilidade entre formação teórica, ético-política e técnico-operativa. Este espaço formativo tem como finalidade promover a mediação crítica entre teoria e prática, possibilitando aos/às discentes a reflexão sistemática acerca das experiências vivenciadas nos campos de estágio. Nessa unidade, são abordados os fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social, os referenciais ético-políticos da profissão, bem como a análise das expressões da questão social presentes nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Tal componente está em consonância com as orientações da PNE/ABEPSS, que compreende a supervisão acadêmica como dimensão essencial do processo formativo.

Dessa forma, a organização do estágio em Serviço Social, distribuída entre supervisão acadêmica e prática em campo, assegura uma formação crítica, reflexiva e comprometida com os princípios da profissão, conforme preconizado pelas diretrizes curriculares e normativas da área.

O ingresso das/os discentes no Estágio Supervisionado I e II e a realização das disciplinas de Supervisão em Serviço Social I e II, ambos realizados no 5° e 6° período do curso, está condicionado ao cumprimento de requisitos acadêmicos, normativos e éticos, em estrita observância à Política Nacional de Estágio da ABEPSS e à Resolução CFESS nº 533/2008. Neste sentido, é imprescindível que a/o acadêmico esteja regularmente matriculado no período referente ao oferecimento da atividade, de acordo com a matriz curricular do curso, tenha cursado o núcleo básico de fundamentos (disciplinas de Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do

Serviço Social I, II e III), garantindo que a inserção no campo seja precedida pela base teórica necessária para a apreensão da formação histórica do Brasil e a trajetória da profissão, e ter sido aprovada/o na disciplina de Ética Profissional, compreendendo que a inserção em campo exige o compromisso com o Projeto Ético-Político Profissional, portanto, as/os discentes precisam demonstrar domínio do Código de Ética e Lei de Regulamentação da profissão.

Ressalta-se que a matrícula nas disciplinas de Estágio Supervisionado II e Supervisão em Serviço Social II, ambas ofertadas no 6° período do curso, precede obrigatoriamente de aprovação nas disciplinas de Estágio Supervisionado I e Supervisão em Serviço Social I.

Será considerado(a) aprovado(a) nas disciplinas de Estágio Supervisionado I; Supervisão em Serviço Social I; Estágio Supervisionado II e Supervisão em Serviço Social II o/a discente que obtiver média aritmética igual ou superior a 6,0 (seis) e tiver, no mínimo, 75% de frequência, por semestre, nas disciplinas de Supervisão em Serviço Social I e II; assim como também deverá realizar 100% da frequência nas atividades de Estágio Supervisionado I e II.

As disciplinas de estágio não são passíveis de realização de avaliação substituta, bem como de avaliação final. O estágio também deve ser planejado e realizado conforme a Política e Regulamento do Estágio Obrigatório e Não-Obrigatório, aprovado pelo CONSEPE e CONSUNI/UNITINS, em novembro de 2019.

6.2 Trabalho de Conclusão de Curso

O trabalho de conclusão de curso (TCC) corresponde a uma produção acadêmica que expressa as competências e habilidades desenvolvidas pelo aluno, assim como os conhecimentos adquiridos durante o curso de graduação. Ao longo das vivências formativas, o acadêmico irá exercitar a construção de sínteses reflexivas textuais, evidenciando tais expedientes objetivamente em avaliações elaboradas e supervisionadas para tal fim, bem como a elaboração de planos de trabalho, relatórios de atuação acompanhados pelo professor da disciplina.

O TCC caracteriza-se como um trabalho de iniciação científica escrito, individual, decorrente preferencialmente das atividades de Estágio Supervisionado

com foco na prática reflexiva, que leva o acadêmico a aprofundar e sistematizar os conhecimentos sobre a teoria e a prática educativa vivenciadas com a orientação do professor da disciplina, consoante à profissão e ao curso de graduação.

A avaliação dos trabalhos será realizada por uma comissão de docentes. O objetivo da proposta apresentada centra-se em situações concretas para que o estudante busque refletir e compreender, com ferramentas conceituais, os objetivos necessários para uma prática reflexiva dentro do universo profissional da sua escolha. Para tal, prioriza-se o desenvolvimento da autonomia cognitiva, o despertar para a construção de cartografias de aprendizagem e a experimentação do aprender mediante suportes convencionais da presencialidade dos acadêmicos.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) integra o Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC) de licenciatura e bacharelado da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), constitui atividade acadêmica de sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo, sendo o resultado do desenvolvimento de um projeto de pesquisa bibliográfica, descritiva e/ou experimental, realizada sob orientação docente, cuja exigência é requisito obrigatório para integralização curricular dos cursos.

O TCC busca integrar diversas áreas do conhecimento e, principalmente, articular os conhecimentos vivenciados e relacionados às competências e habilidades desenvolvidas pelo acadêmico ao longo do curso, contribuindo, assim, para a sua formação profissional. Como produto final de um trabalho de pesquisa fundamentado no rigor metodológico da ciência, o TCC sistematiza concepções e práticas dos processos sociais.

No âmbito da Unitins, o TCC poderá ser apresentado no formato de monografia, relatório, memorial, artigo científico para publicação, desenvolvimento de equipamentos, protótipos ou outra forma definida em regulamento próprio. Tanto no formato de monografia quanto no de artigo, o TCC deve seguir a finalidade, a abordagem, os objetivos e os procedimentos da pesquisa científica.

Sendo o TCC atrelado às disciplinas de Pesquisa Social I e II, Trabalho de Conclusão de Curso I e II. O produto será apresentado em formato de monografia.

O trabalho de conclusão do curso deverá ser planejado e realizado conforme as Diretrizes Gerais do TCC da Unitins, aprovado pelo CONSEPE e CONSUNI, em

novembro de 2019.

6.3 Atividades Complementares

A formação profissional, tendo como um dos seus princípios explicitar a unidade teoria-prática, busca mediar o aprofundamento da formação acadêmica em áreas específicas relacionadas à formação para a docência, contemplados nos seguintes aspectos: iniciação científica, iniciação à docência e monitoria. Esses aspectos compõem na organização curricular as Atividades Complementares (AC).

As Atividades Complementares (AC) desenvolvidas pela IES possibilitam ao estudante fazer escolhas, conforme suas motivações e necessidades pessoais e profissionais no contexto das opções acadêmicas. Tais atividades ampliam o espaço de participação do aluno no processo de ensino-aprendizagem, no qual deve ser sujeito da relação pedagógica, consoante à tendência da legislação e das políticas educacionais no sentido de flexibilizar os cursos, dando oportunidade ao aluno de buscar uma formação de acordo com suas escolhas profissionais.

Assim, as atividades complementares constituem prática relevante para o aprendizado e desenvolvimento permanente de conhecimentos, além de proporcionar autonomia e flexibilidade para o aluno integralizar o curso.

São previstas para integralização curricular em conformidade com Regulamento das Atividades Complementares (Resolução CONSUNI/N°057/2025) da UNITINS, aquelas compostas em três grupos: ensino, pesquisa e extensão. Para efeitos de integralização das atividades complementares, serão computados: participação em Programas de Extensão, Iniciação Científica, projetos, oficinas; em congressos, seminários, simpósios, jornadas, cursos, minicursos, produção técnica ou científica; em projetos de ensino, pesquisa e extensão; Monitorias; Estágio não obrigatório, e outros descritos na (Resolução CONSUNI/N°004/2011), que no seu conjunto agregam e ao mesmo tempo compõem as áreas de conhecimento do curso.

6.4 Programas ou projetos de Extensão

Com base no princípio e na função social, a Unitins procura sistematizar suas diretrizes e desenvolver suas ações de extensão, de acordo com: a Constituição da

República Federativa do Brasil (1988, Art. 207); com a Política Nacional de Extensão Universitária (Forproex /2012); Plano Nacional de Educação Lei Nº 13.005/2014 (Meta 12; Estratégia 12.7) e com seu estatuto, entre outras.

A Pró-Reitoria de Extensão da Unitins organiza seus Programas de Extensão, seguindo as orientações das áreas temáticas, definidas pelo Forproex, conforme classificação a seguir:

I. Comunicação.
II. Cultura.
III. Direitos Humanos e Justiça.
IV. Educação.
V. Meio Ambiente.
VI. Saúde.
VII. Tecnologia e Produção.
VIII. Trabalho.

As ações/atividades extensionistas da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários da Unitins se concretizam em consonância com o Plano Nacional de Extensão e seguem as seguintes modalidades de ações estruturais de extensão: programas; projetos; cursos e oficinas; eventos; prestação de serviços; produtos acadêmicos.

7. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO

7.1 Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem

Os princípios defendidos no Projeto Pedagógico Institucional e pela prática acadêmica, no que se refere à avaliação do processo ensino/aprendizagem concebida pela Universidade Estadual do Tocantins - Unitins, resguardam a contextualização da avaliação para estimular o desenvolvimento de habilidades e competências, por meio de técnicas e metodologias de intervenção em situações possíveis de atuação.

As avaliações são efetuadas ao final de cada unidade programática, em número de duas a cada período letivo. A composição das avaliações é expressa em

notas e desenvolvida em cada unidade programática.

Para aprovação, o aluno deverá obter média igual ou superior a 6,0 (seis), resultante da média aritmética das avaliações do semestre (A1 e A2), além de, no mínimo, 75% de frequência. Para os estágios curriculares e para os cursos que tenham Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, os critérios para aprovação estão descritos nas diretrizes gerais do Trabalho de Conclusão de Curso.

7.2 Sistema de autoavaliação do curso

A metodologia utilizada pela comissão de avaliação institucional é uma metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda a comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa, e se dará globalmente a cada semestre, ou, ainda, a qualquer momento em função de uma necessidade identificada.

Os métodos adotados para a autoavaliação partem do individual para o coletivo, favorecendo a convergência de informações em torno de objetivos comuns, bem como a busca compartilhada de soluções para os problemas apresentados.

Passos para a Realização da Avaliação Interna

1ª Etapa: Preparação:

- Constituição da CPA.
- Elaboração do Plano de Trabalho.
- Sensibilização.

2ª Etapa: Desenvolvimento:

- Realização de seminários, reuniões e debates.
- Sistematização de demandas, ideias e sugestões.
- Definição dos grupos de trabalho e instrumentos de coleta de dados.
- Elaboração dos relatórios de cada tema.
- Apresentação e discussão dos resultados.

3ª Etapa:

- Elaboração, divulgação e análise do relatório parcial.
- Balanço crítico do processo avaliativo.

Formas de Utilização dos Resultados das Avaliações

O objetivo dessa etapa é incorporar os resultados encontrados na avaliação e buscar, a partir deles, a melhoria da qualidade na IES. As ações previstas nessa etapa são:

- Discussões dos resultados pela comunidade acadêmica;
- Elaboração de um relatório final que deve expressar os resultados das discussões e a análise e interpretação dos dados;
- Divulgação para a comunidade dos resultados obtidos;
- Planejamento da aplicação dos resultados visando ao saneamento das deficiências encontradas.

7.3 Avaliações oficiais do curso

A proposta de avaliação do curso atende a uma exigência formal de caráter acadêmico e se impõe como necessidade política e pedagógica no sentido da contínua busca de aperfeiçoamento do trabalho pedagógico na direção de novas oportunidades de conhecimento. Para tanto, constituir-se-á num marco favorável à explicitação da unidade teoria-prática e ao diálogo entre alunos e professores com a finalidade de compreender os processos desenvolvidos na relação pedagógica e os resultados alcançados.

Nesse sentido, a avaliação interna será constante, com momentos específicos para discussão, contemplando a análise global e integrada das diferentes dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades e finalidades da instituição e do respectivo curso em questão. Para isso, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), com atuação autônoma e atribuições de conduzir os processos de Autoavaliação

Institucional, é responsável pela coordenação do processo de autoavaliação da instituição, desde a elaboração do método, implementação e sistematização dos resultados e elaboração do Relatório Anual de Autoavaliação Institucional. Estas ações são realizadas com base nos princípios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Além disso, serão consideradas nas avaliações externas os resultados obtidos pelos alunos do curso no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e os dados apresentados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). O resultado dessas avaliações periódicas apontará a adequação e pertinência do projeto do curso e para se prever as ações acadêmico-administrativas necessárias a serem implementadas.

7.4 Comissão Permanente de Avaliação CPA

A Autoavaliação Institucional, também denominada avaliação interna, é um processo contínuo por meio do qual uma instituição constrói o autoconhecimento de sua realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e de gestão e alcançar maior relevância social. Para tanto, sistematiza informações, analisa coletivamente os significados de suas realizações, desvenda formas de organização, administração e ação, identifica tanto as fragilidades quanto as potencialidades, e estabelece estratégias de superação de problemas.

O processo de autoavaliação, ou avaliação interna, portanto, é um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a Unitins. No âmbito da Unitins, a Autoavaliação Institucional da Universidade, realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), segue as determinações estabelecidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, cujo objetivo é assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, avaliar as instituições de educação superior, os cursos de graduação e o desempenho acadêmico.

Essa lei que avalia a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, a efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e das responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

O processo de autoavaliação institucional, que compreende um autoestudo, abrange cinco eixos que contemplam os definidos no art. 3º da Lei 10.861/2004, que institui o Sinaes.

Eixos e Dimensões Sinaes:

- **Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional**
  - Dimensão 8: Planejamento e Avaliação
- **Eixo 2: Desenvolvimento Institucional**
  - Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional
  - Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição
- **Eixo 3: Políticas Acadêmicas**
  - Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão
  - Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade
  - Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes
- **Eixo 4: Políticas de Gestão**
  - Dimensão 5: Políticas de Pessoal
  - Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição
  - Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira
- **Eixo 5: Infraestrutura Física**
  - Dimensão 7: Infraestrutura Física

Dentro de cada um dos eixos relacionados acima, avaliam-se 10 dimensões postuladas pelo Sinaes. Estas dimensões são utilizadas como referencial para a análise crítica da qualidade da atuação acadêmica e social da Unitins, com vistas ao cumprimento de sua missão.

As 10 dimensões avaliadas são:

- **Dimensão 1:** A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), avalia o atendimento institucional no que se refere à missão, visão e valores estabelecidos no PDI, assim como o planejamento didático-instrucional e as políticas de ensino de graduação e de pós-graduação.
- **Dimensão 2:** A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão, avalia as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.
- **Dimensão 3:** A responsabilidade social da instituição, avalia especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.
- **Dimensão 4:** A comunicação com a sociedade, avalia o processo e nível de eficiência da comunicação das ações institucionais com a comunidade interna e externa.
- **Dimensão 5:** As políticas de pessoal avaliam as políticas e os programas de formação, aperfeiçoamento e capacitação do pessoal docente e técnico-administrativo, associando-os a planos de carreira condizentes com a magnitude das tarefas a serem desenvolvidas e a condições objetivas de trabalho.
- **Dimensão 6:** Organização e gestão da instituição, avalia especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.
- **Dimensão 7:** Infraestrutura física, analisa a infraestrutura da instituição, relacionando-a às atividades acadêmicas de formação, de produção e disseminação de conhecimentos e às finalidades próprias da IES, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.
- **Dimensão 8:** Planejamento e avaliação, avalia a evolução institucional a

partir dos processos de planejamento e avaliação institucional a partir de seus projetos/processos de autoavaliação institucional, o nível de participação da comunidade acadêmica, além da avaliação externa com a análise e divulgação dos resultados e a elaboração do relatório de autoavaliação, ou seja, busca-se os resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

- **Dimensão 9:** Políticas de atendimento aos estudantes, avalia as formas como os estudantes estão sendo integrados à vida acadêmica e aos programas nos quais a Unitins busca atender aos princípios inerentes à qualidade de vida estudantil.
- **Dimensão 10:** Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior, esta dimensão avalia a capacidade de gestão e administração do orçamento e as políticas e estratégias de gestão acadêmica com vistas à eficácia na utilização e na obtenção dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas.

As Avaliações Internas realizadas pela Unitins têm como objetivos centrais:

- Produzir conhecimento.
- Discutir os sentidos do conjunto de atividades e finalidades da IES.
- Identificar as causas de seus problemas e suas deficiências.
- Aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo.
- Fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais.
- Tornar mais efetiva a vinculação da IES com a comunidade.
- Avaliar a relevância científica e social de suas atividades e produtos.
- Utilizar os resultados da Avaliação Institucional para a elaboração de metas e ações da Instituição com a finalidade de corrigir falhas ou de melhorar o ensino, a pesquisa e a extensão.
- Tornar mais efetiva a vinculação da IES com a comunidade.

- Prestar contas à sociedade.

A composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA) tem seus critérios definidos no Art. 7º da RESOLUÇÃO/CONSUNI/Nº 010, DE 22 DE JUNHO DE 2022.

Composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA):

- Coordenador geral – Servidor efetivo indicado pelo reitor;
- Um representante do corpo Docente;
- Um representante do corpo técnico-administrativo;
- Um representante do corpo Discente;
- Um representante da Sociedade Civil Organizada;

Em cada Câmpus da IES há a composição da CPA seguindo os mesmos moldes citados acima, com exceção da figura do coordenador.

7.5 Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

A Unitins possui uma política baseada no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, voltada especificamente para o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE, cujo objetivo é aferir o desempenho dos estudantes em relação a conhecimentos, competências e habilidades desenvolvidas ao longo do curso, ou seja, acompanhar o processo de aprendizagem e o desempenho acadêmico dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação e suas habilidades para ajustamento às exigências necessárias. Seus resultados permitirão a construção de referenciais que permitam a definição de ações voltadas à melhoria da qualidade dos cursos de graduação por parte de professores, técnicos, dirigentes e autoridades educacionais.

O Enade é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, conforme determina a Lei nº 10.861/2004. É aplicado periodicamente aos estudantes de todos os cursos de graduação, durante o primeiro (ingressantes) e último (concluintes) ano do curso. Será inscrita no histórico escolar do estudante somente a situação regular em relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação

ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

A referida política possui um plano contendo ações permanentes que perpassam por todos os cursos desde o ingresso do acadêmico na instituição até a integralização de seu curso e ações específicas para os cursos a serem avaliados conforme o cronograma do INEP. Tal política reafirma a responsabilidade e o compromisso acadêmico e social dessa instituição de educação superior.

O ENADE é realizado ao ciclo a cada 3 (três) anos. Ao início de cada ciclo, a Unitins, por meio da Diretoria de Desenvolvimento e Pesquisa Institucional (DDPI), realiza o planejamento das ações a serem desenvolvidas com os discentes ingressantes e concluintes a respeito do ENADE. Incluída na programação a formação continuada de docentes, especialmente na elaboração de itens padrão ENADE, o que lhes possibilita utilizar até mesmo nas Avaliações bimestrais das disciplinas.

No início de cada ciclo, os discentes ingressantes e os concluintes com mais de 80% são convidados a participar de uma reunião de integração e apresentação do ENADE. A preparação dos discentes contempla a socialização do Edital do INEP, valorizando a importância do ENADE e as implicações para a conclusão do curso quando da não realização da prova. A socialização dos conteúdos a serem avaliados, contemplando oficinas e minicurso sobre o padrão da avaliação e conteúdos centrais, dentre outras ações definidas ao longo de cada ciclo.

8. CORPO DISCENTE

8.1 Atenção aos discentes

A Unitins entende a necessidade da promoção de políticas de democratização para o ingresso e permanência dos discentes nessa IES; por isso, proporciona diferentes formas de acesso aos estudantes das diferentes regiões do Tocantins e do país.

Compõem a política de atendimento aos discentes todos os esforços da Universidade que se empenham para garantir o acesso, a permanência e a conclusão da educação superior pública, de modo a alcançar o melhor desempenho acadêmico,

culminando na assistência estudantil. No sentido de ampliar e consolidar a Política de atendimento ao discente, foi instituído em 2015, no âmbito da Pró-reitoria de Extensão, a Coordenação de Assuntos Estudantis e Registros, atualmente a Coordenadoria de Assuntos Estudantis e Esporte, responsável pela coordenação, planejamento, execução, controle, avaliação e monitoramento das ações e serviços inerentes aos assuntos estudantis, de esportes, bem como das ações relacionadas ao estágio não obrigatório e projetos direcionados aos discentes no âmbito da Unitins. Tendo suas atribuições especificadas no Art. XVIII do Regimento da Extensão da Unitins.

Em 2017, iniciou-se um processo de construção da Política de Assistência Estudantil, com a participação dos acadêmicos da Unitins. Essa Política de Assistência Estudantil visa à implementação de ações e serviços, integrados e indissociáveis do ensino, da pesquisa e da extensão, que impactem na diminuição da evasão, da retenção nos cursos da IES, no enfrentamento das desigualdades estruturais e regionais, produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico, e na promoção da participação, da autonomia, e do respeito às pluralidades e diversidades.

A Universidade desenvolve ações e serviços orientados ao bem-estar, à segurança, à afirmação da cidadania e à autoestima do discente. Busca, entre outros, a retenção do estudante na Universidade, bem como potencializar o seu aprendizado e, enfim, sua formação profissional e humana, proporcionando equidade de oportunidades.

A política de atenção ao discente da Unitins se efetiva por meio de ações que estimulam a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, permitindo a permanente e contextualizada atualização profissional específica. Além disso, têm as atividades de extensão e curricularização, projetos sociais, artísticos, culturais, iniciação científica, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências, representação estudantil, entre outros, como o Núcleo Docente Estruturante, o Projeto de Nivelamento, da inclusão digital, acessibilidade, cultura e apoio pedagógico e psicológico.

A Instituição mantém programas sistemáticos de iniciação científica, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PibicUnitins/CNPq, com a

concessão de bolsas aos estudantes e disponibilização de recursos pelo governo do estado. A Unitins conta também com programa de monitoria acadêmica nos cursos presenciais desde 2013 e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Extensão Universitária, PIBIEX.

8.1.1 Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro

Por meio da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da Unitins, é desenvolvido o Programa Institucional de Bolsas e Voluntários de Iniciação Científica, Tecnológica e de Inovação - Pibic/Pibiti/Pivic, com enfoque para o apoio pedagógico e financeiro. A Iniciação Científica é entendida como um instrumento formativo, que possibilita ao estudante de graduação da IES o engajamento na pesquisa e o contato direto com a atividade científica, aprimorando os conhecimentos acadêmicos e as práticas profissionais em suas respectivas áreas de conhecimento. O programa de iniciação científica da Unitins conta com três modalidades de pesquisa:

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic);
- Programa Institucional de Bolsas de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti);
- Programa Institucional de Voluntário em Iniciação Científica (Pivic).

No ano de 2017, foram submetidas um total de 75 (setenta e cinco) propostas de projetos para dois editais de seleção de bolsistas e voluntários, do ciclo 2017-2018. Desses, um total de 55 (cinquenta e cinco) projetos foram contemplados dentre as três modalidades vigentes e preenchendo diferentes áreas do conhecimento. Por sua vez, dentre os 55 (cinquenta e cinco) projetos em vigor, são disponibilizados um total de 45 (quarenta e cinco) bolsas com recursos do Tesouro Estadual, das quais 43 (quarenta e três) correspondem à modalidade PIBIC e 02 (duas) à modalidade PIBITI. Os programas oferecidos seguem normas estabelecidas na Resolução Normativa 017/2006 (CNPq).

A Pró-reitoria de Extensão vem empreendendo diversos esforços para ampliar as condições de permanência na universidade, por meio do Programa Institucional de

Bolsa de Extensão (PIBEX), que visa apoiar o desenvolvimento de projetos de Extensão no âmbito da Unitins, e de modo estratégico, estimular discentes e docentes à integração no contexto da Extensão Universitária, voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população, prioritariamente as populações em situação de vulnerabilidade social. Desenvolvendo ainda cursos de Inglês, Espanhol e Libras por meio da Escola de Línguas, na modalidade presencial e EAD, que em 2017 ofertou 110 (cento e dez mil e dez) vagas, possibilitando o conhecimento e o aperfeiçoamento em Línguas Estrangeiras e Língua Brasileira de Sinais (Libras).

A temática da formação docente inicial apresenta-se num campo de embate acadêmico-pedagógico em constante movimento. É nesse contexto que, na Unitins, por meio da Pró-reitoria de Graduação, surge o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - Pibid, que foi inicialmente lançado como um programa de formação e depois transformado em política pública de educação. Segundo Saviani (2007), políticas públicas como o Pibid devem ser propostas para articular e socializar experiências, extrapolando os muros das universidades e rompendo as barreiras interpostas na relação universidade-escola, sobretudo no tocante à formação docente inicial. Ao promover a inserção dos estudantes no contexto universitário, a Unitins tem como objetivo aprimorar a formação acadêmica, propiciando a convivência e o desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas. Assim, o Pibid emerge como uma possibilidade de superar as mazelas e sanar as principais lacunas no processo de formação docente inicial, havendo maior integração entre teoria e prática, entre universidade e escola, entre conhecimentos e cotidiano escolar.

A monitoria, também desenvolvida no bojo das ações e serviços da Pró-reitoria de Graduação, consiste em uma atividade discente, por direito, que tem como objetivo auxiliar o professor no monitoramento de grupos de estudantes em projeto acadêmico, visando à melhoria da qualidade do ensino de graduação. Nesse programa, o monitor tem a oportunidade de vivenciar, precocemente, o trabalho da docência. Por estar em contato direto com outros acadêmicos, estando também na condição de acadêmico, o estudante-monitor é suscitado a reflexões profundas a respeito do modelo de formação acadêmica e dos processos de ensino e aprendizagem. Estimulando a vocação acadêmica do aluno monitor, por meio do seu engajamento em práticas

docentes, sobretudo de gestão acadêmica, integradas à pesquisa, ensino e extensão, atreladas às disciplinas de licenciaturas e bacharelados.

A Unitins almeja oferecer aos discentes a oportunidade para pleitearem bolsas de intercâmbio nacional e internacional, além de outros programas de incentivo à docência para os cursos de licenciatura.

8.1.2 Inclusão e Cidadania

Como caminho para promover a acessibilidade e a inclusão social dos diferentes sujeitos que compõem o corpo discente da Universidade, contribuindo para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas, bem como para a promoção da igualdade étnico-racial e de gênero, da diversidade sexual, das ações afirmativas e da formação para a cidadania, a Unitins tem empreendido diversas ações.

O Curso de Serviço Social, em conjunto com a Direção do Câmpus, vem se esforçando para a aplicação das normas legais de acessibilidade e mobilidade, atendendo aos dispostos no Decreto 5.296/2004, tais como: disposição de elevadores e atendimento do Núcleo de Apoio Psicossocial e Pedagógico (NAPE).

A Unitins adota o sistema especial de reserva de vagas que tem como proposta democratizar o acesso à educação superior pública, destinando 50% das vagas dos cursos de graduação da IES para egressos da rede pública de ensino, cota racial e Sistema de Seleção Unificada – SISU, e as demais 50% são destinadas à ampla concorrência.

Compreendido o papel da universidade, especialmente da que é pública, que é proporcionar a formação acadêmica científica não somente para o mercado de trabalho, mas para a cidadania, para a participação e a transformação social, a Unitins tem trabalhado para o fortalecimento do movimento estudantil e suas instâncias representativas, com vista à sua autonomia e protagonismo. Deste modo, a IES vem concedendo orientações, fomentando a participação política na Universidade, garantindo espaços de diálogo e deliberação no âmbito da Unitins, bem como dando aporte estrutural para o funcionamento das instâncias representativas.

A Unitins também tem desenvolvido ações afirmativas para fomentar o respeito às diversidades de forma articulada por meio do Núcleo de Estudos em Direitos

Humanos - Nedih e do Núcleo de Apoio Psicossocial (Nape).

8.1.3 Estímulos à Permanência

A Unitins propõe um projeto de nivelamento para auxiliar àqueles alunos ingressantes na IES, esse projeto será coordenado pelo Núcleo de Apoio Psicológico e psicopedagógico ao discente-NAPE que visa atender e diagnosticar evidentes problemas de aprendizagem dos acadêmicos que chegam a IES e que não conseguem acompanhar o ritmo de aprendizado da turma da qual estão inseridos. O Projeto de Nivelamento tem como objetivo:

- Proporcionar um aumento qualitativo no crescimento do aluno em relação ao ensino básico da Língua Portuguesa, Matemática; Inglês e Espanhol;
- Desenvolver as habilidades em leitura, interpretação de textos;
- Desenvolver as habilidades em operações matemáticas básicas;
- Apreciar diversos tipos de texto através de um trabalho integrado e interdisciplinar;
- Provocar uma modificação de atitude do aluno em relação ao processo de ensino e aprendizagem, isto é, a autoaprendizagem;
- Proporcionar interatividade entre docentes e alunos nesse processo de ensino e aprendizagem;
- Estimular os alunos a raciocinar em tempos lógicos;
- Desenvolver a capacidade de análise de problemas e de sua resolução através de estudo de caso;
- Proporcionar experiências para a aquisição dos fundamentos essenciais e básicos da língua inglesa e língua espanhola.
- Evidenciar o conhecimento da língua inglesa e língua espanhola como oportunidade para o crescimento pessoal e profissional na contemporaneidade, pois sabemos que, para participar de programas internacionais o(a) aluno(a) deverá

possuir certificado em proficiência no idioma do país que pretende ingressar.

Com essa iniciativa vamos proporcionar aos nossos acadêmicos melhores condições de aproveitamento no decorrer de sua graduação.

8.1.4 Apoio Psicossocial e Educacional

A Unitins implantou em 2012 um programa de orientação, Apoio Psicossocial e Educacional ao discente, o NAPE, criado desde 2012, com uma psicóloga cadastrada ao Conselho Regional de Psicologia e capacitada a oferecer suporte psicológico.

Os serviços do NAPE são ofertados por uma equipe interdisciplinar (psicólogos, assistentes sociais e pedagogos). O NAPE está funcionando em sala devidamente equipada. Os atendimentos são realizados em horários flexíveis que se adaptam às necessidades dos discentes, docentes e demais colaboradores desta IES.

8.1.4.1 Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI)

O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) da Universidade Estadual do Tocantins é vinculado à Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) e está ligado à Rede de Acessibilidade e Inclusão, que é uma estrutura de caráter permanente, de natureza institucional e multiprofissional, destinado a atender a comunidade acadêmica da Universidade em suas unidades multicampi. Integram o público-alvo do NAI, os acadêmicos, docentes e demais servidores do quadro técnico administrativo da Unitins.

O NAI é organizado obedecendo às normas e procedimentos concernentes à legislação, às normas técnicas e recomendações de acessibilidade e inclusão vigentes, e tem como finalidades:

- proporcionar o serviço de apoio e orientação acerca da acessibilidade e inclusão aos discentes, docentes e servidores do quadro técnico- administrativo da instituição;
- estabelecer diretrizes, critérios e recomendações para a promoção e execução da Política de Inclusão e Acessibilidade;

- promover a inclusão e a acessibilidade do público-alvo desta política no âmbito da Unitins, como dimensão da dignidade da pessoa humana;
- potencializar o desenvolvimento acadêmico, profissional e pessoal do seu público alvo;
- atuar de maneira articulada, colaborativa, interativa e transversal com a CPAI, o CCAI, o NAPE e demais setores da instituição, visando à inclusão social e à melhoria do desempenho nas atividades acadêmico- administrativas e da qualidade de vida do público-alvo desta política.

8.1.5 Promoção e Prevenção

No que toca à qualidade de vida, esporte e cultura, vislumbrando a integração estudantil, são realizados os Jogos Internos da Unitins – Jiuni em duas etapas, sendo a primeira local, e a segunda estadual; a recepção aos calouros tem como intuito proporcionar uma integração entre calouros, comunidade e universidade. Para recepção dos estudantes, em especial dos/as calouros/as, como proposta de substituição ao trote; o Caipiritins, ação festiva em alusão à cultura junina regional; e a sala de convivência dos/as estudantes, espaço que visa à socialização e acolhida dos/as estudantes, atualmente institucionalizada apenas no Câmpus Palmas.

Outras ações e serviços desenvolvidos e a desenvolver pela Unitins para a promoção, prevenção e apoio, para viabilizar a participação de estudantes da IES em eventos acadêmicos, e a disponibilização do laboratório de informática para uso dos estudantes que não têm acesso às tecnologias para o desenvolvimento de atividades acadêmicas.

A Unitins desenvolve, no âmbito do apoio psicossocial, no Câmpus de Palmas, ações e serviços por meio do Núcleo de Apoio Psicossocial e Educacional – Nape, espaço que se articula com a rede de saúde e assistência social, em especial da saúde mental, para garantir maior capilaridade do atendimento às demandas apresentadas pelos/as discentes da IES, além de promover ações diversas para potencializar o desempenho acadêmico.

8.1.6 Ouvidoria

Ouvidoria Geral é órgão responsável pela promoção, integração e defesa dos direitos dos estudantes, docentes, servidores técnico-administrativos e comunidade externa em suas relações com a Unitins, em suas diferentes instâncias administrativas e acadêmicas voltadas à excelência e transparência do Serviço Público ofertado pela IES.

8.1.7 Acompanhamento de egressos

As políticas e as ações de acompanhamento dos egressos na Unitins se concretizam na forma de avaliações contínuas das condições de oferta dos cursos, pois o objetivo é formar profissionais capazes de se integrarem no mercado de trabalho. Nesse sentido, a Unitins procura aprimorar a formação oferecida aos alunos.

Esse programa vai se constituir em uma ferramenta cujos dados e informações servirão para a autoavaliação da Universidade. Ressaltamos ainda que é por meio dessa Política de Acompanhamento que a Unitins vai buscar dados sobre a inserção de seus egressos no mercado de trabalho, ou seja, é por meio dessas informações e dados que a IES tem a oportunidade de acompanhar a trajetória profissional dos seus egressos (dos cursos de graduação e pós-graduação), identificando assim a evolução de sua situação no mercado de trabalho.

O resultado dessas avaliações promovidas junto aos egressos será comparado com as avaliações dos cursos. Ciente do resultado dessas avaliações, a Unitins pretende investir no aprimoramento e na melhoria de seus cursos e de seus egressos, por meio de uma série de programas de capacitação, cujo objetivo é a formação de profissionais cada vez mais qualificados e competentes para o exercício de suas atribuições, bem como a continuidade da relação institucional. Esses estudos comparativos entre a atuação do egresso e a formação recebida irão possibilitar a contínua avaliação dos cursos e da própria IES.

A Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), ciente de sua missão institucional para com a formação de cidadãos qualificados e comprometidos com a sociedade, estabelece uma política de acompanhamento dos egressos dos cursos de graduação em conformidade com o (Sinaes).

No cumprimento de sua responsabilidade social, a Unitins está sempre

buscando conhecer a situação profissional dos egressos, sua inserção no mundo do trabalho e a empregabilidade associada à formação profissional.

Para tanto, esta situação implica na obrigação social da universidade em ofertar uma educação superior de qualidade, integrada a um processo de indissociabilidade com a pesquisa e a extensão, e a implementação de políticas que estimulem o desenvolvimento de competências e de habilidades em conhecimentos acadêmicos aprendidos na universidade durante a graduação, em conformidade com a profissionalização.

Desse modo, a política de acompanhamento do egresso da Unitins representa a possibilidade de se ter um feedback acerca da formação ofertada. Portanto, o objetivo é manter aberto o canal de comunicação, ou seja, fortalecer a relação com os egressos que concluíram seus cursos nesta Instituição. Esse retorno é importante para avaliar a qualidade dos cursos ofertados, para a formulação e implementação de políticas institucionais, bem como para conhecer resultados do compromisso da missão da Unitins com as comunidades locais e regionais do Tocantins.

A Pró-Reitoria de Graduação, responsável pela gestão da política de acompanhamento dos egressos, pretende nesse trabalho em parceria com as demais instâncias, propor constantemente, estratégias de planejamentos, pesquisas e ações que favoreçam os egressos da Unitins.

8.1.8 Registros acadêmicos

A organização acadêmico-administrativa está apoiada no Sistema de Gestão Acadêmica RM Classis da TOTVS. A plataforma de operação do sistema é baseada num Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGDB) que garante a unicidade e a confiabilidade das informações, além de contar com um sistema de backup da base de dados. O sistema RM, como ferramenta de gestão, permite aos professores, coordenadores de curso e diretores acompanharem os apontamentos de notas e faltas dos alunos, bem como permite aos alunos acompanharem o seu desempenho acadêmico.

O controle acadêmico é exercido pela Secretaria Acadêmica da IES, apoiando os demais órgãos da Instituição, estruturada pelas atividades de atendimento,

protocolo e arquivamento de documentos. É a responsável pelo controle e expedição de toda a documentação acadêmica, tais como: registro da documentação legal exigida pelos órgãos oficiais; emissão de documentos e relatórios relativos à vida acadêmica dos alunos; recebimento e arquivamento dos registros de frequência às atividades didáticas e pedagógicas; processos de matrícula, de trancamento e de transferência; entre outros.

Por meio das atividades de protocolo e atendimento, os alunos são recebidos e podem fazer qualquer tipo de solicitação: da matrícula de ingresso na Instituição à solicitação do seu diploma, ao final do curso. Esse setor é responsável pela guarda dos documentos oficiais da instituição, incluindo o dossiê de todos os alunos.

8.1.9 Acesso dos alunos a TIC's

Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) como um conjunto de recursos tecnológicos que, quando integrados entre si, proporcionam a automação e/ou a comunicação nos processos existentes nos negócios, no ensino e na pesquisa científica, etc. São tecnologias usadas para reunir, distribuir e compartilhar informações.

No processo de ensino-aprendizagem (EA), é importante destacar a importância do aprender fazendo, do aprender a aprender, do interesse, da experiência e da participação como base para a vida em uma democracia. As modernas pedagogias têm apontado na direção da aprendizagem ativa.

A Instituição considera que a existência humana adquire significados e sentidos à medida que o ser humano passa a atuar de forma crítica e consciente na construção da sociedade em que está inserido. A Unitins assume a educação como fenômeno e processo de formação e interação social que conduz as pessoas à plena participação produtiva e crítica na sociedade. Princípios e valores, como a dignidade, a solidariedade, a justiça, o respeito ao próximo e a autonomia com responsabilidade, permeiam todas as ações ofertadas a fim de contribuir para o crescimento humano e profissional dos indivíduos em suas respectivas comunidades.

O conhecimento evolui rapidamente, exige uma educação voltada para a autonomia do acadêmico, o que implica uma metodologia do “aprender a aprender”,

ancorada na produção do conhecimento, por meio da investigação e da solução de problemas. Paralelamente, grandes mudanças têm ocorrido no campo virtual a partir dos avanços das tecnologias da informação e da comunicação, trazendo um desafio enorme para as áreas de conhecimento.

As metodologias devem auxiliar nos processos de democratização do conhecimento acadêmico, promoção da interdisciplinaridade, valorização da dimensão tempo/espaço escolar-acadêmico, como construção subjetiva; (re)significação de paradigmas educacionais e ampliação do processo dialético teoria-prática. Com isso, amplia-se mais seu compromisso político-social, o acesso e a permanência com êxito no ensino superior; respeitar a diversidade e os ritmos próprios nos processos de aprendizagem discentes; utilizar as tecnologias de informação e comunicação como apoio à ação pedagógica; e socializar o conhecimento por meio da convergência das mídias, complexo de laboratórios e núcleos na prestação de serviços à comunidade e à sociedade.

9. ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

A Unitins, conforme previsto no Regimento Acadêmico da Unitins, garante a participação do corpo discente junto aos órgãos colegiados. Sendo assim, a política institucional prevê em seu regimento:

> A representação estudantil tem por objetivo congregar os acadêmicos e expressar os interesses e anseios do corpo discente bem como promover a cooperação entre administradores, professores e alunos nas atividades acadêmicas e na integração comunitária. § 2º A representação estudantil será definida pelos próprios acadêmicos e seu respectivo regimento deverá ser apresentado e aprovado pelo Conselho Universitário e registrado na Reitoria (Regimento Acadêmico da Unitins).

A Unitins considera que a educação desenvolve atitudes, princípios e valores que impulsionam o crescimento humano. Dessa forma, valoriza a participação estudantil permeada pelo respeito ao próximo, a solidariedade e a autonomia com responsabilidade. Os espaços de convivência e participação estudantil acontecem nas localidades onde os alunos estudam, uma vez que a IES tem área de atuação ao nível

local e regional.

9.1 Diretório Central dos Estudantes (DCE)

O DCE é a entidade estudantil representante dos alunos de sua IES - Instituição de Ensino Superior, seja ela um Centro Universitário, uma Faculdade ou Universidades. O DCE tem como funções a orientação do corpo discente para debater e se mobilizar a respeito de desafios e/ou problemas que estejam relacionados com sua Instituição. O DCE é a entidade estudantil que representa todos os Câmpus da Instituição.

9.2 Diretório Acadêmico (DA)

O Diretório Acadêmico é a parte responsável por representar os cursos, em relação aos interesses do seu Câmpus, ou seja, melhorias na estrutura física, limpeza interna e externa, iluminação, acessibilidade, equipamentos de multimídia, informática, articulação quanto à participação dos acadêmicos em eventos fora do domicílio, além de outros assuntos acadêmicos.

9.3 Centro Acadêmico (CA)

O Centro Acadêmico tem por finalidade representar os acadêmicos especificamente em relação aos interesses do seu próprio curso, nos assuntos acadêmicos, organização de eventos relacionados ao curso, bem como a articulação nas participações em congressos, seminários fora do domicílio do seu Câmpus.

9.4 Núcleo de Estudos em Direitos Humanos - Nedih

O Núcleo de Estudos em Direitos Humanos (Nedih) constitui-se de um programa diretamente vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários, com caráter permanente e interdisciplinar. O Nedih foi institucionalizado em novembro de 2011 na Unitins e objetiva agregar atividades e estudos voltados à proteção e defesa dos direitos humanos no Estado do Tocantins. Em novembro de 2011, o Nedih realizou o I Simpósio de Direitos Humanos, que discutiu os direitos humanos da criança e do adolescente, por meio do lançamento de duas atividades de

extensão vinculadas ao Núcleo: a Escola de Conselhos e o Observatório Estadual da Criança e do Adolescente (OECA).

O Nedih tem como objetivos: desenvolver estudos e pesquisas relacionadas aos direitos humanos; promover o intercâmbio técnico-científico entre instituições de ensino e pesquisa, entidades de defesa e promoção em Direitos Humanos; contribuir e participar da elaboração, implementação e monitoramento de políticas públicas em cidadania e direitos humanos; organizar e participar de eventos científicos; apresentar proposta de parcerias e convênios com instituições públicas e privadas.

As finalidades do Nedih: a) desenvolver estudos e pesquisas relacionadas aos direitos humanos; b) promover o intercâmbio técnico-científico entre instituições de ensino e pesquisa, entidades de defesa e promoção em Direitos Humanos, públicas e privadas, ao nível nacional e internacional; c) fomentar a pesquisa em direitos humanos, divulgar a produção científica e a produção bibliográfica produzida pelos seus membros e de interesse institucional.

d) contribuir e participar da elaboração, implementação e monitoramento de políticas públicas em cidadania e direitos humanos; e) emitir e apresentar, anualmente, à Pró-Reitoria de Extensão, o relatório das atividades desenvolvidas no período; f) organizar e participar de eventos científicos, atribuindo publicidade institucional aos resultados dos trabalhos desenvolvidos pelo Núcleo; g) fomentar o debate sobre os direitos humanos na comunidade acadêmica, bem como na sociedade em geral; h) apresentar proposta de parcerias e convênios com instituições públicas e privadas, em concordância com a política institucional.

A relação com a graduação ocorre a partir do Grupo de Estudos em Direitos Humanos (GEDIH), quando, na oportunidade, a partir das linhas temáticas expostas no núcleo, são formados grupos entre os acadêmicos para discutir os direitos humanos e os mesmos terem conhecimento de maneira ampla acerca da importância de se debater esses direitos nos mais variados setores, como os idosos, a criança e o adolescente, a pessoa com deficiência, entre outras minorias sociais existentes na sociedade.

Além do grupo de estudos, a pesquisa, da mesma forma, está sendo disseminada a partir da criação de um grupo de pesquisa nessa área para fomentar o

interesse dos acadêmicos em pesquisas e terem o conhecimento “in loco” das vulnerabilidades sociais existentes.

10. GESTÃO DO CURSO

10.1 Quadro de docentes

Sq	Docente	Graduado em	Titulação	Experiência docência*	Regime de Trabalho
01	Alessandra Ruita Santos Czapski	Serviço Social	Doutora	15 anos	40h
02	Eduardo José Silva Lima	História	Doutor	10 anos	40h
03	Gessyca Anne da Silva Baracho	Serviço Social	Doutora	7 anos	40h
04	Giovanni Bezerra do Nascimento	Serviço Social	Mestre	12 anos	20h
05	Gustavo Gonçalves Fagundes	Serviço Social	Doutor	2 anos	40h
06	Kátia da Silva Farias	Serviço Social	Mestre	4 anos	20h
07	Juraildes Barreira Nunes	Serviço Social	Mestre	8 anos	20h
08	Leda Santana de Oliveira Noleto	Serviço Social	Doutora	14 anos	40h
09	Luiz Gustavo Santana	Serviço Social	Mestre	15 anos	20h
10	Pedro Jorge Chaves Mourão	Ciências Sociais	Doutor	18 anos	40h
11	Phillipe Farias Ferreira	Ciências Econômicas	Mestre	11 anos	40h
12	Suely Cabral Quixabeira Araújo	Serviço Social	Mestre	15 anos	20h
13	Vívian Lúcia Rodrigues de Oliveira	Serviço Social	Doutora	5 anos	40h

10.1.1 Titulação do Corpo docente

Titulação	Quantitativo	Percentual
Mestre	6	46,15%
Doutores	7	53,85%
Total	13	**100%**

10.1.2 Quadro docente por linha de pesquisa e grupo de extensão

Docente	Grupo de Pesquisa	Projetos e Programas de Extensão	Linha de Pesquisa
Alessandra Ruita Santos Czapski	Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Políticas Públicas.	Núcleo de Estudos em Direitos Humanos – Nedih.	Políticas Públicas e Processos Educativos para Cidadania.
Eduardo José Silva Lima	Direitos Humanos, Violência, Estado e Sociedade. Educação, Cultura e Transversalidade.		Luta pela moradia e direito à cidade de Palmas-TO (1990-2002).
Gessyca Anne da Silva Baracho	Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Políticas Públicas (Unitins). Grupo de Estudo Trabalho, Direitos Humanos e Seguridade Social (TRADHUSS/ UFPA).	Projeto de extensão na linha de Trabalho, questão social e Serviço Social, intitulado: TEMAS CAROS AO SERVIÇO SOCIAL: os (des)encontros e suas inflexões sobre a formação e exercício profissional.	Formação Profissional em Serviço Social, Gênero e Divisão Sociossexual do Trabalho e a Política de Assistência Social.
Giovanni Bezerra do Nascimento	Grupo Interdisciplinar Pesquisa em Políticas Públicas.		Estágio e formação profissional.
Gustavo Gonçalves Fagundes	Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Políticas Públicas. (Unitins). Grupo de Pesquisa e Estudo em Questão Racial e Serviço Social (GEPEQSS/UFF-Niterói).		Teoria social, Direitos Humanos; formação social e Serviço Social; Movimentos Sociais, questão social, relações raciais e de gênero.
Kátia da Silva Farias	Grupo de Estudo e Pesquisa Fundo Público, Orçamento, Hegemonia e Política Social (FOHPS, PPGPS- UnB). Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional - (GEPESSFEP - PPGSSocial, UFT).	Grupo de Estudos e Extensão Movimentos Sociais, Política Social e Sociedade. Programa Novos Caminhos – Módulo Tocantins. Curso de extensão: “Cuidar onde a vida acontece: Saúde Mental no território e na Atenção Primária à Saúde”	Acolhimento Institucional; Pobreza; Criminologia Crítica; Segurança Pública; Economia Política da Pena no Capitalismo Dependente; Política Social, Estado e Sociedade; Política de Saúde.
Juraildes Barreira Nunes	Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Políticas Públicas.	Ciclo de Estudos em Movimentos Sociais, Política Social e Sociedade.	Políticas Públicas e Processos Educativos para Cidadania.

Leda Santana de Oliveira Noleto	Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Políticas Públicas.	Programa Interdisciplinar De Atenção à Pessoa Idosa- PIAPI.	Envelhecimento Políticas Públicas e Processos Educativos para Cidadania.
Luiz Gustavo Santana	Grupo de Pesquisa Criança e Adolescente.		Avaliação de Programas e Projetos de atendimento à Criança e o Adolescente. Crianças e Adolescentes em situação de violência, exclusão e cidadania.
Pedro Jorge Chaves Mourão		Ciclo de Estudos em Movimentos Sociais, Política Social e Sociedade.	Pesquisa Social; Análise de Indicadores Sociais. Computação aplicada às Ciências Sociais. Elaboração, Execução, Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas.
Phillipe Farias Ferreira	Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Políticas Públicas		Políticas Públicas e Processos Educativos para Cidadania.
Suely Cabral Quixabeira Araújo	Grupo de Pesquisa Criança e Adolescente	Núcleo de Estudos em Direitos Humanos - NEDIH Ciclo De Estudos Em Movimentos Sociais, Política Social e Sociedade.	Avaliação de Programas e Projetos de atendimento à Criança e o Adolescente. Crianças e Adolescentes em situação de violência, exclusão e cidadania.
Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira	Grupo de Pesquisa em Trabalho, Ideologia e Serviço Social (UFPB). Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Políticas Públicas. (Unitins).	Projeto de extensão na linha de Trabalho, questão social e Serviço Social, intitulado: TEMAS CAROS AO SERVIÇO SOCIAL: os (des)encontros e suas inflexões sobre a formação e exercício profissional.	Trabalho, questão social e Serviço Social.

10.3 Composição e Funcionamento do Núcleo Docente Estruturante – NDE

O CONAES entende que o NDE é um bom indicador de qualidade de um curso de graduação e um elemento de diferenciação quanto ao comprometimento da instituição com o bom padrão acadêmico.

Para além do formalismo legal que determinou a criação do NDE (Cf. Regulamento do NDE), o Serviço Social entende que este núcleo representa um papel importante no modelo de gestão participativa que se está implementando no curso. Coerente com a missão e os valores institucionais que primam pela formação integral da pessoa, o curso de pedagogia entende que o NDE é, de fato, e não apenas de direito, um órgão comprometido com a qualidade da melhoria do curso e que, portanto,

propõe, avalia e direciona as ações educativas que atendam aos princípios norteadores da formação humana.

O Núcleo Estruturante Docente é composto sempre por uma representatividade significativa do colegiado do curso, primando, em sua constituição, pela titulação acadêmica, que atenda aos requisitos formativos de caráter institucional, pela disponibilidade da carga horária vinculada à instituição, por sua efetiva contribuição e experiência formativa na docência. Todos os requisitos estão igualmente interpretados a partir dos dispositivos legais que instituem o NDE agregado à natureza institucional do Serviço Social.

O Núcleo Estruturante Docente se reunirá ordinariamente uma vez por mês durante cada semestre letivo, convocado pelo coordenador do curso que, como presidente nato, previamente comunicará aos membros do NDE a pauta da reunião.

Pode, igualmente, um dos membros solicitar ao coordenador do curso uma reunião extraordinária do NDE para debater, discutir e propor melhorias no processo de gestão do curso. Uma vez proposta a reunião, caberá ao coordenador do curso articular com os demais membros o melhor horário para tal encontro. Vale ressaltar que as reuniões serão devidamente registradas em ata. A partir dos pressupostos descritos anteriormente e sendo coerente com o que se acredita colaborar com a formação integral da pessoa, o atual NDE do Serviço Social.

Docentes	Titulação	Regime de Trabalho
Gessyca Anne da Silva Baracho – **Coordenadora**	Doutora	**40h**
Kátia da Silva Farias	Mestre	**20h**
Pedro Jorge Chaves Mourão	Doutor	**40h**
Gustavo Gonçalves Fagundes	Doutor	**40h**
Suely Cabral Quixabeira Araújo	Mestra	**20h**
Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira	Doutora	**40h**

10.4 Composição e Funcionamento Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso, por sua vez, como órgão deliberativo responsável pela organização didático-pedagógica, além das competências de organização e acompanhamento da qualificação didático-pedagógica dos docentes e articulador da formação acadêmica, precisa acompanhar e monitorar, juntamente com a Coordenação, o processo ensino-aprendizagem para que a formação do futuro profissional prevista no PPC ocorra de forma plena.

Colegiado de Curso é composto por:

I. Coordenadora/o de curso;

II. Docentes lotados no respectivo colegiado;

III. 1 (um) representante discente, preferencialmente o/a presidente e/ou vice-presidente do Centro Acadêmico (CA).

As atribuições dos Colegiados de Cursos serão definidas por meio do Regimento Interno da Pró-Reitoria de Graduação e demais normativas correlatas.

11. INFRAESTRUTURA

11.1 Espaços físicos utilizados no desenvolvimento do curso

Para a formação do Assistente Social, é necessário criar as condições objetivas, referentes à infraestrutura, para a operacionalização das atividades de docentes e discentes. Nesse contexto, a Universidade Estadual do Tocantins - Unitins, disponibiliza uma infraestrutura física, administrativa e de programas especiais, necessários e capazes de garantir formação devidamente qualificada para o acesso, gestão e permanência dos discentes do curso.

11.2 Estrutura Geral do Câmpus

O Câmpus possui estrutura administrativa composta pela Direção do Campus, constituída pelo Diretor; Coordenadores de cursos, Assessor Pedagógico; Coordenador de Estágios; Assessor de Biblioteca; Assessor de Secretaria Acadêmica; colegiados dos cursos de graduação; servidores docentes, técnicos e Assistentes administrativos; auxiliares de serviços gerais, além das estruturas complementares/suplementares, caso necessário. Para todos os efeitos, a

organização administrativa e didático-científica estará dotada de servidores docentes e técnicos administrativos, com a responsabilidade de realizar a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão.

Para o funcionamento de seus cursos, a Unitins oferece um prédio com área total de cerca de 9 mil m² distribuídos em três blocos de salas de aula e laboratórios no Câmpus Graciosa, situado na Quadra 109 N, Avenida NS 15, Lt 9, Plano Diretor Norte, 77001-090, Palmas TO.

11.3 Instalações Físicas

TIPO	IDENTIFICAÇÃO	QUANT	CAPACIDA DE ALUNO	ÁREA TOTAL (m²)
Predial	12 Salas de Aula – Bloco A	25	42	1510,71
	07 Salas de Aula – Bloco B			
	06 Salas de Aula – Bloco C			
Predial	Banheiros	12	-	299,88
Predial	Laboratórios de Informática	5	LABIN I – 40 LABIN II – 29 LABIN IV – 18 LABIN VI- 20	484,83
Predial	Laboratório de Microscopia	1	20	60,28
Predial	Instalações Administrativas	13	-	2891,08
Predial	Sala de Coordenação / Recepção	1	-	29,37
Predial	Sala Multimídia/ Auditório	1	90	90,85
Predial	Elevador	3	-	-
Predial	Sala Ciente -	1	-	29,78

	DCE/DA/CA´S			
Predial	Arquivo Acadêmico	1	-	45,82
Predial	Almoxarifado	1	-	20,00
Predial	Copa	2	-	21,46
Predial	Sala de Reunião	1	-	29,79
Predial	Sala dos Professores	1	-	44,00
Predial	Espaço de Trabalho Docentes Integrais	1	-	14,87
Predial	Sala da Comissão Própria de Avaliação (CPA)	1	-	17,00
Predial	Sala do Núcleo de Apoio Psicossocial e Educacional (NAPE)	1	-	29,53
Predial	Ass.Pedagógica	1	-	12,53
Predial	Sala de Apoio aos Servidores	1	-	22,29
Predial	Secretaria Acadêmica	01	-	45,82
Predial	TI	02	-	34,84
Predial	Assessoria de Comunicação	01	-	17,42
Predial	Biblioteca	1	-	152,53
Predial	Processamento Técnico da Biblioteca	01	-	29,61
Predial	Sala de Estudo Dirigido da Biblioteca	01	-	60,63
Predial	Diretoria do Câmpus	01	-	17,10

11.4 Equipamentos

Computadores para acesso ao estudante:	
Local	**Quantidade**
Labin I	40 máquinas c/ acesso à internet com Mesas ou bancadas e cadeiras.
Biblioteca	12 máquinas c/ acesso à internet Bancadas individuais para 12 alunos pesquisarem; 2 mesas retangulares (espaço para 6 alunos). 3 mesas redondas e 15 cadeiras.
Espaço de Trabalho Docentes Integrais	01 mesa redonda, 9 cadeiras, 1 computador, 2 bancadas, 1 escaninho.
Computadores para utilização dos professores:	
Local	**Quantidade**
Sala dos Professores	04 máquinas c/ acesso à internet (uso comum), Mesa grande, 02 bancadas, 02 armários, 10 cadeiras, 01 sofá de três lugares, 01 smart tv, 01 geladeira, 01 forno microondas, 01 cafeteira, 01 escaninho para guarda de pertences pessoais.
Espaço de Trabalho Docentes Integrais	01 mesa redonda, 9 cadeiras, 1 computador, 2 bancadas, 1 escaninho.
Coordenações de curso	02 máquinas c/ acesso à internet. (em cada coordenação).
	1 impressoras (uso compartilhado para cada duas coordenações)
Outros equipamentos de apoio ao docente:	
Caixa de som	04
Data Show	02
Notebook	02 notebooks

KIT MÌDIA (TV, CPU, teclado e mouse)	25 – Kits Multimídia divididos da seguinte forma: ● 12 – Kit computador TV, um para cada sala do Bloco A. ● 11 – Kit computador Data Show, uma para cada sala e laboratórios do Bloco B. ● 2 – Kit computador Data Show, em duas salas do Bloco C, demais salas é instalado por agendamento.

11.5 Biblioteca

A Biblioteca Central tem o objetivo de assegurar o acesso às informações científicas, tecnológicas e culturais, apoiando o ensino, a pesquisa e a extensão.

Atende, prioritariamente, à comunidade acadêmica (docentes, discentes e funcionários da Unitins) e está também aberta à comunidade externa, para consulta, pesquisa e acesso à internet. A Biblioteca do Câmpus Palmas possui um espaço físico de 193 m² (cento e noventa e três metros quadrados) dividido em: espaço para leitura, estudo individual e de trabalho em grupo. A biblioteca conta com 3 computadores para atendimento ao público, 12 computadores para pesquisas/estudos, com acesso à internet e cabines de estudo individual. Além disso, possui 6 mesas redondas para estudos/pesquisa com 16 cadeiras e 1 para atendimento especial.

A sala de estudos está estruturada com um balcão de estudos com 3 cadeiras e um para atendimento especial, além disso, 1 computador para atendimento ao público e 3 mesas redondas com 12 cadeiras e 1 para atendimento especial.

O acervo físico bibliográfico é de 18.870 exemplares e o curso de Bacharelado em Psicologia disporá de um acervo que contempla todos os títulos adotados como bibliografia básica, em uma proporção de pelo menos um exemplar para cada cinco alunos, conforme recomendado pelos indicadores de qualidade do MEC.

Com relação aos livros da bibliografia complementar, será promovida a disponibilização de no mínimo quatro exemplares de cada título. Além disso, a Biblioteca disponibilizará títulos de periódicos científicos da área relacionados às disciplinas constantes na grade, bem como periódicos científicos da área de Sistemas de Informação. Neste sentido, o papel do corpo docente é o de buscar continuamente a atualização de suas indicações bibliográficas de acordo com os objetivos do curso. Dessa forma, o acervo está em constante evolução e atualização, sendo prioridade da gestão do curso informar novas listas de referenciais para aquisição por parte da instituição.

Atualmente, o acadêmico do curso de Psicologia também conta com o acervo de duas bibliotecas virtuais: a Biblioteca Virtual Universitária Pearson, que possui um total de mais de 14 mil títulos, e a Minha Biblioteca, com mais de 10 mil títulos, que permite seu acesso por meio da internet, o uso de plataformas web ou aplicativos próprios para dispositivos móveis.

Desta forma, busca fomentar a colaboração e a produção técnico-científica, cultural, literária e artística, por meio do desenvolvimento de serviços e produtos de informação. Funcionalmente, o SIBUNI vincula-se à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e, administrativamente, à Direção dos respectivos Câmpus, conforme o Estatuto Geral da Universidade Estadual do Tocantins.

O Sistema de Integração de Bibliotecas Unitins adapta-se ao papel que a sociedade atual tem reservado às bibliotecas universitárias – ser um centro de informação e disseminação do conhecimento e da cultura – com adoção de modernas tecnologias e informatização de serviços. Possui uma área disponível para estudo que possibilita ao aluno um ambiente climatizado e confortável para a produção do conhecimento.

11.5.1 Formação e desenvolvimento de Acervo

A política de desenvolvimento de coleções determina todo o planejamento do acervo, é parte de um processo contínuo e cotidiano. A política de seleção está voltada a campos específicos do conhecimento, compondo o acervo de títulos e assuntos das

áreas dos cursos ofertados. O acervo e os serviços desenvolvidos são orientados pela busca constante em atender às necessidades de informação e pesquisa dos usuários da instituição. A formação de acervo se dá por aquisição por compra, doação ou permuta, de acordo com as bibliografias descritas nos Planos de Cursos.

Visando atender às novas diretrizes expressas nos Instrumentos de avaliação de cursos utilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no que tange à necessidade e importância da utilização de Bibliografias Virtuais, por Instituições de Ensino Superior. Recentemente, foram incorporados ao acervo bibliográfico da Unitins quase 5000 (cinco mil) títulos de livros eletrônicos, que poderão ser acessados virtualmente de qualquer lugar ou tempo, permitindo acesso simultâneo ao mesmo documento eletrônico, criando assim instâncias múltiplas de cópias do documento solicitado. Essa disponibilização online dos livros digitais reflete na democratização do conhecimento e universalização da informação, já que os acadêmicos terão acesso irrestrito a livros digitais completos que podem subsidiar a produção de seus trabalhos acadêmicos e pesquisas científicas, a qualquer hora, dia ou lugar. Outros benefícios desse acervo são a redução de espaços físicos e diminuição de custos com aquisição, processamento técnico e preservação de acervo.

11.5.2 Estrutura física

Com unidades divididas entre os Câmpus de Augustinópolis, Araguatins, Dianópolis e Palmas, as Bibliotecas do SIBUNI possuem basicamente estruturas físicas compostas por salões de estudo climatizados, computadores disponíveis para consulta ao catálogo eletrônico, salas de estudo em grupo, balcão de atendimento, escaninhos, mesas de estudo em grupo, baias para estudos individuais, computadores disponíveis para acesso à Internet, cobertura *wireless*.

A Biblioteca do Câmpus Palmas possui um espaço físico de 193 m² (cento e noventa e três metros quadrados) divididos em: espaço para leitura, estudo individual e de trabalho em grupo. O espaço conta com sete mesas e 25 cadeiras, quatro baias de estudo individuais, um balcão de atendimento e terminal com acesso à internet, além de dois expositores com obras de acesso livre.

11.5.2 Estrutura Organizacional

Funcionalmente, o Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Estadual do Tocantins (SIBUNI) vincula-se à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e possui uma estrutura administrativa formada por coordenador geral de Bibliotecas, supervisores de bibliotecas, assistentes administrativos e pessoal de apoio. Todos esses têm funções administrativas previamente dispostas no Regimento Interno de Bibliotecas da Unitins.

11.5.4 Equipe Técnico-Administrativa

A equipe técnico-administrativa da biblioteca é formada por pessoal contratado pela instituição, com formação superior completa ou em andamento. A contratação de pessoal é feita pelo setor de Recursos Humanos, após terem passado por processo seletivo, conforme a Legislação Trabalhista.

11.6 Secretaria Acadêmica

A Secretaria Acadêmica é o setor responsável por gerenciar e supervisionar as demandas do contexto acadêmico-administrativo referente ao ingresso, ao registro e à diplomação do/a discente. Cabe ao setor realizar o processamento dos serviços abertos na Central de Atendimento Integrado, bem como informar à comunidade acadêmica os prazos, fluxos, normas e o calendário acadêmico.

Além disso, também fornece atualizações e informações gerais sobre os processos de matrícula, serviços existentes, notícias e demais atividades acadêmicas.

11.7 Registros Acadêmicos

A organização acadêmico-administrativa está apoiada no Sistema de Gestão Acadêmica RMClassis da TOTVS. A plataforma de operação do sistema é baseada num Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGDB) que garante a unicidade e a confiabilidade das informações, além de contar com um sistema de backup da base de dados.

O sistema RM, como ferramenta de gestão, permite aos professores, coordenadores de curso e diretores acompanharem os apontamentos de notas e

faltas dos alunos, bem como permite aos alunos acompanharem o seu desempenho acadêmico.

11.8 Organização do Controle Acadêmico

O controle acadêmico é exercido pela Secretaria Acadêmica da IES, apoiando os demais órgãos da Instituição, estruturada pelas atividades de atendimento, protocolo e arquivamento de documentos. É a responsável pelo controle e expedição de toda a documentação acadêmica, tais como: registro da documentação legal exigida pelos órgãos oficiais; emissão de documentos e relatórios relativos à vida acadêmica dos alunos; recebimento e arquivamento dos registros de frequência às atividades didáticas e pedagógicas; processos de matrícula, de trancamento e de transferência; entre outros.

Por meio das atividades de protocolo e atendimento, os alunos são recebidos e podem fazer qualquer tipo de solicitação: da matrícula de ingresso na Instituição à solicitação do seu diploma, ao final do curso. Esse setor é responsável pela guarda dos documentos oficiais da instituição, incluindo o dossiê de todos os alunos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília:** ABEPSS, 1996.

ALMEIDA, Rejane Cleide Medeiros. Educação e formação política no movimento dos trabalhadores rurais sem terra do Tocantins: experiências de práticas educativas em espaços não escolares. **Revista Humanidades e Inovação** v.6, n.18, 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.662 de 08 de junho de 1993**. Lei de Regulamentação da profissão de Assistente Social.

BRASIL. **Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008**. Lei que dispõe sobre o estágio de estudantes.

BRASIL. Resolução nº 15, de 13 de março de 2002. DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL, que orienta a formulação do projeto pedagógico, em consonância com o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005.** Educação Superior a Distância. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/instituicoes-credenciadas/educacao-superior-a-distancia. Acesso em: 4 mar. 2018.

BRASIL**. Resolução CNE/CES. nº 2, de 18 de junho 2007.** Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

BRASIL**. Parecer CNE 1363/2001**. Retifica o Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

BRASIL. Portaria n° 1.134, de 10 de outubro de 2016. **Dispõe sobre as regras para oferta de disciplina na modalidade a distância.**

BRASIL. Ministério da Educação. **PORTARIA nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019**. Educação Superior a Distância. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/. Acesso em: 12 setembro. 2022.

BRASIL, Ministério da Cidadania. **Transferência de renda:** Número de famílias contempladas pelo Auxílio Brasil no Tocantins ultrapassa 150 mil. Brasília: Ministério da Cidadania, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/numero-de-familias-contempladas-pelo-auxilio-brasil-no-tocantins-ultrapassa-150-mil. Acesso

em: 22 nov. 2022.

BRASIL, Ministério da Justiça. DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional** – SISDEPEN, 12º Ciclo – INFOPEN, Tocantins, 2022. Brasília: Ministério da Justiça, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios-e-manuais/relatorios/relatorios-analiticos/TO/to-junho-2022.pdf. Acesso em: 22 nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução 533**. Conselho Federal do Curso de Serviço Social. Dispõe sobre a Regulamentação e supervisão direta de estágio no Serviço Social. CFESS, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do Assistente Social**. CFESS, 1993.

DIEESE. **Boletim de Conjuntura, número 35** – agosto/setembro de 2022. Emprego, renda e projeto nacional de desenvolvimento. São Paulo: DIEESE, 2022.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e Carvalho, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.** S. Paulo, Cortez/Celats, 2007.

FÓRUM TOCANTINENSE PARA PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E PROMOÇÃO DA APRENDIZAGEM. Brasília: FNEPETI, 2022. Disponível em: https://fnpeti.org.br/foruns/tocantins. Acesso em: 22 nov. 2022.

G1. GLOBO. **Mais de 30 por cento da população do Tocantins vive em situação de pobreza e 58% em extrema pobreza diz IBGE.** Rio de Janeiro: G1-Globo, 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2021/12/05/mais-de-30percent-da-populacao-do-to-vive-em-situacao-de-pobreza-e-58percent-em-extrema-pobreza-diz-ibge.ghtml. Acesso em: 15 fev. 2022.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**: Tocantins. Brasília: IBGE, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to.html. Acesso em: 16 fev. 2022.

NASCIMENTO, Júnio Batista. **Tocantins**: história e geografia. Palmas, WR Gráfica, 2019.

OLIVEIRA**,** Maria de Fátima. **Um Porto no Sertão**: Cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880/1910. Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal de Goiás, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1997.

ROSA, Márcia; REZENDE, Shara. **Tocantins registrou 400 denúncias de violências contra a mulher no primeiro semestre de 2020**. Palmas, Secom/TO, 2021. Disponível em: https://www.to.gov.br/secom/noticias/tocantins-registrou-400-

denuncias-de-violencias-contra-a-mulher-no-primeiro-semestre-de-2020/5q5qfhur1skz. Acesso em: 22 nov. 2022.

SANTOS, Lauane. **Mais de três mil tocantinenses foram resgatados de trabalhos análogos à escravidão**. Palmas/Tocantins, 2021. Disponível em: https://www.to.gov.br/noticias/mais-de-tres-mil-tocantinenses-foram-resgatados-de-trabalhos-analogos-a-escravidao/14x9zo7sbf7b. Acesso em: 21 nov. 2022.

SILVA, Otávio Barros. **A nova história do Tocantins**. 2ª. Ed. Goiânia: Kelps, 2011.

UNITINS. **Resolução Nº003/2010/Conselho Curador**, ato de autorização do Curso.

Apêndice: Quadro de Equivalências

Matriz Curricular de 2023.1			Matriz Curricular de 2027.1		
1º período		C/H	1º período	C/H	Observações
1	Leitura e prática de produção textual	60h	Leitura e Produção de Textos	60h	Equivalente
2	Formação Sócio-Histórica e Política do Brasil	60h	Formação Sócio-Histórica e Política do Brasil	60h	Equivalente
3	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I	60h	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I	60h	Equivalente
4	Fundamentos da Filosofia	60h	Fundamentos da Filosofia	60h	Equivalente
5	Fundamentos da Antropologia	60h	Fundamentos da Antropologia	60h	Equivalente
2º período		C/H	2º período	C/H	Observações
6	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II	60h	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II	60h	Equivalente
7	Metodologia do Trabalho Científico	60h	Metodologia do Trabalho Científico	60h	Equivalente
8	Fundamentos da Sociologia	60h	Fundamentos da Sociologia	60h	Equivalente
9	Ciência Política	60h	Ciência Política	60h	Equivalente
10	Questão Social I	60h	Questão Social I	60h	Equivalente
3º período		C/H	3º período	C/H	Observações
11	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III	60h	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III	60h	Equivalente
12	Fundamentos da Economia Política	60h	Fundamentos da Economia Política	60h	Equivalente
13	Psicologia Social	60h	Psicologia Social	60h	Equivalente
14	Questão Social II	60h	Questão Social II	60h	Equivalente
15	Política Social I	60h	Política Social I	60h	Equivalente
4º período		C/H	4º período	C/H	Observações
16	Movimentos Sociais e Serviço Social	60h	Movimentos Sociais e Serviço Social	60h	Equivalente
17	Processo de Trabalho no Serviço Social I	60h	Processo de Trabalho no Serviço Social I	60h	Equivalente
18	Política Social II	60h	Política Social II	60h	Equivalente
19	Seguridade Social: Saúde	60h	Seguridade Social: Saúde	60h	Equivalente
20	Ética Profissional	60h	Ética Profissional	60h	Equivalente
5º período		C/H	5º período	C/H	Observações
21	Seguridade social: Assistência Social	60h	Seguridade social: Assistência Social	60h	Equivalente

22	Estágio Supervisionado em Serviço Social I	225h 60h teórica	Estágio Supervisionado em Serviço Social I	225h	Não Equivalente
23		60	Supervisão em Serviço Social I	60h	Componente novo sem equivalência
24	Processo de Trabalho no Serviço Social II	60h	Processo de Trabalho no Serviço Social II	60h	Equivalente
25	Pesquisa Social I	60h	Pesquisa Social I	60h	Equivalente
26	Política de Habitação e Meio Ambiente	60h	Política de Habitação e Meio Ambiente	60h	Equivalente
6º período		C/H	6º período	C/H	Observações
27	Seguridade Social: Previdência	60h	Seguridade Social: Previdência	60h	Equivalente
28	Direitos Humanos e Cidadania	60h	Direitos Humanos e Cidadania	60h	Equivalente
29	Pesquisa Social II	60h	Pesquisa Social II	60h	Equivalente
30	Estágio Supervisionado em Serviço Social II	225h 60h teórica	Estágio Supervisionado em Serviço Social II	225h	Não Equivalente
31			Supervisão em Serviço Social II	60h	Componente novo sem equivalência
32	Método Crítico Dialético	60h	Método Crítico Dialético	60h	Equivalente
7º período		C/H	7º período	C/H	Observações
33	Assessoria e Consultoria em Serviço Social	60h	Assessoria e Consultoria em Serviço Social	60h	Equivalente
34	Planejamento em Serviço Social	60	Planejamento em Serviço Social	60h	Equivalente
35	Política Social: Questão Agrária e Serviço Social	60h	Política Social: Questão Agrária e Serviço Social	60h	Equivalente
36	Infância e Adolescência: questões históricas e contemporâneas	60h	Infância e Adolescência: questões históricas e contemporâneas	60h	Equivalente
37	Trabalho de Conclusão de Curso I	60h	Trabalho de Conclusão de Curso I	90h	Não Equivalente
8º período		C/H	8º período	C/H	Observações
38	Trabalho de Conclusão de Curso II	120h	Trabalho de Conclusão de Curso II	90h	Não equivalente
39	Gênero, raça/etnia e sexualidade.	60h	Gênero, raça/etnia e sexualidade	60h	Equivalente
40	Disciplina Optativa	60h	Disciplina Optativa	60h	Equivalente
41	Envelhecimento Humano e Serviço Social	60h	Envelhecimento Humano e Serviço Social	60h	Equivalente

DISCIPLINAS OPTATIVAS

DISCIPLINAS OPTATIVAS: Matriz 2023.1		DISCIPLINAS OPTATIVAS: Matriz 2027.1		
Disciplinas	C/h	Disciplinas	C/H	Observações
Estatística Básica	60	Estatística Básica	60	Equivalente
Serviço Social no Campo Sociojurídico	60	Serviço Social no Campo Sociojurídico	60	Equivalente
Política de Educação e Serviço Social	60	Política de Educação e Serviço Social	60	Equivalente
Política de Saúde Mental e Serviço Social	60	Política de Saúde Mental e Serviço Social	60	Equivalente
Desenvolvimento Regional do Tocantins	60	Desenvolvimento Regional do Tocantins	60	Equivalente
Libras	60	Libras	60	Equivalente
Questão Cultural e Sociedade	60	Questão Cultural e Sociedade	60	Equivalente
Violência, Relações Sociais e Serviço Social	60	Violência, Relações Sociais e Serviço Social	60	Equivalente
Supervisão de Estágio e Docência	60	Supervisão de Estágio e Docência	60	Equivalente
Terceiro Setor e Serviço Social	60	Terceiro Setor e Serviço Social	60	Equivalente
Direito e Legislação Social	60	Direito e Legislação Social	60	Equivalente
História sociocultural do Tocantins	60	História sociocultural do Tocantins	60	Equivalente
Inglês para fins acadêmicos	60	Inglês para fins acadêmicos	60	Equivalente
Política das Relações Étnico-raciais, Afro-brasileira, Africana e Indígena	60	Política das Relações Étnico-raciais, Afro-brasileira, Africana e Indígena	60	Equivalente
Espanhol para fins acadêmicos	60	Espanhol para fins acadêmicos	60	Equivalente
Serviço Social e Inclusão Social da Pessoa com Deficiência	60	Serviço Social e Inclusão Social da Pessoa com Deficiência	60	Equivalente
Questões socioeconômicas e ambientais da Amazônia	60	Questões socioeconômicas e ambientais da Amazônia	60	Equivalente
Serviço Social na área da atenção especializada do SUS	60	Serviço Social na área da atenção especializada do SUS	60	Equivalente